

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (DOUTORADO)

JULIANA HORTELÃ PEDRONE VALÉRIO

**O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DO SABER SECRETARIAL COMO
DISPOSITIVO DE PODER NA PRODUÇÃO DE SUJEITOS E DE CONHECIMENTO
NA ÁREA**

Maringá
2023

JULIANA HORTELÃ PEDRONE VALÉRIO

**O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DO SABER SECRETARIAL COMO
DISPOSITIVO DE PODER NA PRODUÇÃO DE SUJEITOS E DE CONHECIMENTO
NA ÁREA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá (UEM), como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Letras. Área de concentração: Estudos Linguísticos – Estudos do Texto e do Discurso.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Luis Navarro Barbosa.

Maringá
2023

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)(Biblioteca
Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

V164f

Valério, Juliana Hortelã Pedrone

O funcionamento discursivo do saber secretarial como dispositivo de poder na produção de sujeitos e de conhecimento na área / Juliana Hortelã Pedrone Valério. -- Maringá, PR, 2023.

138 f.: il. color., figs., tabs.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Luis Navarro Barbosa.

Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Língua Portuguesa, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2023.

1. Secretariado. 2. Saber secretarial. 3. Dispositivo de poder-saber. 4. Discurso . 5. Saber - Poder - Foucault. I. Barbosa, Pedro Luis Navarro , orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Língua Portuguesa. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

CDD 23.ed. 401.41

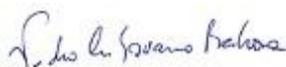
JULIANA HORTELÃ PEDRONE VALÉRIO

**O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DO SABER SECRETARIAL COMO DISPOSITIVO
DE PODER NA PRODUÇÃO DE SUJEITOS E DE CONHECIMENTO NA ÁREA**

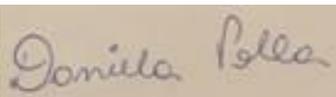
Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras (Mestrado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Letras, área de concentração: Estudos Linguísticos.

Aprovada em Maringá, 09 de agosto de 2023.

BANCA EXAMINADORA



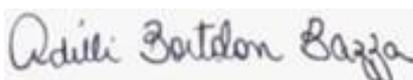
Prof. Dr. Pedro Luis Navarro Barbosa
Presidente da Banca (UEM/PLE)



Profa. Dra. Daniela Polla
Membro titular (UEM/PLE)



Profa. Dra. Aline Cantarotti
Membro titular UEM/PLE)



Profa. Dra. Adéli Bazzza
Membro externo (Unespar – Campo Mourão, Paraná)



Profa. Dra. Rúbia Wanessa dos Reis Cruz
Membro externo (UFPB – Mamanguape, Paraíba)

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Prof. Pedro Navarro, que ao longo desses anos acreditou em mim mais até do que eu mesma. Agradeço pelos gentis “chacoalhões” e pela relação de amizade que extrapolou os meios acadêmicos e se estendeu ao longo desses dez anos. Agradeço, também, pela abertura em me possibilitar pesquisar o objeto de saber do secretariado, quando esse não era o objeto do seu grupo de pesquisa. Sou muito grata pelo fato de poder contribuir com minha área de formação, utilizando os Estudos Discursivos Foucaultianos. Meu muitíssimo obrigada!

Esse agradecimento se estende ao GIEF, em especial aos amigos que sempre se fizeram presentes, Dani, Cássio, Adélli, Andrea, obrigada pela amizade e parceria acadêmica.

À querida Ingrid, que contribuiu com as revisões linguísticas desta tese.

Estendo esse agradecimento, também, à toda comunidade científica dos Estudos Discursivos Foucaultianos, conhecê-los foi um presente. Compartilhar os eventos acadêmicos com vocês é algo tão prazeroso que nem parece trabalho. Eu digo que isso é, de fato, trabalhar por prazer!

À professora Aline Cantarotti, parceira da vida acadêmica que o Secretariado Executivo da UEM me presenteou. E, também, à comunidade acadêmica do Secretariado Executivo de todo o Brasil, sim, nós estamos galgando nossos espaços no campo científico, já percorremos um longo caminho, com fortes batalhas, RESISTIMOS, e estamos existindo e existiremos sempre!

Às professoras membros da banca de qualificação e agora defesa: Daniela Polla e Adélli Bazza, obrigada por nortearem minha pesquisa. E, também, às professoras titulares que compuseram a banca para a defesa: Aline Cantarotti e Rúbia Cruz; e as professoras suplentes membros da banca: Luciana Di Raimo e Regina Baracuhy, muitíssimo obrigada!

À minha família: meu marido Rogério e meu filho Antônio, obrigada por compreenderem e entenderem minhas ausências, suportarem meus “surtos” e apoiarem minhas escolhas pelo caminho acadêmico.

À CAPES pelo fomento ao Programa desta pesquisa PLE.

E, por fim, gostaria de agradecer a mim, Juliana, que suportei percorrer o longo caminho para o doutoramento em meio à maternidade, pandemia e alguns tristes e difíceis lutos

familiares. Eu sabia que era uma mulher forte, porém, não tanto! Acredite, você conseguiu chegar até aqui!

Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um status científico; [...] é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em discurso; [...] é, também, os campos de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos se aparecem, se definem, se aplicam e se transformam; finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso. [...] é o conjunto de articulação com outros discursos ou outras práticas que não são discursivas.

Michel Foucault, A Arqueologia do Saber.

RESUMO

A relação entre discurso, sujeito e história é uma temática bastante pertinente para a compreensão das questões sociais, de forma que se constitui um viés de leitura e perspectiva de análise das relações estabelecidas a respeito do campo profissional do Secretariado Executivo. Sendo assim, uma vez que temos a hipótese de que a construção do Saber Secretarial é organizada por meio de dispositivos de poder e, também, de que há uma certa regularidade discursiva sobre o ato de assessorar no seu exercício cotidiano, defendemos como tese a existência de dispositivos que organizam e fazem funcionar a construção dos saberes, em específico, o Saber Secretarial, que, por meio de suas linhas visíveis e invisíveis de poder-saber, invisibiliza o Secretariado Executivo como campo de saber científico. Diante disso, o objetivo geral da presente pesquisa é cartografar esse saber a partir da ação dos dispositivos de poder-saber no Secretariado Executivo no Brasil. Essa pesquisa contribuirá com outras produções acadêmicas que tratam da temática sobre a construção do Saber Secretarial, além disso, poderá elucidar, ainda mais, o modo como os dispositivos em atuação produzem saberes e sujeitos no campo secretarial e comprovar seu ineditismo por utilizar, no campo linguístico, a teoria e o método dos Estudos Discursivos Foucaultianos junto a materialidades de campos heterogêneos para analisar traços que constituem o Saber Secretarial. Para tal desenvolvimento, propomos os seguintes objetivos específicos: a) discutir como a construção do objeto de estudo do Saber Secretarial está materializada nos discursos científicos publicados no período de 2017 a 2021 na base de dados Google Acadêmico, para buscar artigos que não estejam publicados em revistas específicas do Secretariado, e nos cinco periódicos eletrônicos de maior representatividade da área, a saber: Revista Expectativa, Revista Gesec, *Connection Scientific Journal* (CSJ), Revista Capital Científico e Secretariado Executivo em Revista; assim como b) escalonar os acontecimentos discursivos a respeito do Secretariado Executivo como campo de saber nos discursos oficiais do Código Brasileiro de Ocupações (CBO), da Lei de Regulamentação da Profissão, da Matriz Curricular do Curso de Secretariado Executivo da UEM e do Código de Ética. Com tais discussões, demonstramos como esses dispositivos atuam no funcionamento da construção do Saber Secretarial. Com a análise do dispositivo científico-acadêmico, podemos constatar como regular uma vontade de verdade que tramita sobre o alicerce da área estar alocada no campo das Ciências Sociais Aplicadas, com forte traço na Administração, apropriando-se de outros saberes de campos correlatos e caracterizando interdisciplinaridade da área, mostrando que os demais saberes que povoam as margens desse campo estão em nível de complementaridade da área e compõem a característica interdisciplinar do campo. Ao complementar nossas análises no dispositivo jurídico-legal-pedagógico, constatamos a objetivação do sujeito profissional de Secretariado como: assessor direto dos executivos que desempenha funções que envolvem a comunidade interna e externa da empresa e, por isso, se apropria dos elementos da Administração e da Gestão para gerir informações, controlar e elaborar documentos físicos e eletrônicos (arquivística), prestar serviços em idioma estrangeiro, atuar na organização de eventos e viagens, supervisionar equipes, gerar suprimentos, dentre a execução de tarefas administrativas no seu contexto organizacional. Assim, entendemos que a prática regular da atuação secretarial se realiza por meio das assessorias, de acordo com as demandas do contexto organizacional em que o profissional de Secretariado está inserido.

Palavras-chave: Secretariado; dispositivo; discurso; cartografia; saber-poder.

ABSTRACT

The relationship between discourse, subject and History is a quite relevant thematic to the comprehension of social issues, in a way that constitutes itself a bias of reading and a perspective of analysis from the relations established about the professional field of Executive Secretarial. Therefore, once we have the hypothesis that the construction of the secretarial knowledge is organized by power dispositives and, also, that there is a certain discursive regularity about the act of advising in its daily practice, the main objective from this research is to map this knowledge from the action of the power-knowledge dispositives in the Executive Secretarial in Brazil. This research will contribute to other academic productions which handle with the thematic about the construction of the secretarial knowledge, as well as can elucidate the way in which the dispositives in action produce knowledge and subjects in the secretarial field, in addition to prove its ineditism by using, in the linguistic field, the theory and methodology of Foucauldian Discursive Studies along with materialities from heterogeneous spheres to analyze features which constitute the secretarial knowledge. For this purpose, we propose to discuss how the construction of the study object secretarial knowledge is materialized in scientific discourses published between 2017 and 2021 in the database Scholar Google, to search for papers that are not published in Secretariat specific journals, and in the five electronic journals with the biggest representativeness in the area: *Revista Expectativa*, *Revista Gesec*, *Connection Scientific Journal (CSJ)*, *Revista Capital Científico* and *Secretariado Executivo em Revista*; we also propose to stagger the discursive occurrences about the Executive Secretarial as knowledge domain in official discourses from *Código Brasileiro de Ocupações (CBO)*, from *Lei de Regulamentação da Profissão*, from the Curriculum Matrix of Executive Secretarial Course of UEM and from Code of Ethics. By these discussions, we demonstrate how these dispositives act in the functioning and construction of secretarial knowledge. By the analysis of scientific-academic dispositive, we could state as regular a truth will which proceeds over the fact that the area is allocated in the Applied Social Sciences domain, with a strong feature in Management, taking over other knowledges from other correlated fields and characterizing its interdisciplinarity, also showing that the other knowledges settled by the shores of this field are in a complementarity level. By adding to our analysis the legal-pedagogical dispositive, we verified the objectivation of the Secretariat professional subject as: direct advisor from executives who develops functions involving the internal and external company community and, for this reason, appropriates the elements of Management to run information, control and elaborate physical and electronic documents (archiving), as well as to provide services in other languages, to act in the organization of events and trips, to supervise teams and manage supplies, together with the management assignments in their organizational context. Thus, we understand that the regular practice of secretarial action is performed by the Advisory services, according to the demands from the organizational context in which the Secretariat professional is inserted.

Keywords: Secretariat; dispositive; discourse; cartography; knowledge-power.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura da ciência e dos campos científicos, inspirada nos pilares ensino, pesquisa, divulgação e aplicação de conhecimento	81
Figura 2 - Organização empresarial	124

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Temas do <i>corpus</i> científico de análise.....	65
Quadro 2 - Títulos do <i>corpus</i> científico de análise	66
Quadro 3 - Especificações das SEs analisadas	88
Quadro 4 - Especificações dos sujeitos das SEs analisadas	97
Quadro 5 - Produção científica a respeito do Secretariado e respectivas características gerais	100
Quadro 6 - Discurso do dispositivo jurídico-legal-pedagógico – documentos oficiais	107
Quadro 7 - Classificações do Secretariado na CBO	109
Quadro 8 - Sinônimos CBO e ocupações relacionadas.....	110
Quadro 9 - Definições das ocupações	111
Quadro 10 - Agrupamento da descrição sumária do cargo em torno do termo “Assessoria”	112
Quadro 11 - Caracterização da assessoria relacionada à gestão secretarial	116
Quadro 12 - Recorte do conteúdo programático da disciplina de Técnicas de Secretariado .	127

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
2 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA DOS ESTUDOS DISCURSIVOS FOUCAULTIANOS.....	22
2.1 CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS SOBRE A FASE ARQUEOLÓGICA: UM OLHAR PARA O SABER	23
2.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE CONHECIMENTO-INVENÇÃO, OBJETO, VERDADE, RESISTÊNCIA E DISPOSITIVO: UM OLHAR PARA O PODER-SABER.....	48
2.3 AS GENEALOGIAS: RELAÇÕES DE SABER-PODER INSCRITAS NA CONSTRUÇÃO DO SABER SECRETARIAL.....	52
2.3.1 As resistências nos dispositivos de poder.....	53
2.3.2 Resistir para existir! – Embates do campo secretarial para coexistir como campo de saber	58
3 DISPOSITIVO CIENTÍFICO-ACADÊMICO NO CAMPO SECRETARIAL	62
4 DISPOSITIVO JURÍDICO-LEGAL-PEDAGÓGICO: DISCURSO INSTITUCIONAL SOBRE O SECRETARIADO EXECUTIVO NO BRASIL	106
4.1 DAS CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADES E EMERGÊNCIA DA DESCRIÇÃO DAS MATERIALIDADES DISCURSIVAS: CBO, LEI DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO SECRETARIADO, CÓDIGO DE ÉTICA DA PROFISSÃO DE SECRETARIADO, MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE SECRETARIADO DA UEM	108
4.1.1 Sobre a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	108
4.1.2 Sobre a Lei de Regulamentação da Profissão.....	113
4.1.3 Sobre o Código de Ética da Profissão de Secretariado	113
4.1.4 Sobre a matriz curricular do curso de Secretariado Executivo da UEM.....	115
4.2 ASSESSORIA = GESTÃO SECRETARIAL: GESTÃO ORGANIZACIONAL DAS ATIVIDADES SECRETARIAIS, GESTÃO DE PESSOAS, GESTÃO DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DA COMUNICAÇÃO ORAL E ESCRITA	116
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130
REFERÊNCIAS.....	133

1 INTRODUÇÃO

O Secretariado¹ foi tema de discussão em meus estudos desde o mestrado (2017)². Priorizá-lo como objeto de pesquisa é, também, uma forma de mostrar como me constituo na condição de sujeito desse campo. Esta breve introdução, de cunho autobiográfico, tem o propósito de ilustrar um pequeno aspecto da vida que me levou a problematizar o Secretariado como objeto de saber. Assim, coloco-me nesta pesquisa como secretária executiva, docente e pesquisadora nos e dos Estudos Discursivos Foucaultianos. Minha formação em nível de bacharelado ocorreu pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), câmpus de Apucarana, em 2007, e minha trajetória como docente teve início em 2009, em cursos de nível técnico na cidade de Maringá, no estado do Paraná.

Após 2012, comecei a atuar em cursos de nível superior na UNESPAR e, a partir de 2015, na Universidade Estadual de Maringá (UEM), onde também cursei o mestrado e, agora, o doutorado, ambos em Letras, na área de concentração da Linguística, na linha de pesquisa dos Estudos do Texto e do Discurso com base foucaultiana. Essa linha possibilita, em geral, buscar subsídios para o estudo de problemas textuais e discursivos, viabilizando análises críticas do funcionamento da linguagem em *corpus* diversificado. Pertencer a esse lugar de fala me propicia problematizar como o campo secretarial está sendo constituído nas e pelas relações de poder-saber.

Na primeira experiência de investigação discursiva, durante o mestrado, propus-me a compreender, pelo gênero do discurso científico, enunciados materializados em dois livros publicados sob os títulos “Pesquisa em Secretariado: cenários, perspectivas e desafios” (2012) e “Pesquisa em Secretariado: reflexões acerca da construção do conhecimento” (2016). Essas obras trataram, especificamente, sobre os atravessamentos que constituem o Saber Secretarial. Dessa pesquisa, foi possível entender que há uma regularidade sobre o ato de assessorar como prática profissional da área. Essa prática se organiza no campo científico-acadêmico de forma inter, trans e multidisciplinar no Saber Secretarial (HORTELÃ, 2017).

¹ Neste momento introdutório, optamos por utilizar apenas a nomenclatura “Secretariado” como forma mais abrangente. Quando, no desenrolar da pesquisa, formos nos referir à profissão, utilizaremos a nomenclatura Secretariado Executivo.

² A pesquisa desenvolvida em nível de mestrado, sob o título “Análise arqueogenealógica em discursos sobre o saber o Saber Secretarial em formação”, embasada nos Estudos Discursivos Foucaultianos, problematizou os discursos do campo científico da área, com recorte de publicações entre os anos de 2012 a 2016. A pesquisa na íntegra está disponível em: http://old.ple.uem.br/defesas/def_Juliana_hortela_pedrone_valerio.html. Acesso em: 11 ago. 2022. A referência completa está na lista, ao final desta tese.

Um dos motivos de o campo secretarial não contemplar um objeto de estudo que o caracterize cientificamente desencadeia uma série de adversidades, uma delas é a ausência de mestrado e doutorado específicos na área. As maiores recorrências discursivas sobre essa premissa são colocadas acerca da necessidade de institucionalização, reconhecimento e legitimação da área no contexto brasileiro, tendo como principal demanda o reconhecimento pelos órgãos de pesquisa da área de conhecimento visando ao estabelecimento de programas de pós-graduação (CRUZ, 2018).

Essa afirmativa também é constatada na pesquisa realizada por Souza, Galindo e Martins (2015) sobre um mapeamento de teses e dissertações entre os anos de 1999 e 2013, e demonstra a inserção de estudos sobre o Secretariado Executivo em outras áreas, porque ainda não há, no Brasil, um programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* específico no Campo secretarial (ABPSEC, 2022, *on-line*).

Outro estudo conclui que o motivo da não contemplação científica da área é a não abertura de programas de pós-graduação específicos em Secretariado Executivo devido à tardia titulação de professores mestres e doutores (CIELO; SANCHES-CANEVESI; VILAS BÔAS, 2020). Com isso, há pesquisas de autores como Maçaneiro (2012), Nonato (2008; 2009), Biscoli e Bilert (2012), Souza, Galindo e Martins (2015) e Durante e Pontes (2015) que reiteram a necessidade desse campo em se consolidar teoricamente como área de conhecimento.

As ocorrências acima resultam em discussões sobre uma invisibilidade epistemológica do Secretariado. Essa decorrência direciona nosso entendimento sobre todo um escalonamento de tipos de acontecimentos diferentes, os quais produzem o efeito de desconhecimento sobre a não delimitação científica do campo secretarial. Sob a perspectiva da história serial³, destacamos dois acontecimentos⁴ de grande repercussão no campo científico do Secretariado: o descredenciamento (2005) e credenciamento (2021) na classificação da Tabela de Área do Conhecimento (TAC).

Importa esclarecer que a TAC é um regulador das áreas do conhecimento cujo propósito é organizar o universo de ciência e tecnologia do país para fins de gestão e de avaliação em níveis hierárquicos de agregação (SOUZA; STUMPF, 2009). Segundo informações retiradas

³ Uma breve informação sobre o que entendemos sobre história serial: aquela concebida diferente dos longos períodos, não centrada em torno do sujeito, mas sim das condições de emergência e possibilidade para que determinado acontecimento ocorra (FOUCAULT, 2015a). Este conceito será desenvolvido no capítulo teórico-metodológico.

⁴ Acontecimento, para Foucault (2015a), é um conceito que compõe a forma como o autor pensa a história serial. Nesse pensamento, a história não se centra mais nos longos períodos ou nos feitos da humanidade, mas na multiplicação de acontecimentos a partir de rupturas e descontinuidades da história.

do site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior⁵ (CAPES), a classificação das Áreas do Conhecimento tem propósito eminentemente prático, e proporciona às instituições de ensino, pesquisa e inovação uma maneira ágil e funcional de sistematizar e prestar informações concernentes a projetos de pesquisa e recursos humanos aos órgãos gestores da área de ciência e tecnologia. A organização das grandes áreas de conhecimento está sistematizada de acordo com as ciências do mundo, da vida e do homem, sendo nomeadas da seguinte forma: 1. Ciências Exatas e da Terra; 2. Ciências Biológicas; 3. Engenharias; 4. Ciências da Saúde; 5. Ciências Agrárias; 6. Ciências Sociais Aplicadas; 7. Ciências Humanas; 8. Linguística, Letras e Artes; e 9. Outros.

Até 2005, o curso de Secretariado Executivo era classificado na tabela no campo 9. Outros e, após isso, houve seu descredenciamento da mesma tabela pelos órgãos CAPES e CNPq⁶ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Em 2021, após inúmeras mobilizações da classe, o campo foi credenciado novamente.

Outro acontecimento que, em um movimento de relação de poder, pressionou o desenvolvimento estratégico da pesquisa científica no Secretariado Executivo foi a Consulta Pública realizada pela Secretaria de Ensino Superior (SESU)⁷ do Ministério da Educação (MEC), que propunha a extinção dos cursos de Bacharelado em Secretariado Executivo devido à insuficiência de pesquisa e de produção científica na área que viesse demarcar a abrangência e os limites dos seus domínios. Dessa forma, seria mantida apenas a demanda tecnológica das ofertas do curso. A consulta pública é um recurso utilizado para colher contribuições da sociedade sobre os assuntos que dizem respeito ao coletivo e possuem a finalidade de orientar políticas e ações tomadas pelos órgãos públicos. Seu processo de disponibilização varia de acordo com a gestão administrativa. Contudo, há algumas diretrizes para realizar sua efetivação. São elas:

⁵ **CAPES** é uma fundação vinculada ao Ministério da Educação (MEC) que atua na expansão e na consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados brasileiros. Tem tradição de determinar o descredenciamento (na prática, o fechamento) dos cursos que apresentam nota baixa ou deficiente. Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Coordena%C3%A7%C3%A3o_de_Aperfei%C3%A7oamento_de_Pessoal_de_N%C3%ADvel_Superior. Acesso em 22 abr. 2021.

⁶ **CNPQ** é uma entidade criada pela Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951, ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para incentivo à pesquisa no Brasil. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Conselho_Nacional_de_Developmento_Cient%C3%ADfico_e_Tecnol%C3%B3gico. Acesso em: 22 abr. 2021.

⁷ A Secretaria de Educação Superior (SESU) é a unidade do Ministério da Educação responsável por planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da Política Nacional de Educação Superior (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018).

1 – A população deve ter acesso a um documento com todas as informações referente a temática a ser consultada; 2 – É necessário que a consulta seja divulgada para a população, com prazo de início e fim; 3 – Após isso, o cidadão deve manifestar a sua opinião através de um ambiente digital (portal ou e-mail) ou levar o documento físico com as suas considerações à prefeitura, por exemplo; 4 – Quando finalizada a consulta, o órgão público deve publicar um documento/relatório final com as considerações e as decisões acerca do projeto em questão. Caso o órgão não possua um portal específico para a divulgação da consulta pública, a Secretaria Geral da Presidência da República disponibiliza o Participa.br, um ambiente virtual que fica à disposição para hospedagem e recebimento de sugestões da sociedade (O QUE..., 2021, *on-line*)⁸.

Em contrapartida, houve um comprometimento, por parte dos docentes e coordenadores dos cursos de Graduação em Secretariado Executivo de diversas instituições do país, para efetivar estratégias com vistas a fortalecer a pesquisa e a produção de conhecimento na área e tornar público seus resultados (ABPSEC, 2013).

Os dois acontecimentos mencionados – descredenciamento na TAC e Consulta Pública 2009 – são tomados como motim para desenvolver nossa proposta de que existem dispositivos de poder que organizam a construção do saber no campo secretarial. Essas intercorrências são o pontapé para discutir, sob uma perspectiva discursiva foucaultiana, como o objeto de saber Secretariado Executivo se inscreve nas relações de poder-saber que o constituem, pois acreditamos que problematizar esses acontecimentos, bem como sua repercussão, nos permitirá descrever, por meio da análise de enunciados, o funcionamento da construção do Saber Secretarial implicado nas estratégias e nas táticas de poder que constroem discursivamente este campo.

Uma vez que nossa proposição inicial parte do estudo de Nonato Júnior (2009) sobre as Ciências das Assessorias como objeto de estudo do campo secretarial, e da pesquisa realizada no mestrado mencionado anteriormente (vide nota 2), observamos que a prática discursiva científica do Secretariado não possui um consenso sobre o objeto de estudo da área. Por isso, com vistas a ampliar nossos horizontes investigativos, propomos analisar discursos que extrapolam o campo científico, pois partimos da premissa de que o Saber Secretarial é congregado por linhas de forças por meio de dispositivos que atravessam a área. O exposto parte do entendimento que fazemos do conceito de dispositivo, tal como apreendido nos Estudos Discursivos Foucaultianos. Assim, por dispositivo compreendemos aquilo que engloba

⁸ O QUE é consulta pública: como funciona e quais os benefícios? **Exati**, 2021. Disponível em: <https://blog.exati.com.br/o-que-e-consulta-publica/>. Acesso em: 12 dez. 2022.

discursos de instituições heterogêneas, incluindo o dito e o não dito de uma rede que se pode estabelecer entre seus elementos (FOUCAULT, 2016).

Considerando o referido arcabouço teórico-metodológico e as experiências docentes no ensino superior, entendemos que há uma dualidade em relação de complementariedade entre teoria e prática, ou seja, uma teoria se reutiliza a partir de sua prática e vice-versa. Há de se considerar, por exemplo, disciplinas como Estágio Supervisionado, quando o discente vai para campo de trabalho na condição de estagiário para aplicar a teoria aprendida em sala de aula. Isso motiva a busca dos traços secretariais em materialidades que visibilizam a prática secretarial para compreender se sua atuação está de acordo com o que se tem desenvolvido cientificamente como teoria para este campo.

Dessa forma, considerando as relações de poder na construção desse saber, observamos que há o funcionamento de dispositivos que regulam sua constituição. Diante disso, colocamos a seguinte pergunta de pesquisa: “Como o Saber Secretarial está discursivamente constituído em dispositivos de poder?”.

Para traçar possibilidades de respostas, consideramos a relação entre discurso, sujeito e história, a qual é uma temática bastante pertinente para compreensão das questões sociais. A partir da história, podemos compreender as relações de poder e saber que constituem os sujeitos nas e pelas marcas do discurso. Nessa direção, explorar pelo viés discursivo a constituição do Saber Secretarial é entender a sociedade atual em uma de suas nuances, por meio de um diagnóstico do presente para escavar as camadas discursivas e fazer a sua história, a fim de entender a problematização foucaultiana sobre “quem somos nós hoje?” (FOUCAULT, 1995, p. 235). Assim, os caminhos apresentados por Foucault são organizados em termos de um empreendimento metodológico denominado arqueogenealógico.

Este método reúne as duas fases dos estudos do autor, acrescidas de um terceiro momento, em que são focalizadas as formas pelas quais o sujeito se constitui a si mesmo e adota certas técnicas para uma estética de si e arte de existência. As fases arqueológica e genealógica possibilitam, respectivamente, compreender as práticas discursivas, além do modo como os saberes de uma época se formam e se constituem como verdades e como as microrrelações de poder vão atravessar e constituir os sujeitos.

O método arqueogenealógico, nesse sentido, é fundamental para o desenvolvimento de nossa proposta, porque, em consonância com Dorne (2011, p. 53), “os saberes existentes em nossa sociedade mantêm uma íntima relação com os regimes de poder instaurados e exercidos nesta sociedade”. Portanto, é por meio desse método que podemos investigar como a associação da língua com a perspectiva histórica operacionaliza, em materialidades enunciativas como as

que circundam e constituem o Saber Secretarial, as relações de saber e de poder marcadas na história.

Do ponto de vista metodológico que fundamenta as pesquisas positivistas no campo das Ciências Sociais Aplicadas, campo ao qual a maior parte das produções científicas que o Secretariado Executivo está filiado, esta pesquisa é de cunho qualitativo, realizada por meio de uma revisão bibliográfica e documental, pois lançamos mão de um domínio teórico, os Estudos Discursivos Foucaultianos, operacionalizado para realizar a análise documental, realizada por meio do recorte de sequências enunciativas (SEs) (SEVERINO, 1995). Importa reforçar que essas duas metodologias não são equivalentes devido ao fato de pertencerem a correntes científicas e paradigmas diferentes. O equívoco de suas equivalências pode levar a contradições teórico-metodológicas.

Essa pesquisa contribuirá com outras produções acadêmicas que tratam da temática sobre a construção do Saber Secretarial, além de elucidar ainda mais o modo como os dispositivos em atuação produzem saberes e sujeitos no campo secretarial e comprovar seu ineditismo por utilizar, no campo linguístico, a teoria e o método dos Estudos Discursivos Foucaultianos junto a materialidades de campos heterogêneos para analisar traços que constituem o Saber Secretarial.

A fim de estabelecer o estado da arte para esta pesquisa, buscamos teses e dissertações que abordam a temática “a construção do Saber Secretarial” no levantamento de dados do Catálogo de Teses e Dissertações⁹ na plataforma eletrônica da CAPES. Para esse feito, foram utilizadas algumas palavras-chave pesquisadas separadamente para o processo de busca as quais apresentam relação com o campo associado estabelecido com a problemática e os objetivos desta pesquisa. São elas: “secretariado” – 139 resultados; “Saber Secretarial” – 1 resultado; “conhecimento secretariado” – 19623 resultados; “pesquisa secretariado” – nenhum resultado; “pesquisa secretarial” – 1 resultado; “secretarial” – 12 resultados. Optamos em não refinar o filtro das palavras-chave devido ao baixo resultado das buscas para as pesquisas específicas na área.

Desses resultados, constatamos que as pesquisas sob as palavras-chave “Saber Secretarial” e “Secretariado Executivo” abarcam trabalhos de outros campos que não o secretarial. Assim, na busca pelo termo “Secretariado”, dos 139 trabalhos resultantes, encontramos, nas quatro primeiras páginas, após leitura individual dos títulos, 80 teses e dissertações específicas do Secretariado. A busca pelos termos “Saber Secretarial” e “pesquisa

⁹ Disponível em <https://catalogodeteses.CAPES.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 29 nov. 22

secretarial” resultaram no mesmo trabalho, intitulado “Análise arqueogenealógica em discursos sobre o Saber Secretarial”, pesquisa que desenvolvemos em nível de mestrado. Já dos resultados encontrados na busca das palavras-chave “conhecimento secretariado”, apenas dois discorrem sobre o secretariado, porém não tratam do referente “construção do Saber Secretarial”, são eles: “A gestão do conhecimento e a atuação do secretário executivo na UEL” e “A gestão do conhecimento na percepção dos secretários executivos de uma instituição federal de ensino”. Por fim, dos 12 resultados encontrados na busca da palavra-chave “secretarial”, dois se relacionam com nosso referente de pesquisa. No entanto, são trabalhos que se repetem nas buscas realizadas pelas outras palavras-chave.

Deste modo, de toda a busca no catálogo, nosso estado da arte resulta em três pesquisas com potencial proximidade à nossa investigação: “**Secretário Executivo – uma análise da profissão frente às perspectivas da identidade e competências**” (SILVA, 2021), dissertação no campo da Administração¹⁰; “**A configuração da profissão de secretário em Sergipe: educação, atuação e organização da área (1975 – 2010)**” (SABINO, 2017), tese no campo da Educação¹¹; e “**Indicadores sobre o campo do Secretariado Executivo no Brasil: reconhecimento científico e possibilidades para a Pós-Graduação Stricto Sensu**” (CRUZ, 2018), dissertação no campo da Ciência da Informação.¹²

O estudo de Silva (2021) conclui que, no que tange à atuação profissional, o Secretariado Executivo é uma área de conhecimento

ampla e generalista que confere ao profissional grande número de possibilidades de atuação, desde que se leve em consideração ser profissional generalista com conhecimento especialista e que busque formação contínua (SILVA, 2021, p. 214).

¹⁰ Busca realizada no catálogo de teses e dissertações da CAPES: https://sucupira.CAPES.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11018035. Acesso em: 29 nov. 2022.

¹¹ Busca realizada no catálogo de teses e dissertações da CAPES: https://sucupira.CAPES.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4990976. Acesso em: 29 nov. 2022.

¹² Busca realizada no catálogo de teses e dissertações da CAPES: https://sucupira.CAPES.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7037560. Acesso em: 29 nov. 2022.

Também observou, no campo científico, que a base estrutural do Secretariado está sendo solidificada na perspectiva interdisciplinar, envolvendo o enquadramento da área em “epistemologias, teorias e metodologias do fazer secretarial” (SILVA, 2021, p. 215).

Já Sabino (2017, p. 8) retrata resumidamente, em sua pesquisa de doutorado, que “a educação especializada, como principal elemento da delimitação do campo, não se sustentou como distinção perante as práticas sociais, permanecendo confrontada com significados sobre o ofício historicamente constituídos”.

Por fim, o estudo de Cruz (2018) tem como motivação três premissas: o não reconhecimento da área pelos órgãos brasileiros de fomento à pesquisa; a diversidade de formação *stricto sensu* dos seus pesquisadores, causada pela ausência de PPS na área; e a não identificação das bases ontológicas e epistemológicas que alicerçam o seu conhecimento. A

autora fundamenta sua pesquisa na teoria da ciência da informação, utilizando-se, principalmente, dos estudos métricos da informação como instrumento. Com isso, conclui que o Secretariado Executivo se aproxima das ciências sociais aplicadas, como possível grande área de enquadramento, e da administração como subárea (CRUZ, 2018). Também identifica que a área possui mais estudos sobre abordagens técnicas, direcionadas ao mercado de trabalho, e menos em detrimentos teóricos e epistemológicos (CRUZ, 2018). Isso pode indicar que a área “esteja voltada para uma identidade mais técnico-profissional e menos teórica-acadêmica” (CRUZ, 2018, p. 169). Com tais resultados, a autora sugere que, quando a área ultrapassar os

entraves que dificultam a abertura de um Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Secretariado Executivo, se organize nas modalidades acadêmica e profissional (CRUZ, 2018).

Esse estudo é o que mais se aproxima do nosso objeto, pois busca as bases e as características científicas do campo secretarial pelo viés da ciência da informação, ao passo que nossa pesquisa investiga, pelo viés dos estudos foucaultianos, a construção desse saber.

Uma vez que temos a hipótese de que a construção do Saber Secretarial é organizada por meio de dispositivos de poder e, também, de que há uma certa regularidade discursiva sobre o ato de assessorar no seu exercício cotidiano, propomos o seguinte objetivo geral da pesquisa: cartografar o Saber Secretarial a partir da ação de dispositivos de poder-saber no campo do Secretariado Executivo. Para tal desenvolvimento, apresentamos os seguintes objetivos específicos:

- a) apresentar a teoria e o método dos Estudos Discursivos Foucaultianos com vistas a costurar esta teoria com as questões que abarcam o Saber Secretarial;
- b) discutir como a construção do objeto de estudo do Saber Secretarial está materializada nos discursos científicos publicados no período de 2017 a 2021 na

base de dados Google Acadêmico para buscar artigos que não estejam publicados em revistas específicas do Secretariado; e nos cinco periódicos eletrônicos de maior representatividade da área, a saber: Revista Expectativa, Revista Gesec, *Connection Scientific Journal* (CSJ), Revista Capital Científico e Secretariado Executivo em Revista;

- c) escalonar os acontecimentos discursivos a respeito do Secretariado Executivo como campo de saber nos discursos oficiais do Código Brasileiro de Ocupações (CBO), da Lei de Regulamentação da Profissão e do Código de Ética.

Tais discussões pretendem mostrar que defendemos como tese a existência de dispositivos que organizam e fazem funcionar a construção dos saberes, em específico o Saber Secretarial, que, por meio de suas linhas visíveis e invisíveis de poder-saber, invisibilizam o Secretariado Executivo como campo de saber científico. Dessa forma, o dispositivo como prática justifica a luta/resistência que a área precisa exercer para contornar certos arranjos dos dispositivos, sendo eles destacados nesta pesquisa nos dispositivos científico-acadêmico e jurídico-legal-pedagógico.

A primeira série enunciativa empreende análises do discurso científico. Para tanto, foi reunido um compilado de 13 artigos, cujas temáticas tratam do Saber Secretarial e direcionam discussões sobre um objeto de estudo no e do secretariado. Desse número total, cinco artigos estão publicados em quatro periódicos da área de Secretariado e três estão publicados em áreas afins, o saldo de cinco artigos estão publicados em dois *e-books* da área. Quanto ao *Qualis* das revistas específicas do Secretariado, varia entre B2 e C. A busca que reuniu os seis artigos publicados em periódicos de áreas afins foi feita pela plataforma Google Acadêmico e, de posse dos resultados obtidos, selecionamos, por meio de leitura individual, os artigos que abordam em geral o desenvolvimento da ciência do secretariado para deles extrair as sequências enunciativas¹³.

Justificamos que a busca realizada para além das revistas específicas da área ocorreu devido ao levantamento de Cruz e Correia (2020), para quem 54% das publicações sobre o secretariado ocorrem em revistas de outras áreas. No entanto, as autoras explicam que, apesar de as revistas específicas possuírem classificação baixa no estrato *Qualis*, os autores ainda têm preferência pelas revistas da área, corroborando com o resultado descrito. Quanto ao período

¹³ Importa destacar que o critério de seleção dos artigos nas revistas científicas da área advém do resultado da pesquisa de Cruz (2017). Em estudo mais recente, Cruz (2021) atualiza o número de revistas específicas da área, as quais resultam seis. No entanto, esse último periódico não está classificado com a avaliação *Qualis* periódico da CAPES, por esse motivo foi excluído do *corpus*.

de busca das publicações, definimos trabalhos realizados entre 2017 e 2021, devido ao fato de já termos realizado, na pesquisa de mestrado, a análise das publicações científicas sobre essa mesma temática durante o período de 2012 a 2016.

A segunda série enunciativa discute sobre o dispositivo jurídico-legal-pedagógico e corresponde ao primeiro objetivo específico, que trata de analisar os discursos denominados aqui como oficiais. O recorte feito na respectiva seção reúne enunciados do Código Brasileiro de Ocupações (CBO), da Lei de Regulamentação da Profissão e do Código de Ética da profissão de Secretariado Executivo.

Portanto, as materialidades discursivas descritas anteriormente são parte do arquivo, indescritível em sua totalidade (FOUCAULT, 2015a), que compõe as perspectivas a respeito da ciência do Secretariado. Reunimos tais materialidades para delas recortar as sequências enunciativas (doravante SE) que constituem o *corpus* desta pesquisa. A organização desse material foi feita pelo cerceamento do referente “Saber Secretarial”, com base em três domínios discursivos que se entrelaçam, assim denominados: dispositivo científico-acadêmico e dispositivo jurídico-legal-pedagógico. Por domínio discursivo, estamos entendendo, com base na perspectiva aqui adotada, a presença de regularidades em torno de temas, domínios associativos, posições de sujeito e efeitos de poder.

Para tanto, a proposta de cartografar, nos moldes foucaultianos, permite-nos realizar uma espécie de mapeamento de forças e saberes que constituíram e constituem historicamente as sociedades ocidentais. Nesse campo teórico, cartografar seria diagramar o “mapa das relações de força”, o “mapa de densidade, de intensidade, que procede por ligações primárias não-localizadas e que passa a cada instante por todos os pontos, estabelecendo relações múltiplas e diferenciadas entre matérias e formas de expressão também díspares” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 9). Sabemos, pois, que a constituição dos saberes é operada em perspectivas, o que nos permite vislumbrar, a partir das análises de Michel Foucault, visibilidades e dizibilidades outras sobre problemáticas acerca do conhecimento. O conhecimento é localizado, visto de um determinado lugar, é, portanto, visível e enunciável, de acordo com um dado espaço, uma dada época (DELEUZE, 2017). Logo, essa busca cartográfica vislumbra uma nova geografia de nosso pensamento e de nossas práticas ao buscar, em discursos considerados menores, desviantes ou mesmo invisíveis, as operações essenciais que constituem o que somos e daquilo que fizemos e fazemos com nós mesmos (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011).

À medida que acreditamos haver dispositivos que congregam os atravessamentos manifestados em linhas de forças das relações de poder-saber, interessa-nos, portanto, mostrar

caracterizações, definições, categorizações, tematizações que objetivam o campo secretarial por meio das análises de enunciações.

Para esse desenvolvimento, na segunda seção, discorreremos sobre rastros da história do Secretariado Executivo e os conceitos basilares que constituíram, até a atualidade, os direcionamentos teóricos para os Estudos Discursivos Foucaultianos, particularmente os conceitos de dispositivo, formação discursiva, discurso e enunciado são norteadores para a presente pesquisa, os quais direcionam para uma análise discursiva calcada na obra de Michel Foucault.

A terceira seção, por sua vez, verifica como o Saber Secretarial está sendo constituído nos discursos científicos a partir de 2017¹⁴. Sabendo que as formas de poder vistas por Michel Foucault se organizam por meio de dispositivos, procuramos mostrar a existência do funcionamento de dispositivos que atuam na construção do Saber Secretarial.

Na quarta seção, desenvolvemos o que propomos em nosso primeiro objetivo específico. Nele, abordaremos o funcionamento do poder na construção dos saberes ao escalonar acontecimentos discursivos a respeito do Secretariado Executivo como campo de saber, em instituições como CAPES e CNPq e em discursos oficiais (CBO, Matrizes Curriculares, Lei de Regulamentação da Profissão e Código de Ética). De igual pertinência, é necessário acontecimentalizar o movimento de recredenciamento do Secretariado na TAC, regido e regulamentado por instituições como CAPES e CNPq, e colocar sob discussão o CBO, as Matrizes Curriculares e a Lei de Regulamentação da Profissão, o que contribuirá com as problematizações discursivas que ecoam em discursos de outros campos no Secretariado.

Assim, a seguir, iniciaremos a próxima seção com a discussão teórico-metodológica dos Estudos Discursivos Foucaultianos que trata, nos rastros da história, da constituição do Saber Secretarial. Com isso, abordamos os conceitos basilares que fundamentarão as análises nos capítulos subsequentes.

¹⁴ No mestrado, analisamos discursos científicos recortados de publicações realizadas até 2016 que discutiam sobre o Saber Secretarial.

2 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA DOS ESTUDOS DISCURSIVOS FOUCAULTIANOS

Considerando nossa proposta de investimento analítico, este capítulo tem por finalidade desenvolver as considerações teóricas e metodológicas apreendidas das análises feitas por Foucault e que serão empregadas neste trabalho. Uma vez que levantamos a hipótese de que a construção dos saberes e, neste caso, o Saber Secretarial, é organizada por meio de dispositivos de poder e, também, de que há uma certa regularidade discursiva sobre o ato de assessorar no seu exercício cotidiano, as considerações teórico-metodológicas foucaultianas possibilitam perseguir o objetivo geral de cartografar o Saber Secretarial como dispositivo de poder-saber em relação ao Secretariado Executivo.

Para tal desenvolvimento, os objetivos específicos de escalonar acontecimentos discursivos a respeito do Secretariado Executivo e discutir sobre a construção do objeto de estudo Saber Secretarial também podem igualmente ser alcançados mediante a explanação dos conceitos discursivos, tal como o referido campo teórico apresenta, fundamentado em Foucault. Como essa teoria foucaultiana é compreendida também como método, os conceitos empregados serão colocados em batimento com o que emergir das análises. Com isso, importa buscar o contexto em que surge o pensamento foucaultiano e suas bases.

O filósofo Michel Foucault contribuiu com diversas áreas do conhecimento, em especial com seus estudos sobre o sujeito louco e todo o discurso que se desenvolveu sobre o objeto loucura durante as décadas de 1960 a 1980. As obras do autor, em geral, estão voltadas principalmente para a forma como os discursos são construídos em nossa sociedade e como, a partir deles, surgem novos sistemas de pensamento ou, até mesmo, sistemas existentes se modificam. Importa, desse modo, como se (re)constroem os saberes por meio do exercício de poder e vice-versa, e como o poder legitima dado saber a fim de promover um regime de verdade, uma certa ordem no discurso.

A história, para Foucault, tem papel primordial na investigação sobre a constituição do sujeito e nas relações estabelecidas entre eles, pois é diante dos acontecimentos(s) discursivo(s) tomados na ordem da história e do discurso que se promove a irrupção de novos regimes de saber, a alteração de outros já existentes e, conseqüentemente, a movência nos exercícios de poder.

Ao produzir uma história sobre a constituição dos sujeitos, Foucault concebe este estudo por meio das relações entre saber e poder exercidas pelos sujeitos nas sociedades. Assim, seu arcabouço, que é ao mesmo tempo teórico e metodológico, contempla uma pesquisa para a qual

se direciona a **arqueologia como método** próprio da análise das discursividades locais, ou seja, dos saberes produzidos por meio dos discursos enunciados; e a **genealogia, entendida como o poder, é a tática** que faz intervir, a partir de discursividades locais e bem descritas, os saberes que se depreendem de tais discursos (NAVARRO, 2020).

Diante de tal compreensão da história e da arqueogenealogia foucaultiana, as seções seguintes tratam, mais detidamente, do saber (fase arqueológica), do poder (fase genealógica), para, então, nos determos no empreendimento analítico que segue, posteriormente, este capítulo.

2.1 CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS SOBRE A FASE ARQUEOLÓGICA: UM OLHAR PARA O SABER

Para rastrear o fio condutor do discurso que atua na produção do Saber Secretarial, apoiamo-nos em textos que das concepções de discurso, prática discursiva, acontecimento, enunciado e regras de formação do saber. Tais conceitos são apresentados em Foucault (1995; 2011; 2002; 2006; 2014; 2015a).

O modo como a história é pensada no postulado foucaultiano serve como base para desenvolver as questões sobre enunciado, bem como o método utilizado para analisar os discursos. Para isso, não se fala mais em uma história contínua, que segue uma linearidade cronológica e faz dos sujeitos os protagonistas dos grandes acontecimentos. De forma contrária, apoiado nas reflexões de Nietzsche, Foucault (2015a) apresenta uma problematização histórica sobre as condições favoráveis para que determinado acontecimento ocorra em dado momento, bem como descentraliza os sujeitos da história, considerando-os parte, e não mais protagonistas dos fatos.

Diante disso, o filósofo parte de acontecimentos discursivos para explicar o motivo e o contexto de irrupção de determinada situação. Nesse sentido, Deleuze (2017) explica que, em cada época, há uma positividade discursiva para emergência dos acontecimentos que, de tempos em tempos, estabelece aquilo que pode ser visualizado e enunciabilizado, pois não é tudo que pode ser visto e enunciado em qualquer momento. De acordo com o autor, o que define uma época, ou uma formação histórica, é um campo complexo feito de um arranjo de possibilidades enunciativas, realizadas pelo cruzamento de duas formas, o visto e o dito, ou melhor, o visível e o enunciável (DELEUZE, 2017).

É nessa direção que a busca arqueológica de Foucault empreende a análise de uma coleção de visibilidades e enunciabilidades de uma época, as quais, combinadas, resultam no

arquivo de um dado momento histórico que, por sua vez, é considerado como inesgotável em sua totalidade. Logo, são as formações históricas que vão determinar a existência dos objetos em dado momento (DELEUZE, 2017).

Em nossa busca pelo fio do discurso que contribui na constituição do Saber Secretarial, levamos em conta as visibilidades em torno da vontade de verdade desse saber e o modo como se materializam em acontecimentos discursivos, do tipo descredenciamento e credenciamento do Secretariado na TAC, Consulta Pública de 2009, dentre outros exemplos que também englobam a ação de instituições do discurso, sendo uma delas a Associação Brasileira de Pesquisa em Secretariado (ABPSEC), no nosso entendimento, atuante na vontade de saber deste campo. Esses escalonamentos de acontecimentos, sob suas regras específicas de formação, são entendidos como visibilidades que se tornaram materialidades dizíveis e suscetíveis à análise foucaultiana de discursos aqui empreendida.

Dessa forma, a arqueologia diz respeito a um “empilhamento de limiares diversamente orientados com base nos quais os enunciados poderão ser ditos enunciados políticos de tal formação, enunciados estéticos, enunciados científicos” (DELEUZE, 2017, p. 17). Suas regras de enunciação estarão, portanto, condicionadas às positivities discursivas de seu limiar de enunciabilidade, “que faz com que o enunciado pertença a tal ou qual limiar. [...] Logo, é necessário ver qual é o limiar estético de uma época e como os enunciados sobre a natureza ultrapassam esse limiar” (DELEUZE, 2017, p. 16-17).

Para investigar seu postulado baseado nas visibilidades e nas dizibilidades de uma época, Foucault considera a existência dos discursos no interior de uma história geral, e não global, desenhada em diferentes temporalidades, em rupturas, ao invés de longos períodos. Disso decorre o entendimento de monumentalização de documentos ao invés da interpretação, a constituição de série de séries ao invés da unidade. Com isso, monumentalizar documentos se aplica na busca de outras relações, outras formas de compreensão, questionamentos, problematizações de coerência e coesão das coisas, das continuidades e identidades (FOUCAULT, 2015a). Por isso, a noção de descontinuidade se destaca no desenvolvimento teórico e metodológico de Foucault, uma vez que, considerando a história atual em diferentes temporalidades, em rupturas, o autor direciona a constituição dos arquivos fundamentados em séries de séries.

Para esse propósito, são problematizadas as noções de tradição, influência, desenvolvimento e evolução, de mentalidade e espírito, de livro e obra para implementar uma analítica sobre as unidades do discurso, pois elas remetem ao tema da continuidade (FOUCAULT, 2015a). Essas renúncias são necessárias para mostrar que a produção discursiva

não é uma síntese acabada, mas que existe “o efeito de uma construção cujas regras devem ser controladas” (FOUCAULT, 2015a, p. 31). Por isso que, para buscar a descrição das unidades que se formam, os fatos são tratados como acontecimentos discursivos: “é preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos [...]. Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância.” (FOUCAULT, 2015a, p. 31).

Uma vez que Foucault distingue a história geral da história global, tal distinção estabelece, para o desenvolvimento das regras de formação dos objetos, as noções de dispersão, descontinuidade e monumentalização de documentos, de forma a conceber o discurso como prática. Em função disso, **para compreender a sociedade através do acontecimento discursivo**, o autor depreende as séries de séries a partir das práticas cotidianas, em um gesto de descrição das SEs (NAVARRO, 2020).

O acontecimento, para Foucault, é sempre discursivo, pois se materializa no discurso. Ele é

O conjunto sempre finito e efetivamente limitado das únicas sequências linguísticas que tenham sido formuladas: elas bem podem ser inumeráveis e podem, por sua massa, ultrapassar toda capacidade de registro, de memória, ou de leitura: elas constituem, entretanto, um conjunto finito (FOUCAULT, 2015a, p. 33).

Essa definição é entendida como uma irrupção enunciativa singular, pois um acontecimento discursivo possui um momento histórico próprio, único (GREGOLIN, 2006). De acordo com Gregolin, ele “é pensado como a emergência de enunciados que se inter-relacionam e produzem efeitos de sentido” (GREGOLIN, 2006, p. 27). Nessa mesma direção, Navarro (2015) acrescenta que a perspectiva metodológica de uma análise de discurso foucaultiana se orienta na apreensão de regularidades discursivas presentes nas relações entre enunciados, grupos de enunciados e acontecimentos discursivos de características social, cultural e histórica. Assim, é devido ao sistema de enunciabilidade que as análises desenvolvidas nessa concepção permanecem no nível do discursivo.

Os enunciados efetivamente produzidos, dessa forma, respondem a um sistema de enunciabilidade, pois o arquivo — entendido como todos os discursos produzidos em uma dada época sobre um objeto — rege o que pode ser dito, define as regras de uma prática que permite a subsistência dos enunciados (SARGENTINI, 2006). Assim, o enunciado é entendido como acontecimento, pois mantém uma íntima relação com aspectos das esferas social, política e histórica.

Nesse desenvolvimento arqueológico e diante do conceito de acontecimento, Foucault já constata que o poder é constituinte aos discursos, ele parte do pressuposto de que não é qualquer um que pode dizer qualquer coisa, em qualquer momento (FOUCAULT, 2014), como pudemos notar ao discorrer sobre os elementos teóricos da função enunciativa e formação discursiva. Nessa alçada, o autor também nos apresenta, em “A Ordem do Discurso”, as proposições, os princípios e as táticas da organização do discurso, ao fazer seu uso em um sistema de enunciabilidade. Diante disso, explica que

Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível. Gostaria de perceber que no momento de falar uma voz sem nome me precedia há muito tempo: bastaria, então, que eu encadeasse, prosseguisse a frase, me alojasse, sem ser percebido, em seus interstícios, como se ela me houvesse dado um sinal, mantendo-se, por um instante, suspensa. Não haveria, portanto, começo; e em vez de ser aquele de quem parte o discurso, eu seria, antes, ao acaso de seu desenrolar, uma estreita lacuna, o ponto de seu desaparecimento possível. (FOUCAULT, 2014, p. 5-6).

Com isso, Foucault reitera que a investigação do discurso parte de uma voz sem nome, empregando que as palavras são um jogo, ou seja, que o discurso parte de um sujeito não empírico, de um lugar assumido por ele assumido e que lhe dá voz.

O jogo discursivo compõe um conjunto de mecanismos que interdita, rejeita e produz uma vontade de verdade. A interdição refere-se ao tabu do objeto, ao ritual da circunstância e ao direito privilegiado daquele que fala. Ela é uma clara relação entre o discurso e o poder. Já a rejeição, por exemplo, no discurso sobre a loucura, é colocada em oposição à razão. Em nossa pesquisa, a rejeição pode ser constatada, por exemplo, no discurso científico, quando um pesquisador não tem seu texto publicado por não atender às normas vigentes de uma revista, ou outros fatos análogos quando tratamos sobre o crivo científico, que, por sua vez, legitima o saber no verdadeiro de nossa época. O funcionamento das normas vigentes de publicação estabelece, por exemplo, quem tem competência ou não para produzir ciência, pois estão ligadas ao conhecimento do gênero acadêmico científico.

Na terceira e última característica, a vontade de verdade, o discurso se apresenta como uma ferramenta de separação entre o verdadeiro e o falso. Acolher um discurso como verdadeiro ou refutá-lo depende do jogo de relações em que esse discurso está submetido para que seja acolhido ou não. Como citamos antes, as instituições acadêmicas/científicas já mencionadas atuam, por exemplo, como um sistema de regulação e organização dos saberes.

Sobre esses três mecanismos (interdição, rejeição e vontade de verdade), vejamos:

Se levantarmos a questão de saber qual foi, qual é, constantemente, através de nossos discursos, essa vontade de verdade que atravessou tantos séculos de nossa história, ou qual é, em sua forma muito geral, o tipo de separação que rege nossa vontade de saber, então é talvez algo como um sistema de exclusão (sistema histórico, institucionalmente constrangedor) que vemos desenhar-se (FOUCAULT, 2014, p. 14).

Logo, percebemos que a vontade de verdade resulta de uma estreita relação entre o poder e o saber. Disso decorre que o sistema de exclusão, que delimita quem fala, de onde fala e por que tem espaço para dizer o que diz, desencadeia a concepção de discurso como algo da ordem da língua e algo da ordem da história. Como analisa Foucault, “uma língua constitui sempre um sistema de enunciados possíveis – um conjunto finito de regras que autoriza um número infinito de desempenhos” (FOUCAULT, 2015a, p. 33). Por conseguinte, o campo dos acontecimentos discursivos,

É o conjunto sempre finito e efetivamente limitado das únicas sequências linguísticas que tenham sido formuladas: elas bem podem ser inumeráveis e podem, por sua massa, ultrapassar toda capacidade de registro, de memória, ou de leitura: elas constituem, entretanto, um conjunto finito. Eis a questão que a análise da língua coloca a propósito de qualquer fato de discurso: segundo a que regras de enunciado foi construído e, conseqüentemente, segundo que regras outros enunciados semelhantes poderiam ser construídos? A descrição de acontecimentos do discurso coloca uma outra questão bem diferente: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar? (FOUCAULT, 2015a, p. 33).

A resposta a essas perguntas demanda o desenvolvimento metodológico “que se orienta na apreensão de regularidades discursivas existentes nas relações que os enunciados estabelecem entre si, nas relações entre grupos de enunciados” (NAVARRO, 2015, p. 159). Destarte, o funcionamento de uma rede discursiva mobiliza três principais noções: enunciado, discurso e formação discursiva.

Segundo Gregolin (2006), a análise discursiva tem como tarefa descrever os jogos de relações entre os enunciados articulados em uma dada época. A autora segue afirmando que a constituição do enunciado se dá de forma concomitante pela singularidade e repetição, assim sua análise deve considerar a dispersão e a regularidade. Para sua finalidade analítica, devemos organizá-los em séries de séries “em busca das regularidades que funcionam tal qual leis que governam as dispersões dos enunciados que compõem esses discursos” (VEIGA-NETO, 2007, p. 48).

Por isso o discurso, em Foucault, é definido como um conjunto de enunciados que provêm de um mesmo sistema de formação, ou seja, decorre da mesma formação discursiva.

Esta, por sua vez, é definida como um conjunto composto por um certo número de enunciados, conceitos, escolhas temáticas, que descrevem sistemas de dispersões e buscam verificar como o discurso se organiza em uma ordem, quais são suas correlações, as posições assumidas, seus funcionamentos e suas transformações sócio-históricas (FOUCAULT, 2015a). Todo esse domínio associativo nos possibilitou, como adiantado na Introdução desta pesquisa, organizar nosso material de análise, observando três domínios discursivos que se entrelaçam: dispositivo jurídico-pedagógico, dispositivo científico-acadêmico e dispositivo midiático.

Em geral, o discurso é compreendido como um conjunto de enunciados que pode pertencer a campos diferentes, mas que obedecem a regras de funcionamento comuns. Como ensina Foucault, os discursos não são reduzidos a “conjuntos de signos [...], mas como práticas que formam sistematicamente os objetos que falam” (FOUCAULT, 2015a, p. 55). É por essa razão que o desenvolvimento analítico do discurso responde à pergunta sobre as condições (econômicas, políticas, sociais etc.) que possibilitaram, em certo momento histórico, o aparecimento de um determinado enunciado e não outro (GREGOLIN, 2006). Assim, o enunciado é compreendido como:

Um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. Trata-se de um acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado, de um lado a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra [...] porque é o único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem (FOUCAULT, 2015a, p. 34-35).

Sob essa ótica, o enunciado se constitui na ordem da língua e da história, ele é a “singularidade de sua situação, a condição de sua existência, sua correlação com outros enunciados [...] em um momento histórico particular” (GREGOLIN, 2006, p. 27) que precisa da língua para se materializar no discurso.

Assim, é estabelecida a relação dos acontecimentos com os enunciados, pois são aqueles que possibilitam a emergência discursiva destes. Concernem a maneira como os discursos emergem, regem o funcionamento, as formas do discurso. Essa relação é o que torna as coisas visíveis e enunciáveis.

Por essa relação, o enunciado não é, pois, somente uma estrutura que corresponde a um conjunto de elementos gramaticais. É uma função de existência que extrapola uma frase, uma proposição, um ato de fala, porque está no plano do discurso; não está submetido a uma estrutura linguística canônica (não se encontra o enunciado elencando os constituintes da frase);

tampouco não se trata do ato material (falar e/ou descrever), nem da vontade do indivíduo que o realiza, nem do resultado alcançado: sua operacionalização acontece “pelo que se produziu pelo próprio fato de ter sido enunciado” (FOUCAULT, 2015a, p. 105).

Com isso, entendemos que a língua e o enunciado não estão no mesmo nível de exigência, já que, para o funcionamento da língua – que é viva, movente, fluída –, é necessário extrapolar o signo e considerar suas condições de existência, as regras que a controlam e o campo em que se realiza.

Quanto ao Secretariado, podemos destacar como característica de um enunciado datado a referência da necessidade em fomentar a cientificidade do campo secretarial, pois temos a relação do acontecimento histórico com o enunciado marcado nas rupturas linguísticas sobre o credenciamento (2005) e recredenciamento (2021) na classificação da TAC, que torna o acontecimento enunciável e singular em um momento histórico particular, sua condição de emergência e correlação de existência ao dito referente, materializando-se na língua. Portanto, a relação dos acontecimentos com o enunciado ocorre na medida em que são os acontecimentos que dão possibilidade de emergência discursiva, eles concernem a maneira como os discursos emergem, regem o funcionamento das suas respectivas formas.

Diante da relação entre enunciado e acontecimento discursivo, entendemos que o enunciado “não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (FOUCAULT, 2015a, p. 105). É uma função de existência condicionada a “regras que se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita)” (FOUCAULT, 2015a, p. 105), porque não se restringe à existência de uma frase.

Além das características elencadas, o enunciado necessita do signo para se materializar; é singular, porque é tratado como um acontecimento que emerge em condições sócio-históricas específicas; e precisa, portanto, de circunstâncias de enunciabilidade únicas para coexistir. Diante do exposto, o enunciado é realizado quando cumpre uma função enunciativa a qual é descrita a partir de quatro elementos: referencial, posição sujeito, campo associado e materialidade.

A respeito do primeiro princípio da função enunciativa, o referencial, Foucault afirma que

O referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; define

as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade” (FOUCAULT, 2015a, p. 110-111).

Foucault (2015a) ainda explica que a originalidade dos enunciados se dá devido à peculiaridade das circunstâncias de seu reaparecimento, pois “se, nessas condições, uma formulação idêntica reaparece – as mesmas palavras são utilizadas, basicamente os mesmos nomes, em suma, a mesma frase, mas não forçosamente o mesmo enunciado” (FOUCAULT, 2015a, p. 108). É por esse motivo que ele é uma relação singular, um acontecimento, dado que, mesmo contendo signos linguísticos idênticos, sua condição de emergência nunca será a mesma.

O referencial é quem rege as condições de existência de um enunciado, posto que ele se constitui pelas leis de possibilidades, pelas regras de existência para que os objetos nomeados no/pelos signos linguísticos não resumam a proposição ao signo, no entanto, eles precisam do signo para se “expressar”. Com isso, a possibilidade de existência de um enunciado está ligada a um referencial, é ele quem dá as condições para que um enunciado seja proferido.

No estudo sobre a loucura, Foucault apresenta como referencial o discurso psiquiátrico. Em nossas discussões, centralizamos o referencial sobre a necessidade da área do secretariado em se consolidar como ciência, ou seja, a não delimitação de um objeto de estudo que caracterize cientificamente o campo secretarial. Isso, por sua vez, apresenta um campo de emergência e proporciona a existência de todos os discursos produzidos sobre esse objeto, discursos esses que tematizam, justamente, a necessidade de se limitar seu campo de atuação. É exatamente por conta dessa condição de não objeto que as regras de formação desse saber utilizam-se de um campo estratégico que visa cercar, delimitar, produzir, enfim, uma identidade secretarial, marcadamente atravessada por processos de objetivação, como veremos nos capítulos 3, 4 e 5, os quais partem da análise dos enunciados para escavar, nas entranhas das relações de poder, a constituição do Saber Secretarial.

Sobre a segunda característica da função enunciativa, a posição de sujeito, um enunciado precisa ser proferido por alguém, no caso, um sujeito. Nessa natureza da função enunciativa, a posição de sujeito não corresponde ao indivíduo que a formulou, “o sujeito do enunciado é uma função determinada, [...] vazia que pode ser exercida por indivíduos até certo ponto indiferentes, quando chegam a formular um enunciado”. (FOUCAULT, 2015a, p. 113). Essa posição, ainda, é “fixada no interior de um domínio constituído por um conjunto finito de enunciados; é localizada em uma série de acontecimentos enunciativos que já se devem ter

produzidos” (FOUCAULT, 2015a, p. 114). Assim, “descrever uma formulação enquanto enunciado [...] consiste em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito” (FOUCAULT, 2015a, p. 117). Nesse contexto, o exercício da função enunciativa compreende a relação entre o sujeito do discurso e a posição por ele adotada.

Igualmente, a circulação dos discursos está condicionada ao lugar em que o sujeito do enunciado ocupa. Os discursos que são atravessados por dispositivos, como o jurídico-legal-pedagógico, o científico-acadêmico etc., precisam estar amparados institucionalmente para que tenham legitimidade. Assim, por exemplo, para que um discurso científico circule, a posição ocupada pelo seu sujeito refere-se a um lugar institucional acadêmico-científico, esse lugar produz um efeito legitimador que precisa passar por vários critérios de avaliação, os quais vão atestar e fazer funcionar tal tipo de discurso. Esse funcionamento pode ser percebido quando, por exemplo, o sujeito que enuncia se apropria de outras vozes com *status* acadêmico elevado para reafirmar seu discurso. Ou seja, quando se apropria das produções teóricas já legitimadas, que ocupam *status* científico representativo, é possível observar o funcionamento dessa ordem discursiva.

Sobre o *status* desse funcionamento discursivo, são postas questões como: quem são os sujeitos que falam nos discursos analisados? Qual é o *status* acadêmico científico ocupado por esses sujeitos? Quais são suas áreas de formação? Sob qual perspectiva esses sujeitos falam? Este exemplo é tomado para o campo científico, mas com o dispositivo jurídico-legal-pedagógico, por exemplo, é possível considerar os mesmos questionamentos com a verificação da instituição que legitima o discurso, sua circulação, seu *status*, as posições adotadas etc.

Para responder a essas interrogações, discorreremos sobre a terceira característica da função enunciativa, o chamado domínio associado, que se constitui de quatro elementos, a saber: a) série enunciativa na qual o enunciado se inscreve; b) série de enunciados à qual o enunciado faz referência; c) conjunto de enunciados possíveis de serem formulados e/ou reformulados; e d) *status* do enunciado com relação ao campo discursivo no qual se inscreve.

De acordo com Foucault (2015a), um “domínio associado” torna o enunciado diferente, pois esse conjunto compreende seus elementos, encadeamentos e distribuição possíveis. Assim, “para que se trate de um enunciado é preciso relacioná-lo a todo um campo adjacente [...]; um enunciado tem sempre as margens povoadas de outros enunciados” (FOUCAULT, 2015a, p. 118). No entanto, esse campo adjacente não se resume ao contexto, pois,

O campo associado que faz de uma frase ou de uma série de signos um enunciado e que lhes permite ter um contexto determinado, um conteúdo

representativo específico, forma uma trama complexa. Ele é constituído, de início, pela série das outras formulações, no interior das quais o enunciado se inscreve e forma um elemento [...]. É constituído, também, pelo conjunto das formulações a que o enunciado se refere [...]. É constituído, ainda, pelo conjunto das formulações cuja possibilidade ulterior é propiciada pelo enunciado [...]. É constituído, finalmente, pelo conjunto das formulações cujo *status* é compartilhado pelo enunciado em questão [...]. Pode-se dizer, de modo geral, que uma sequência de elementos linguísticos só é enunciada se estiver imersa em um campo enunciativo em que apareça como elemento singular. (FOUCAULT, 2015a, p. 119-120).

Dessa forma, por campo associado entendemos todos os enunciados que povoam sua margem, formando um discurso sobre um determinado assunto, por exemplo, este enunciado: “As bases ontológicas e epistemológicas que permeiam os estudos de secretariado são oriundas de outras ciências e hoje há um consenso da necessidade de se instaurar seu domínio próprio de conhecimento científico” (MAÇANEIRO, 2012, p. 77). Todos os enunciados sobre a necessidade do campo secretarial em se consolidar como ciência, bem como suas especificidades sobre os saberes que o compõem se constituem, por conseguinte, como campo associado. Portanto, o campo associado sustenta o discurso sobre um determinado referente.

Por fim, a última característica da função enunciativa é a materialidade discursiva. O enunciado só pode ser descrito caso se tenha “uma substância, um suporte, um lugar e uma data” (FOUCAULT, 2015a, p. 123). É por isso que a materialidade desempenha, no enunciado, um papel de suma importância, não sendo apenas um “princípio de variação, modificação dos critérios de reconhecimento, ou de determinação de subconjuntos linguísticos” (FOUCAULT, 2015a, p. 123). A materialidade tem característica constitutiva, ou seja, um enunciado precisa apresentar uma superfície de emergência a qual deixa suas marcas registradas no tempo e no espaço, sendo tudo isso, a definição de materialidade.

Em suma, nos elementos da função enunciativa, um **referencial é um princípio de distinção entre outros enunciados; o sujeito que enuncia o faz de certa posição discursiva**, e isso poderá fazer o referencial ser sempre outro. **O campo associado mostra a relação que os discursos mantêm entre si**, indica, pois, um domínio de coexistência para outros enunciados. No que tange à **espessura material, essa apresenta um lugar específico de circulação dos discursos**. (FOUCAULT, 2015a).

O agrupamento de enunciados resulta, por esses meios, no conceito mais abrangente, que corresponde à formação discursiva, donde Foucault pressupõe que possamos

Definir o regime geral a que obedecem seus objetos, a forma de dispersão que reparte regularmente aquilo de que falam, o sistema de seus referenciais; que se defina o regime geral ao qual obedecem os diferentes modos de enunciação, a distribuição possível das posições subjetivas e o sistema que os define e os prescreve; que se defina o regime comum a todos os seus domínios associados, as formas de sucessão, de simultaneidade, de repetição de que todos são suscetíveis, e o sistema que liga, entre si, todos esses campos de coexistência; que se possa, enfim, definir o regime geral a que está submetido o *status* desses enunciados, a maneira pela qual são institucionalizados, recebidos, empregados, reutilizados, combinados entre si, o modo segundo o qual se tornam objetos de apropriação, instrumentos para o desejo ou interesse, elementos para uma estratégia (FOUCAULT, 2015a, p. 141).

Essas associações nos mostram que a “formação discursiva é o sistema enunciativo geral ao qual obedece a um grupo de *performances* verbais” (FOUCAULT, 2015a, p. 142). De certa forma, os elementos da formação discursiva são encontrados também via análise da função enunciativa, pois, segundo Foucault,

O que foi definido como “formação discursiva” escande o plano geral das coisas ditas no nível específico dos enunciados. [...] as quatro direções que analisamos (formação dos objetos, formação das posições subjetivas, formação dos conceitos, formação das escolhas estratégicas) correspondem aos quatro domínios em que se exerce a função enunciativa (FOUCAULT, 2015a, p. 142).

Quando a noção da formação discursiva emergiu entre o debate de Lacan, Pêcheux, Althusser e, também, Foucault, os autores propunham abordar as problemáticas do discurso. No capítulo da “Arqueologia do Saber”, em que Michel Foucault se debruça em desenvolver tal conceito, de início, parte do questionamento de que seria possível estabelecer uma unidade para o discurso. Para isso, o autor suspende quaisquer categorias que se apoiam em temas de uma história contínua. Nessa alçada, durante sua tentativa de descrever as relações entre enunciado, acontecimento e discurso, ou seja, a formação discursiva sobre os objetos como *a* medicina, *a* gramática, *a* economia política, o autor interroga: os discursos que formaram tais objetos

Não passam de um reagrupamento retrospectivo pelo qual as ciências contemporâneas se iludem sobre seu próprio passado? [...] E que espécie de laços reconhecer validamente entre todos esses enunciados que formam, de um modo ao mesmo tempo familiar e insistente, uma massa enigmática? (FOUCAULT, 2015a, p. 39).

A partir desses questionamentos, Foucault sente a necessidade de estabelecer um recorte para definir o conjunto de enunciados que se relaciona entre si, lançando, então, quatro possíveis hipóteses.

A primeira trata dos enunciados que “formam um conjunto quando se referem a um único e mesmo objeto” (FOUCAULT, 2015a, p. 39). Essa inquietude se dá em “saber se a unidade de um discurso é feita pelo espaço onde diversos objetos se perfilam e continuamente se transformam” (FOUCAULT, 2015a, p. 40). O que se considera, desse modo, é como se lançou luz para a existência de determinado objeto em um dado momento histórico.

À vista disso, pensamos, por exemplo, em quais os fatores que levaram a emergência de se discutir cientificamente sobre o Saber Secretarial, na medida em que, nos levantamentos históricos, notamos a existência dessa prática há tempos, porém, somente na atualidade é que se projeta luz sobre a discussão científica desse saber. O que se percebe é uma já existência dos objetos, mas um silenciamento pelo fato de não estarem visíveis e enunciáveis para uma dada época. Foucault (2015a, p. 40) explica que “a unidade dos discursos sobre a loucura não estaria fundada na existência do objeto loucura”, mas sim, submetidos a um jogo das regras que tornam possível, durante um período dado, o aparecimento dos objetos.

Entendemos, com isso, que há um jogo de relações para que um objeto emerja em forma de discurso. Sobre esse jogo, Foucault atenta-se para o fato de que o recorte discursivo dos objetos pode se dar por: medidas de discriminação e de repressão; diferenciação na prática cotidiana; jurisprudência; casuística religiosa; diagnósticos médicos, dentre outros inúmeros e possíveis jogos de relações entre o poder e o saber (FOUCAULT, 2015a).

Logo, definir um conjunto de enunciados em sua individualidade “consiste em formular a lei de repartição” (FOUCAULT, 2015a, p. 41). Essa lei traz luz à dispersão dos objetos, à apreensão de todos os interstícios que os separam, às distâncias que reinam entre eles. Em outras palavras, é preciso mobilizar todas as relações que viabilizem a emergência de um determinado objeto, buscando a condição de possibilidade, de uma época, para que ele exista. Portanto, não há como conceber um discurso como um conjunto de enunciados dispersos que falam sobre um mesmo objeto.

Quando indagamos e discutimos sobre as condições que possibilitaram a emergência discursiva do Saber Secretarial, notamos que as regras que condicionam o aparecimento desse objeto se dão por uma sucessão de fatos que desencadearam a necessidade de se discutir sobre o conhecimento científico da área. O acontecimento discursivo que desencadeou um único discurso (a necessidade de consolidar a área cientificamente) se justifica pela manutenção da

formação acadêmica em Secretariado, quando este não consta mais, na tabela do CNPq, como pertencente a outras áreas de conhecimento, junto ao Manifesto de 2009.

Assim, caso a pesquisa científica na área não se desenvolvesse, esta, por sua vez, correria o risco de não existir mais na modalidade Bacharelado, ficando restrita à formação técnica. Diante desse fato, docentes, discentes e demais envolvidos reúnem esforços para fortalecer a área como ciência, pois, até meados dos anos 2000, a pesquisa científica na área era muito tímida, e o que tínhamos tratava sobre o desenvolvimento do fazer secretarial, das ferramentas e técnicas da área, e não sobre os saberes que constituem e identificam o ato de secretariar e, por consequência, o Secretariado.

Ao abordar a questão da legitimação das relações no campo secretarial, destacamos que são inúmeras instâncias que atuam nos jogos das relações discursivas desse campo. Então, o que devemos considerar para a constituição de um objeto, em um momento específico, são as regras que condicionam a emergência dos objetos ao longo do tempo. São essas regras que delimitariam uma dada formação discursiva, por isso, observamos as séries de enunciados que compõem os objetos de uma época.

A segunda hipótese formulada refere-se a uma possível regularidade entre a forma, o tipo ou o encadeamento dos enunciados, o que levaria à necessidade de

Caracterizar a coexistência desses enunciados dispersos e heterogêneos; o sistema que rege sua repartição, como se apoiam uns nos outros, a maneira pela qual se supõem ou se excluem, a transformação que sofrem, o jogo de revezamento, de sua posição e de sua substituição (FOUCAULT, 2015a, p. 42).

Nesse sentido, cada campo de saber possui uma estrutura linguística específica. Por exemplo, o sujeito do Secretariado que fala em um ofício ou em uma portaria não é o mesmo que fala em uma circular interna ou memorando. Assume posições diferentes e precisa se valer das regras de formação que diferenciam um tipo de texto de outro. Quando, também, por exemplo, alguém diz que exerce a função de secretário de tal repartição, o que nos vem à mente: que faz atas, ofícios, relatórios etc. e cada um tem suas especificidades. Quem pode assinar um ofício em uma empresa? Quem o redigiu foi um secretário, mas quem assinou, se responsabilizando pelo contido?

Ao constatar isso, Foucault destaca sua terceira observação, a qual se dá no caso em que possa estabelecer uma relação entre sistema dos conceitos permanentes e coerentes em jogo. O autor problematiza as relações entre um conceito e outro e, também, o fato de que os conceitos

podem ser heterogêneos e, até mesmo, incompatíveis entre si (FOUCAULT, 2015a). É como se, nessa relação discursiva, buscássemos analisar

Não a coerência dos conceitos, mas em sua emergência simultânea ou sucessiva, em seu afastamento, na distância que os separa e, eventualmente, em sua incompatibilidade [...] tentaríamos analisar o jogo de seus aparecimentos e de sua dispersão (FOUCAULT, 2015a, p. 43).

Então, se há a existência de uma unidade, essa se encontra nas regras que tornaram possíveis um número variado de descrições, coletas e exposições de dados no espaço de um saber e não nos modos enunciativos.

Por último, a quarta hipótese questiona o reagrupamento dos enunciados, se seria possível verificar a persistência e a identidade dos temas (FOUCAULT, 2015a). A esse respeito, o filósofo destaca a variação dos discursos, em uma determinada época, sobre um mesmo tema/objeto, utilizando como exemplo o discurso da ideia evolucionista nos séculos XVIII e XIX, ao mostrar que essa mesma temática se articula a partir de jogos de conceitos, análise e campos de objetos diferentes (FOUCAULT, 2015a).

Diante disso, as quatro hipóteses destacadas abrem espaço para analisar cadeias de enunciados dispersos, desnivelados e desorganizados, além de “demarcar a dispersão dos pontos de escolha e definir, antes de qualquer opção, de qualquer preferência temática, um campo de possibilidades estratégicas” (FOUCAULT, 2015a, p. 45). Em meio à dispersão, Foucault questiona se não seria possível detectar um conjunto de regularidades dos enunciados entre as quatro hipóteses que se revezam e se reagrupam, chegando, assim, à seguinte definição de formação discursiva:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (**uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações**), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*”- evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio de objetividade”. Chamaremos *regras de formação* as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (**objetos, modalidades de enunciação, conceitos e escolhas temáticas**). As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva. (FOUCAULT, 2015a, p. 47, grifo nosso).

Essa formulação nos leva a compreender que as formações discursivas emergem na regularidade mediante a dispersão dos enunciados, uma vez que esse funcionamento poderá ser descrito no caso em que se tenham as quatro hipóteses que compõem as regras de formações dos discursos: **formação dos objetos, formação das modalidades enunciativas, formação dos conceitos e formação das estratégias** (FOUCAULT, 2015a, grifo nosso).

Na descrição das regras de formação do objeto “loucura”, Foucault faz os seguintes questionamentos:

Pode-se **estabelecer a regra a que seu aparecimento** estava submetido? Pode-se saber segundo **que sistema não dedutivo esses objetos puderam se justapor e se suceder** para formar o campo retalhado da psicologia? Qual foi **seu regime de existência** enquanto objetos do discurso? (FOUCAULT, 2015a, p. 50, grifo nosso).

Esse movimento analítico, por conseguinte, nos dá alicerce para descrever a constituição do Saber Secretarial, bem como seu regime de existência, dado que este saber existe e atravessa vários dispositivos e ordens do discurso e, nesse entremeio, é possível também estabelecer regras de aparecimento de enunciados a respeito do Secretariado, utilizando como recorte materialidades dos dispositivos legal-jurídico-pedagógico e científico-acadêmico, os quais, por vezes, se justapõem/se sucedem/definem a existência do Saber Secretarial.

Como resposta à indagação que ele mesmo se faz, o autor salienta a necessidade de demarcar três procedimentos metodológicos a se seguirem como regras de formação dos objetos, a saber: a) superfícies primeiras de emergência; b) instância de delimitação; e c) grades de especificação.

O primeiro procedimento refere-se às **superfícies de emergência** de um objeto em uma dada época, as quais se transformam com o passar do tempo. Assim, em uma dada sociedade, a emergência de um objeto pode se constituir em variadas instâncias discursivas, como da família, de um grupo social, de um grupo religioso, político, midiático, dentre outras instituições (FOUCAULT, 2015a). As superfícies de emergência mostram o local

Onde [os objetos] podem surgir, para que possam, em seguida, ser designadas e analisadas essas diferenças individuais que, segundo os graus de racionalização, os códigos conceituais e os tipos de teoria, vão (no caso do objeto loucura) receber a qualificação de doença, alienação, anomalia, demência, neurose ou psicose, degenerescência etc. (FOUCAULT, 2015a, p. 50).

É, então, nos campos de diferenciação que o discurso se manifesta, campos da “família”, do “grupo social próximo”, do “meio de trabalho”, da “comunidade religiosa” (FOUCAULT, 2015a, p. 50). Essas fronteiras sociais demarcam a superfície de emergência para o surgimento, a transformação e o desaparecimento de um objeto. Também nessas superfícies de aparecimento podemos encontrar a “possibilidade de limitar seu domínio, de definir aquilo que fala, de dar-lhe o *status* de objeto – ou seja, de fazê-lo aparecer e torná-lo nomeável e descritível” (FOUCAULT, 2015a, p. 51).

Podemos observar as superfícies de emergência do Secretariado em instâncias como do meio de trabalho, nas instituições que legitimam a atuação — como o Código de ética, a ABPSEC (Associação Brasileira de Pesquisa) e a FENASSEC (Federação dos Secretários e Secretárias) —, nas redes sociais e na mídia, quando esta, por exemplo, reproduz discursos sobre essa profissão em forma de filmes, novelas, notícias. Esses discursos circulam em gêneros como notícia, música, piadas, dentre outros.

Quanto ao segundo procedimento de formação dos objetos, as **instâncias de delimitação**, elas se referem às instituições regulamentadas que adquirem o direito de falar sobre o objeto. Além da medicina (instituição legitimada para falar sobre o objeto “louco”), outras instâncias possuem o *status* para falar sobre o louco, como Foucault (2015a, p. 51) exemplifica: “o conjunto de indivíduos que constituem o corpo médico, como saber e prática, como competência reconhecida pela opinião pública, a justiça e a administração”. Essas instituições legitimadas, tomadas como exemplo, atuam socialmente na distinção, nomeação e instauração do objeto loucura no século XIX.

Diante disso, destacamos a demarcação das fronteiras sociais em que surgem o aparecimento, a transformação e/ou o desaparecimento de um objeto discursivo circunscrito ao campo do Secretariado. No discurso sobre esse saber, tomamos como exemplo as instâncias que falam sobre o objeto secretarial e, além dos pesquisadores da área, podemos mencionar: a classe empresarial que desfruta dos serviços desse profissional; o Código de Ética da profissão; a FENASSEC e a ABPSEC; a mídia em suas mais variadas formas etc. Há, portanto, uma grande diversidade de práticas institucionalizadas que contribuem na constituição de determinado objeto em uma época específica. Essas instituições organizam os saberes sobre o objeto, além de produzir e garantir o funcionamento das práticas discursivas.

Ainda tomando como exemplo nosso objeto de estudo, podemos constatar que em outra época não existia, por exemplo, a instituição ABPSEC, cuja função é fomentar e disseminar a pesquisa na área. Importa destacar também a não existência, ainda, de órgãos competentes ao Conselho Federal da área. Talvez, em outra temporalidade, este órgão já esteja vigente e

contribua na produção de saberes para a referida classe. Essas instâncias entram no jogo de relações da produção discursiva desse objeto. No exemplo de Foucault (2015a), no caso da medicina, as instâncias de delimitação compõem um

conjunto de indivíduos que constituem o corpo médico, como saber e prática reconhecida pela opinião pública, a justiça e a administração, que no século XX, tornaram-se instâncias superiores que distinguem, designam, nomeiam e instauram a loucura como objeto (FOUCAULT, 2015a, p. 51).

No entanto, o autor nos mostra que há outras instituições envolvidas na constituição do objeto “louco”, como o papel da justiça, a autoridade religiosa, a crítica literária e a artística. Assim, compreendemos que o discurso sobre um objeto transita e se constitui nas instâncias que o delimitam (FOUCAULT, 2015a).

Quanto às **grades de especificação**, estas dizem respeito à submissão de diferentes objetos a sistemas que os classificam. São diferentes categorias que especificam, por exemplo, um sujeito como louco, e tais propriedades nos “permitem estabelecer repartições entre um e outro objeto e, também, aquilo que distingue um mesmo objeto nas várias práticas que o discursivizam” (VOSS, 2011, p. 38). De acordo com Foucault, nessa condição, “separamos, opomos, associamos, reagrupamos, classificamos, derivamos” (FOUCAULT, 2015a, p. 51).

Percebemos, nessas três condições, que a formação dos objetos não se dá por uma ou outra instância discursiva, mas por uma rede que se efetiva em um jogo de relações de uma época, entre várias instâncias que atuam na constituição discursiva dos objetos. No entanto, Foucault trabalha com a possibilidade de emergência em planos variados e, para defini-los, é preciso mostrar quais são as relações de coexistência.

Para tanto, Foucault expõe que as regras de formação dos objetos não obedecem a um sistema fechado, regular, homogêneo e constante. É necessário observar a dinamicidade das práticas discursivas e a especificidade de cada acontecimento que tornaram possível sua emergência, pois os objetos já existem, estão ali, apagados por motivos desconhecidos e, em um dado momento, devido a uma gama de relações, uma luz pode ser lançada sobre eles.

Foucault (2015a), então, interroga as condições que deram visibilidade a um determinado objeto e não outro em seu lugar. Nessa lógica, “o problema, na realidade, é saber o que os tornou possíveis e como essas ‘descobertas’ puderam ser seguidas de outras que as retomaram, corrigiram, modificaram ou eventualmente anularam” (FOUCAULT, 2015a, p. 52). Nessa esteira, a problematização em torno do nosso campo adjacente — a busca da

cientificidade do Secretariado — ganha visibilidade com as sucessões de acontecimentos que lançaram luz para sua discursivização.

Esse escalonamento de acontecimentos vem sendo discutido no decorrer do trabalho, no entanto, vale ressaltar as três condições acima descritas que proporcionaram sua emergência. Há de se considerar a relação das superfícies primeiras de emergência, ou seja, os grupos primeiros em que esse objeto é discursivizado, no caso as demandas acadêmicas; por sua vez, as instâncias de delimitação as quais dialogam com esse objeto, temos, por exemplo, as demandas mercadológicas, que possibilitam a existência da profissão de secretariado e adquirem o direito de falar sobre ele; e, por fim, as grades de especificação que classificam os objetos, o que nos levaria a interrogar se o Secretariado, como área do saber, se enquadra nas Ciências Sociais ou nas Ciências Humanas; se seria uma ciência aberta ou fechada. Enfim, quais são as grades que peculiarizam esse objeto?

Assim, definir um objeto de discurso é mostrar as relações estabelecidas entre os três procedimentos percorridos (superfícies de emergência, instâncias de delimitação e grades de especificação), que possibilitam a emergência e a visibilidade discursiva dos objetos, e são essas relações plurais que definem a subsistência de objetos também plurais, heterogêneos, que também não se constituem de forma constante, muito menos emergem de um mesmo lugar.

Ainda, a formação dos objetos organizada discursivamente:

É assegurada por um conjunto de relações estabelecidas entre instâncias de emergência, de delimitação e de especificação. Diremos, pois, que uma formação discursiva se define (pelo menos quanto a seus objetos) se se puder mostrar como qualquer objeto do discurso em questão aí encontra seu lugar e sua lei de aparecimento: se se puder mostrar que ele pode dar origem simultânea ou sucessivamente, a objetos que se excluem, sem que ele próprio tenha que se modificar (FOUCAULT 2015a, p. 54).

Além dessa constatação, o autor lança quatro observações com referência à natureza e às condições de existência dos objetos do discurso. A primeira delas consiste em traçar uma ordem do discurso, lembrando-nos de que “não se pode falar qualquer coisa em qualquer época; não é fácil dizer alguma coisa nova; não basta abrir os olhos, prestar atenção, ou tomar consciência, para que novos objetos se iluminem” (FOUCAULT, 2015a, p. 54). Segundo o autor, um objeto “existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações” (FOUCAULT, 2015a, p 55).

Na segunda observação, o filósofo mostra que “essas relações são estabelecidas entre instituições, processos econômicos sociais, formas de comportamentos, sistemas de normas

técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização” (FOUCAULT, 2015a, p. 55), exemplificando que elas não estão enraizadas no objeto, nem que definem sua constituição, mas que permitem a aparição do objeto, dando projeção à sua existência, sendo, assim, colocadas em um campo de exterioridade (FOUCAULT, 2015a).

Na terceira observação, há a existência de relações primárias, secundárias e um sistema de relações discursivas. Esse último, desenvolvido na quarta observação, tem a ver com o sistema de relações que se materializa no discurso, sendo, então, relações discursivas, não internas ao discurso:

Elas estão, de alguma maneira, no limite do discurso: oferecem-lhe objetos de que ele pode falar, ou antes (pois essa imagem da oferta supõe que os objetos sejam formados de um lado e o discurso, do outro), determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou tais objetos, para poder abordá-los etc. essas relações caracterizam não a língua que o discurso utiliza, não as circunstâncias em que ele se desenvolve, mas o próprio discurso enquanto prática. (FOUCAULT, 2015a, p. 56).

Respaldados por essas quatro observações acerca da constituição do objeto loucura, podemos considerar que a composição do Saber Secretarial se dá em um feixe de relações de dispositivos que se efetiva em uma prática discursiva institucional. São dispositivos institucionais de campos jurídico/pedagógico; acadêmico/científico, dentre outros que possibilitam o funcionamento discursivo sobre o objeto Saber Secretarial. Destes dispositivos, podemos elencar o envolvimento de instituições como o Código de Ética da área, a Federação Nacional, sindicatos, a Associação Brasileira de Pesquisa, e instituições como CAPES, CNPq e demais instituições envolvidas nesse feixe de relações.

A emergência dos objetos não ocorre de forma constante, ela se dá de acordo com os critérios necessários para o embate das relações de poder instauradas na constituição dos saberes. Sendo assim, a emergência não se dá “nem o domínio que formam; nem mesmo seu ponto de emergência ou seu modo de caracterização; mas o estabelecimento de relação entre as superfícies em que podem aparecer, em que podem ser delimitados, analisados e especificados” (FOUCAULT, 2015a, p. 57). Igualmente, entendemos que os discursos

Não são um puro e simples entrecruzamento de coisas e palavras [...] analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. Essas regras definem não a existência de uma realidade, não o uso canônico de um vocabulário, mas o regime dos objetos” (FOUCAULT, 2015a, p. 59).

Com isso, Foucault nos ensina que não devemos tratar os discursos como um conjunto de signos que remetem a significações, apesar de utilizar signos para designar coisas, devemos entender os discursos “como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (FOUCAULT, 2015a, p. 60). Portanto, os objetos são formados no discurso por um complexo feixe de relações que lança o olhar para sua constituição.

A partir disso, Foucault apresenta a necessidade de abordar, na construção da formação discursiva, a existência de uma **formação das modalidades enunciativas**, lançando, assim, algumas questões como: “que encadeamento, que determinismo há entre uns discursos e outros? Por que estes e não outros?” (FOUCAULT, 2015a, p. 61).

A fim de responder a essas indagações, que agora se referem à enunciação entendida como processo e não somente às questões lançadas anteriormente sobre as relações materializadas em práticas discursivas que constituem os objetos, definir as modalidades enunciativas é “encontrar a lei de todas as enunciações diversas e o lugar de onde vêm” (FOUCAULT, 2015a, p. 61). Nesse sentido, Foucault direciona sua atenção para “a lei de todas essas enunciações diversas e o lugar de onde vêm”. Essa lei de enunciação se constitui nas seguintes modalidades: a) quem fala, b) os lugares institucionais que esse sujeito fala, c) e as posições adotadas por ele.

Sobre a primeira questão, “quem fala”, a análise volta-se para o

Status dos indivíduos que tem – e apenas eles – o direito de regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir semelhante discurso (FOUCAULT, 2015a, p. 61).

Na busca da construção de nosso objeto, sob a análise dos dispositivos, por exemplo o acadêmico/científico, os sujeitos que ocupam a posição de pesquisadores da área viabilizam, autorizam e legitimam a produção do discurso científico desse objeto por meio de publicações em revistas, livros, comunicações informais, como comunicações de trabalhos nos grupos de trabalho em eventos acadêmicos etc. Já o dispositivo jurídico/pedagógico, por exemplo, atua na regulação das esferas sociais, no sentido de estabelecer condutas, diretrizes, limites e sanções. Disso, pode ser percebido as diferentes formas de encadeamento do discurso científico do discurso jurídico-pedagógico, por exemplo.

Assim, com o objetivo de encontrar a lei das diversas enunciações e o lugar de onde elas vêm, Foucault aborda, nos estudos sobre a loucura, o exemplo do *status* da enunciabilidade médica, chamando a atenção para o fato de que tal posição

Compreende critérios de competência e de saber; instituições, sistemas, normas pedagógicas; condições legais que dão direito – não sem antes lhe fixar limites – à prática e à experimentação do saber. Compreende, também, um sistema de diferenciação e de relações [...] com outros indivíduos ou outros grupos que têm eles próprios seu *status* [...]. Compreende, também, um certo número de traços que definem seu funcionamento em relação ao conjunto da sociedade. Esse *status* dos médicos é, em geral, bastante singular em todas as formas de sociedade e de civilização: ele não é quase nunca, um personagem indiferenciado ou intercambiável. A fala médica não pode vir de quem quer que seja; seu valor, sua eficácia, seus próprios poderes terapêuticos e, de maneira geral, sua existência como fala médica não são dissociáveis do personagem, definido por *status* que tem o direito de articulá-lo, reivindicando para si o poder de conjurar o sofrimento e a morte (FOUCAULT, 2015a, p. 61 - 62).

Desse exemplo, destacamos a posição do sujeito legitimado para proferir o ato de fala acerca da loucura, por exemplo, o médico. Entretanto, essa enunciação é amparada e cerceada por instituições que habilitam esse profissional a tomar a palavra e a definir o modo como ela aparecerá no fio de suas enunciações. Acrescenta-se a essa descrição arqueológica a articulação da relação entre as instituições que legitimam o médico a enunciar e os discursos dos campos jurídico, político, religioso etc.

No campo científico, o discurso que caracteriza a constituição do Saber Secretarial relaciona-se ao jogo discursivo entre instituições que o amparam e o legitimam, por exemplo, o discurso do sujeito docente. Esse sujeito, para proferir um discurso acadêmico, está amparado pela instituição que representa, no caso universidades, faculdades e instituições que dialogam e legitimam esse saber, como os campos jurídicos – a Lei de Regulamentação da profissão, o Código de Ética etc. Também importa considerar que, como a medicina, os discursos do campo científico possuem um *status* elevado em relação aos discursos de outras instâncias quando se trata da definição de um objeto característico da área. Apesar de o discurso de campos como a mídia, o jurídico e o pedagógico (que são os utilizados como recorte) também comporem unidades discursivas acerca do Secretariado, o *status* acadêmico sobrepõe-se aos outros para essa constatação, devido ao seu critério rigoroso que legitima o campo científico.

Assim, na segunda observação dos **lugares institucionais**, Foucault toma nota sobre os lugares que atestam, por exemplo, os discursos do médico. Não basta o *status* do médico na condição de profissional habilitado a tomar a palavra em uma prática discursiva. Instituições como o hospital e os laboratórios são requeridos para legitimar essa prática. É como se esses lugares fossem o local de onde o discurso é produzido, afirmado e autorizado, definindo, assim, o modo como a palavra surgirá no fio das enunciações. Também são inúmeras as relações

institucionais e os saberes que atuam no funcionamento discursivo, por exemplo, para atestar a instituição laboratorial. Esse local do discurso precisa seguir as normas experimentais dos saberes da física, da química ou da biologia (FOUCAULT, 2015a). Essa relação produz o discurso como um emaranhado, como um nó em uma rede discursiva.

No caso do objeto do Saber Secretarial, podemos mencionar que as relações entre quem fala (o sujeito legitimado para proferir discursos) e os lugares de se onde se fala funcionam como instâncias legitimadoras da verdade inerente ao discurso e primordiais para a manutenção e a transformação dos saberes. Dentre as diversas instituições que legitimam o discurso secretarial, podemos destacar, nessa relação adjacente ao discurso acadêmico, o discurso do Código de Ética da profissão, o discurso econômico (como o da classe empresarial), o discurso jurídico (como o da regulamentação da profissão), dentre outros. Todos esses são entendidos aqui como dispositivos que atuam na construção do Saber Secretarial.

Por fim, o terceiro e último ponto tratado por Foucault acerca das modalidades enunciativas são as **posições** adotadas pelo sujeito que fala, ou seja, quem fala e a posição assumida pelo seu sujeito. São, portanto, definidas pelo autor como a uma “situação que é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos: ele é sujeito que questiona, segundo uma certa grade de interrogações explícitas ou não (FOUCAULT, 2015a, p. 63).

No discurso científico, tomado ainda como exemplo, colocamos em evidência as posições que os sujeitos assumem sobre o campo de constituição do Saber Secretarial. Elas derivam dos espaços acadêmicos e se relacionam com os campos e os domínios de informações imediatas da atuação prática do profissional secretário executivo, como o meio econômico, político, empresarial, categoria profissional etc. Sobre essa reflexão, Foucault afirma que todos esses campos de relações devem ser tratados e observados no jogo de uma descrição arqueológica, exemplificando com o objeto estudado, no caso do saber médico:

[...] entre o espaço hospitalar, [...] entre os campos de observações imediatas e o domínio das informações já adquiridas; [...] entre o papel do médico como terapeuta, seu papel de pedagogo, seu papel de transmissor na difusão do saber médico e seu papel de responsável pela saúde pública no espaço social (FOUCAULT, 2015a, p. 64).

Seguindo sua análise, Foucault (2015a, p. 64-65) afirma que “esse relacionamento de elementos diferentes [...] é efetuado pelo discurso clínico; ele é, enquanto prática, que instaura entre eles todos um sistema de relações que [...] emprega, de forma constante, esse feixe de

relações”. Portanto, as relações entre o *status* do sujeito que enuncia, o **lugar** institucional de onde fala e as **posições** que esse sujeito pode ocupar no local em que atua definem a composição e o funcionamento das modalidades enunciativas (FOUCAULT, 2015a).

Logo, o componente modalidades enunciativas faz o sujeito aparecer como uma dispersão nas práticas discursivas. Isso ocorre por conta dos seus variados *status*, lugares institucionais de onde enuncia e as posições que assume ao fazer uso do discurso. Segundo Foucault, é pouco provável que se consiga descrever uma unidade em torno das modalidades enunciativas, mas sim uma descrição regular da dispersão de enunciados, como, por exemplo, a dispersão de enunciados que reunimos em torno do objeto de Saber Secretarial, destacados aqui pelo funcionamento dos dispositivos do campo jurídico-pedagógico, científico. Descrevemos, diante dessa dispersão, uma regularidade enunciativa em torno da discussão de nosso objeto estudado.

Assim, percebendo que não é possível descrever uma unidade discursiva apenas por meio da formação dos objetos nem das modalidades enunciativas, Foucault avança para a **formação dos conceitos** de um dado discurso. Nessa terceira formação, o autor expõe o estabelecimento de um sistema dos conceitos permanentes e coerentes em jogo, problematizando as relações entre um conceito e outro e, também, a heterogeneidade e a incompatibilidade existentes nos conceitos (FOUCAULT, 2015a).

Com isso, nos é mostrado que há divergência entre os conceitos em diferentes épocas, em uma mesma época e, também, em diferentes posicionamentos e pensamentos dos sujeitos sobre um mesmo conceito. Tomando como exemplo, nas Ciências Humanas, a gramática, é perceptível que cada escola de pensamento tem um conceito diferente sobre esse objeto, o qual se opõe, inclusive, dentro de cada instituição de ensino, criando, assim, uma zona de conflitos conceituais. Os conceitos não se bastam em uma mesma época, “alguns que são antigos [...], mudam de utilização; outros [...] aparecem; outros ainda [...] se formarão mais tarde” (FOUCAULT, 2015a, p. 68). Da mesma forma, percebemos tais formas de ocorrências no campo secretarial, as quais mostramos mais adiante com o aprofundamento analítico. Por isso Foucault ensina que não devemos analisar a coerência dos conceitos na relação discursiva, mas sim “tentaríamos analisar o jogo de seus aparecimentos e de sua dispersão” (FOUCAULT, 2015a, p. 43).

Então, não há, para a formação dos conceitos, uma forma sistematizada e lógica de sucessão conceitual, o que podemos observar são as regras de relações dispersas e irregulares em que se considera, na realização de sua descrição, **formas de sucessão, formas de coexistências e procedimentos de intervenção**.

Sobre as **formas de sucessão**,

entre elas há “diversas disposições das séries enunciativas”; “diversos tipos de correlação entre os enunciados”; e “diversos esquemas retóricos segundo os quais se pode combinar grupos de enunciados” enunciados já formulados alhures e que são retomados (FOUCAULT, 2015a, p. 68).

Em tempo, Foucault (2015a) ensina que, para analisar a formação dos conceitos, se faz necessário descrever como o campo em que os enunciados aparecem se organizam e circulam, exemplificando que

O que [...] vai reger o aparecimento e a recorrência dos conceitos [...] **é a disposição geral dos enunciados e sua seriação em conjuntos determinados; é a maneira de transcrever o que se observa e de reconstituir**, no fio dos enunciados, um percurso perceptivo; é a **relação e o jogo de subordinações entre descrever, articular em traços distintivos, caracterizar e classificar**; é a **posição recíproca das observações particulares e dos princípios gerais**; é o **sistema de dependência** entre o que se aprendeu, o que se viu, o que se deduz, **o que se admite como provável, o que se postula** (FOUCAULT, 2015a, p. 68, grifo nosso).

Essa citação esclarece que não existe um enunciado inaugural, e sim tipos de correlações de enunciados que se sucedem e modificam as relações entre os conceitos. Esses inúmeros tipos de correlações enunciativas se realizam em um “conjunto obrigatório de esquemas de dependências, de ordem e de sucessões em que se distribuem os elementos recorrentes que podem valer como conceitos” (FOUCAULT, 2015a, p. 68).

Já a respeito das **formas de coexistências**, Foucault afirma que esse método se volta para **campos de presença, campos de concomitância**, e os **domínios de memória**. Os campos de presença correspondem aos “enunciados que se referem a domínios de objetos inteiramente diferentes e que pertencem a tipos de discurso totalmente diversos” (FOUCAULT, 2015a, p. 69). Os campos de concomitância compreendem “os enunciados que se referem a domínios de objetos inteiramente diferentes e que pertencem a tipos de discurso totalmente diversos” (FOUCAULT, 2015a, p. 69). E, por fim, os domínios de memória

Trata[m] dos enunciados que não são mais admitidos nem discutidos, que não definem mais, conseqüentemente, nem um corpo de verdades nem um domínio de validade, mas em relação aos quais se estabelecem laços de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica (FOUCAULT, 2015a, p. 69).

Enfim, sobre os **procedimentos de intervenção**, esse método acontece na “descrição das **técnicas de reescrita, dos métodos de transcrição e dos modos de tradução, de apropriação, de delimitação, de transferência e de sistematização** dos enunciados. (VOSS; NAVARRO, 2011, p. 60, grifo nosso). Esses elementos heterogêneos são determinantes para a formação discursiva e permitem traçar um grupo de conceitos aos quais os diferentes elementos se relacionam uns aos outros (FOUCAULT, 2015a). De modo geral, os conceitos em formação no campo secretarial, as discussões entre os sujeitos que reafirmam e reiteram os conceitos coexistentes, bem como algumas técnicas de reescrita conceituais da história secretarial trazem um domínio de memória sobre uma (re)construção dos conceitos existentes e em formação no campo secretarial. Tudo isso compõe as regras de formação na e para a construção do discurso sobre o saber desse campo.

Por fim, a quarta e última direção de uma formação discursiva constitui-se a **formação das estratégias**, que designa a formação dos temas e das teorias desempenhados pelos enunciados advindos de um certo domínio discursivo. Uma formação discursiva será “individualizada se se puder definir o sistema de formação das diferentes estratégias que nela se desenrolam [...] um jogo de relações” (FOUCAULT, 2015a, p. 80-81). Portanto, para operacionalizá-la,

Devem ser descritas como maneiras sistematicamente diferentes formas de tratar objetos do discurso (de delimitá-los, reagrupá-los ou separá-los, encadeá-los e fazê-los derivar uns dos outros), de dispor formas de enunciações (de escolhê-las, organizá-las, constituir séries, compô-las em grandes unidades retóricas), de manipular conceitos (de lhe dar regras de utilização, fazê-los entrar em coerências regionais e constituir, assim, arquiteturas conceituais (FOUCAULT, 2015a, p. 82).

A esse respeito, Voss e Navarro (2011, p. 60, grifo nosso) explicam que é preciso considerar a “análise **dos pontos de difração, da economia da constelação discursiva e da função do discurso para práticas não-discursivas**”. Esses pontos de difração ainda se subdividem em “pontos de incompatibilidade, pontos de equivalência e pontos de ligação de uma sistematização” (*idem*, p. 60). Já a “descrição da função do discurso para práticas não-discursivas aparece ligada aos **regimes e processos de apropriação do discurso e às posições do desejo em relação ao discurso**” (*ibidem*, p. 61, grifo nosso).

Com isso, a formação discursiva é definida pela regularidade marcada temporalmente. Para isso, seu princípio de articulação está entre uma série de acontecimentos discursivos e outras séries de acontecimentos, transformações, mutações e processos que evidenciam “um

esquema de correspondência entre diversas séries temporais” (FOUCAULT, 2015a, p. 83). É por isso que a análise arqueológica “define as regras de formação de um conjunto de enunciados” (FOUCAULT, 2015a, p. 204), pois nos mostra como uma sucessão de fatos tomados como acontecimentos pode “na própria ordem que se apresenta, tornar-se objeto de discurso, ser registrada, descrita, explicada, receber reelaboração em conceitos e dar oportunidade de uma escolha teórica” (FOUCAULT, 2015a, p. 204), na medida em que nos permite investigar a possibilidade de correlação com acontecimentos exteriores, seus desdobramentos políticos, socioeducacionais, enfim, fatores que colocam o acontecimento em movimento (FOUCAULT, 2015a).

Portanto, há de se considerar que as rupturas transformam o regime geral de uma ou várias formações discursivas. Ademais, para dar continuidade a essa discussão, a subseção seguinte trata teoricamente das relações que tornaram possíveis a emergência do Saber Secretarial, bem como sua constituição.

2.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE CONHECIMENTO-INVENÇÃO, OBJETO, VERDADE, RESISTÊNCIA E DISPOSITIVO: UM OLHAR PARA O PODER-SABER

Na subseção anterior, percorremos o caminho que aborda as escolhas teóricas foucaultianas e seus postulados. Definimos, nesse percurso, conceitos basilares para um empreendimento analítico arqueológico, e nos valem de alguns deles conforme se mostram produtivos. Mais detidamente, ao nosso empreendimento analítico: em um gesto arqueológico, a noção de acontecimento, como partida de escavação para o desenvolvimento científico do Saber Secretarial; o conceito de função enunciativa e alguns elementos da formação discursiva; os elementos da formação discursiva, da qual a formação das modalidades enunciativas é bastante produtiva para nossas análises, junto à formação dos temas e das estratégias, pelos quais transitamos brevemente junto à formação dos conceitos e à dos objetos, compondo a metodologia genealógica, resultando no método arqueogenealógico. Agora, visamos desenvolver um trajeto que explore a constituição do Saber Secretarial nas e pelas práticas de saber-poder, com base no engendramento de domínios de saber que possibilitam o aparecimento de novos objetos, novos conceitos, novas técnicas e, conseqüentemente, novas formas de sujeitos de conhecimento (FOUCAULT, 2002).

Seguir essa proposta é levantar as possibilidades da construção discursiva dos sujeitos de saber em torno das relações de poder que deixam seus rastros na história. O que Foucault

(2016) chama de genealogia é a abordagem de uma forma de história que compreenda **como os saberes, os discursos e os domínios de objeto que transcendem a figura de um sujeito na história aos acontecimentos são constituídos.**

A emergência discursiva dos objetos ocorre através de modos de coexistência que dão visibilidade a determinadas coisas em um dado momento da história. Segundo Veyne (2011, p. 25),

A cada época, os contemporâneos estão, portanto, tão encerrados em discursos como em aquários falsamente transparentes, e ignoram que aquários são esses e até mesmo o fato de que há um. As falsas generalidades e os discursos variam ao longo do tempo; mas a cada época eles passam por verdadeiros. De modo que a verdade se reduz a um dizer verdadeiro, a falar de maneira conforme ao que se admite ser verdadeiro e que fará sorrir um século mais tarde.

Contudo, os fatos ocorridos como “naturais”, em um dado momento, podem ser refutados em outro. Por isso que os objetos são constituídos calcados em relações de coexistência até que se tornem objetos de verdade. Assim, diante das relações de coexistência, podemos afirmar que há vontade de verdade em tudo em torno dos objetos, ou seja, há que se contar com a positividade para que se instaure um discurso em uma dada época, em virtude da existência de

Todo um conjunto que caracteriza, para essa prática discursiva, a formação de seus enunciados; mas essa prática não se manifesta somente em uma disciplina de *status* e pretensão científicos; encontramos-la igualmente empregada em textos jurídicos, em expressões literárias, em reflexões filosóficas, em decisões de ordem política, em propósitos cotidianos, em opiniões (FOUCAULT, 2015a, p. 215).

Tais constatações revelam a forma de se fazer pesquisa no campo dos Estudos Discursivos Foucaultianos e direcionam a investigação sobre a positividade que alimenta a constituição do Saber Secretarial. A positividade faz emergir um saber; sua análise mostra as regras que uma prática discursiva põe em funcionamento para formar grupos de objetos, conjuntos de enunciações, jogos de conceitos, séries de escolhas teóricas (FOUCAULT, 2015a). Esses elementos caracterizam as relações de poder que estão inscritas na formação dos saberes.

Os saberes, portanto, se constituem de várias maneiras e se definem a partir de “um certo número de regras de jogo, das quais vemos nascer certas formas de subjetividades, certos domínios de objetos e certos tipos de saber” (FOUCAULT, 2002, p. 11). Além disso,

Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um *status* científico; [...] é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em discurso; [...] é, também, o campos de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos se aparecem, se definem, se aplicam e se transformam; finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso. [...] é o conjunto de articulação com outros discursos ou outras práticas que não são discursivas (FOUCAULT, 2015a, p. 219-220).

Assim, os saberes podem ser instituídos por práticas discursivas que se constituem por diferentes formações discursivas. Esse é um dos motivos que confere à ciência *status* de um campo do saber, sobretudo, porque o saber é o todo discursivo, já a ciência “localiza-se em um campo do saber e nele tem um papel, que varia conforme as diferentes formações discursivas e que modifica de acordo com suas mutações” (FOUCAULT, 2015a, p. 20).

Dessa discussão, importa destacar que a análise arqueológica não define entre a ciência e o saber uma relação de exclusão, mas mostra a positividade de como uma **ciência** se inscreve e funciona como **elemento do saber** (FOUCAULT, 2015a).

Apoiados nessa constatação, nos interessa problematizar as questões que abordam o que é a verdade, bem como os termos **origem** e **invenção**. No texto “A Verdade e as Formas jurídicas”, sobre as formas de verdade definidas a partir da prática penal, Foucault (2002, p. 12) constata que “elas nasceram em ligação direta com a formação de um certo número de controles políticos sociais no momento da formação da sociedade capitalista, no final do século XIX”. Vemos aí as relações de poder embutidas nessa construção.

Ademais, as reflexões foucaultianas advindas das leituras em Nietzsche problematizam os termos origem e invenção. Foucault (2015b) coloca em evidência esses termos ao apresentar sua forma de historicizar, mostrando que é necessário colocar em suspenso toda e qualquer forma de origem, e, posteriormente, vemos esse pensamento difundido ao explicar que há, portanto, uma invenção das coisas. Assim, esse termo passa a ser substituído pela palavra invenção (FOUCAULT, 2002). Logo, baseado em Nietzsche, Foucault (2002, p. 14) afirma que “em um determinado ponto do tempo e em um determinado lugar do universo, animais inteligentes inventaram o conhecimento”. Assim, Foucault (2002, p. 16) afirma que

O conhecimento foi, portanto, inventado. [...] o conhecimento não está em absoluto inscrito na natureza humana. [...] não constitui o mais antigo instinto do homem, ou, inversamente, não há no comportamento humano, no apetite humano, no instinto humano, algo como um germe do conhecimento. [...] o

conhecimento é simplesmente o resultado do jogo, do afrontamento, da junção, da luta e do compromisso entre os instintos. É porque os instintos se encontram, se batem e chegam, finalmente, ao término de suas batalhas, a um compromisso, que algo se produz.

Para nós, essa discussão contribui para o movimento de problematizar a “invenção” do conhecimento em Secretariado, à medida que a construção dos objetos atua “como um clarão, como uma luz que se irradia, mas que é produzido por mecanismos ou realidades que são de natureza totalmente diversa” (FOUCAULT, 2002, p. 16). O autor ainda explica que, para compreender as relações de luta e poder inscritas no conhecimento, devemos nos aproximar dos políticos, e não dos filósofos, pois, segundo ele,

Somente nessas relações de luta e poder (maneira como as coisas entre si, os homens entre si se odeiam, lutam, procuram dominar uns aos outros, querem exercer, uns sobre os outros, relações de poder) que compreendemos em que consiste o conhecimento (FOUCAULT, 2002, p. 23).

Consequentemente, o conhecimento é um efeito de um acontecimento, que é sempre perspectivo, visto de uma certa relação estratégica em que o homem se encontra situado e, por sua vez, define seu efeito, que pode ser parcial, oblíquo, polêmico e estratégico (FOUCAULT, 2002). Nessa relação,

O conhecimento esquematiza, ignora as diferenças, assimila as coisas entre si, e isto sem nenhum fundamento em verdade. Devido a isto, o conhecimento é sempre um desconhecimento. Por outro lado, é sempre algo que visa, maldosa, insidiosa e agressivamente, indivíduos, coisas, situações. Só há conhecimento na medida em que, entre o homem e o que ele conhece se estabelece, se trama algo como uma luta singular, um *tête-à-tête*, um duelo (FOUCAULT, 2002, p. 25-26).

Destarte, as relações de poder estabelecidas entre natureza humana e mundo tornam os objetos existentes no sentido de produzir conhecimento sobre algo. Segundo Foucault (2002), os textos de Nietzsche nos orientam a problematizar a constituição dos objetos diante das relações de força e política a partir das quais se formam certos domínios de saber. A fim de analisar tais relações de poder e as forças que lhes constituem, Foucault investe, então, em sua fase genealógica.

2.3 AS GENEALOGIAS: RELAÇÕES DE SABER-PODER INSCRITAS NA CONSTRUÇÃO DO SABER SECRETARIAL

Vimos que Michel Foucault procurou, na fase arqueológica, mostrar como a constituição dos saberes se dá nas relações discursivas e na sua articulação com as instituições no verdadeiro de cada época. Posteriormente, na fase genealógica, dedicou-se a explicar a existência de certos saberes, considerando que as transformações que os regem situam-se nas relações de poder, centradas sob um dispositivo político, a partir de um regime de verdade: “isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros” (FOUCAULT, 2016, p. 52). Para o autor, é preciso se preocupar com a forma concreta em que o poder se exerce, sua especificidade, suas técnicas e táticas (FOUCAULT, 2016).

Diante disso, o poder não é algo que se centraliza no Estado, de modo que, segundo Machado (2016, p. 13), haveria “uma articulação com poderes locais, específicos, circunscritos a uma pequena área de ação”. Contrário a isso, o poder que Foucault investiga não é centralizador, mas relacional e se espalha nas microesferas sociais. Isso não significa que o filósofo desconsidera a existência dessa relação de poder verticalizada, mas acentua sua condição de algo mais abrangente e, ao mesmo tempo, localizado, exercendo-se também de forma horizontal. Assim, Foucault entende que “os poderes se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social e, nesse complexo, os micropoderes existem integrados ou não ao Estado” (MACHADO, 2016, p. 15).

Destarte, a reflexão foucaultiana sobre o exercício dos micropoderes ocorre da relação cotidiana com os aparelhos de Estado. Nesse sentido, a análise realizada por Foucault

Visa distinguir as grandes transformações do sistema estatal, as mudanças no regime político no nível dos mecanismos gerais e dos efeitos de conjunto e a mecânica de poder que se expande por toda sociedade, assumindo as formas mais regionais e concretas, investindo em instituições, tomando em corpo técnicas de dominação (MACHADO, 2016, p. 14).

Com isso, o poder

Atinge a realidade mais concreta dos indivíduos – seu corpo – e que se situa no nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na cotidiana, e por isso pode ser caracterizado como micropoder ou subpoder (MACHADO, 2016, p. 14).

Dessa forma, as reflexões foucaultianas “servem como instrumento de luta, articulado com outros instrumentos, contra essas mesmas relações de poder [...] que impera em uma sociedade” (MACHADO, 2016, p. 15). Com as sociedades capitalistas, novas relações de poder

instituíram, também, uma genealogia que investiga novos modelos de saberes (MACHADO, 2016).

Em meio a essas relações, o discurso é tomado como instrumento de poder. O espaço de seu exercício aloja as relações de saber e poder e “funcionam como uma rede de dispositivos e/ou mecanismos a que ninguém ou nada escapa” (MACHADO, 2016, p. 17). Ele é produtivo e necessário, porque produz saber e por não ser exclusivamente repressivo e, com isso, fabrica o tipo de homem necessário ao funcionamento e à manutenção da sociedade, pois seu objetivo básico é gerir a vida dos homens (MACHADO, 2016).

Foucault (2015b) destaca, ainda, o exercício da resistência nas relações de poder. Este conceito, bastante caro para Foucault, realiza-se no contraponto das formas de resistir que o poder suscita. Assim, a resistência, prática constituinte das relações de poder tal qual investigamos, é aquela que se “produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda a relação entre um ponto e outro” (FOUCAULT, 2015b, p. 101). Nessas instâncias, o poder “é o nome dado a uma situação estratégica complexa” (FOUCAULT, 2015b, p. 101) que envolve as relações de uma sociedade determinada. Identificá-lo é analisar seu exercício de resistência, dado que “lá onde há poder há resistência” (FOUCAULT, 2015b, p. 104).

Para tanto, acreditamos profícuo adentrar na discussão sobre os dispositivos de poderes, pois este conceito abarca todas as relações de poder que constituem os saberes e vice-versa.

2.3.1 As resistências nos dispositivos de poder

A ideia central de Foucault (2015b; 2016), sobre as práticas que marcam na história as relações de saber-poder, direciona nossa discussão para o funcionamento dos dispositivos que regulam o Saber Secretarial. O conceito de dispositivo é utilizado como categoria de análise vinculada aos exercícios e às práticas de poder que incidem sobre o objeto aqui analisado, o Saber Secretarial.

Ao apresentar o referido conceito, Foucault marca a passagem do conceito teórico-metodológico arqueológico para o genealógico, e passa a direcionar as relações de poder na construção dos saberes nos discursos e, por consequência, na produção dos sujeitos. Com vistas a suceder a noção de episteme, Foucault faz um deslocamento desta concepção e se volta para a produção de saberes a fim de sistematizar como o dispositivo de poder incide sobre as práticas discursivas e, conseqüentemente, sobre a construção dos saberes (FRANCESCHINI; FERNANDES-JÚNIOR, 2017). Com isso, o autor francês mostra que o dispositivo é algo mais

complexo que a episteme, pois ela atua especificamente no discurso, já o dispositivo tem caráter mais heterogêneo, abarca o que é discursivo e não discursivo (FOUCAULT, 2016).

Este termo é encontrado com maior regularidade nas entrevistas-aulas de Foucault do que em seus livros. As entrevistas se definiam como diagnósticos do presente, à medida que as “linhas de atualização que traçava exigiam um outro modo de expressão diferente daquele próprio dos grandes livros” (DELEUZE, 1990, p. 8-9).

No percurso genealógico, quando a investigação de Foucault se direciona para os mecanismos e para os efeitos que os diversos dispositivos de poder exercem sobre os diferentes níveis da sociedade, Franceschini e Fernandes-Júnior (2017, p. 90) explicam que, neste momento,

Um dos grandes interesses de Foucault recai sobre o exame da produção de verdades, por meio dos discursos, mas a partir de dispositivos de poder. Interessa-lhe também verificar em que medida um dispositivo de poder incita a produção de enunciados, de discursos etc. Como expõe Foucault, a Análise do Discurso, assim, volta-se para a apreensão do dispositivo como prática discursiva e visa a apreender essa prática no ponto em que ela se forma, o que implica o estudo do sujeito (FRANCESCHINI; FERNANDES-JÚNIOR, 2017, p. 90).

Na tentativa de entender a produção dos sujeitos através da máxima “quem somos nós”, Gregolin (2015) esclarece que o dispositivo corporifica às análises a dimensão heterogênea das práticas discursivas e não discursivas, a fim de produzir subjetividades, reunindo as três dimensões foucaultianas sobre o poder, o saber e os modos de subjetivação dos sujeitos. Logo, a orientação analítica foucaultiana é observar as práticas discursivas a partir dos dispositivos de poder, a fim de verificar em que medida incita a produção de enunciados, de discursos conforme os regimes de verdades (FRANCESCHINI; FERNANDES-JÚNIOR, 2017).

Na esteira dessa discussão, para problematizar como a constituição do Saber Secretarial ocorre por meio de dispositivos, tomamos como base (não necessariamente nesta ordem) textos de Foucault, tais como: “A História da Sexualidade” (2015b) e “Segurança, território e população” (2008); textos assinados por Agambem (2009) e Deleuze (1990), e de autores brasileiros como Gregolin (2015), Sousa (2017), Sargentini (2015), Franceschini e Fernandes-Júnior (2017). O destaque para pesquisas de autores foucaultianos brasileiros e contemporâneos visa nortear o emprego do conceito de dispositivo em nossas análises, já que esta pesquisa se insere no contexto dos Estudos Discursivos Foucaultianos desenvolvidos no Brasil.

Assim como Deleuze (1990), Agambem (2009) também afirma que Foucault desenvolve a noção de dispositivo para englobar os outros conceitos que reúnem as discussões

do autor sobre o ser-saber, o ser-poder e o ser-si. Uma vez que o dispositivo é uma ferramenta que nos possibilita problematizar o funcionamento do poder para o entendimento do objeto Saber Secretarial, uma vez que abarca as instâncias do poder e do saber. Assim, é necessário descrever seu sentido e sua função metodológica.

O conjunto discursivo heterogêneo definido pelo dispositivo estabelece em seus elementos uma relação de força “através de uma espécie de guerra silenciosa, nas instituições e nas desigualdades econômicas, na linguagem e até no corpo dos indivíduos” (FOUCAULT, 2016, p. 275). É por isso que o saber se inscreve para além da episteme, pois sua construção está condicionada não apenas ao discurso científico, mas a toda uma conjuntura heterogênea que engloba o saber e o poder. Isso é o dispositivo que, por meio de um conjunto de leis, regulamentos e práticas, institucionaliza, normaliza e confere todo um *status* de verdade sobre os objetos (FOUCAULT, 2016).

Essa conjuntura desencadeia a construção de verdades, a qual, por sua vez, controla a produção dos discursos e é ancorada por uma base institucional, “sendo ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por toda uma espessura de práticas como a pedagogia, o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, as sociedades de sábios outros, os laboratórios hoje” (FOUCAULT, 2014, p. 20). Como afirma Gregolin (2015), a vontade de verdade é dada como o exercício mais acentuado na forma como o saber é disposto, valorizado, distribuído, repartido e atribuído em dada sociedade.

A organicidade empregada na analítica arqueogenealógica deve enxergar as articulações estabelecidas entre discurso e poder. Esse arranjo, primeiramente, questiona como os saberes aparecem e se transformam e, posteriormente, busca compreender o porquê dos saberes em uma perspectiva estratégica de elementos do dispositivo (GREGOLIN, 2015).

A base institucional que desencadeia a produção de verdades e que, por sua vez, controla a produção dos discursos é colocada em funcionamento pela urgência e emergência de alguns elementos que regulam o dispositivo acadêmico no Brasil. Por hora, destacamos os cursos de graduação e pós-graduação; entidades profissionais; entidades de pesquisa; eventos profissionais e científicos; periódicos científicos especializados; e frentes de pesquisa como instâncias mínimas de poder que condicionam o funcionamento do dispositivo acadêmico a uma rede que se exerce em todos os níveis.

Assim, a natureza dos elementos articulada aos dispositivos que incidem sobre as práticas de poder sobre o Saber Secretarial é materializada em forma de leis, instituições, e associações, por exemplo: a normalização dos cursos de formação superior; as leis que regulamentam a profissão do secretariado; o estabelecimento de diretrizes curriculares que

orientam os cursos de formação profissional no Brasil na Federação Nacional de Secretários (FENASSECC); a Associação Brasileira de Pesquisa em Secretariado (ABPSEC); os eventos científicos (meios informais de comunicação científica); e as revistas científicas. Podemos afirmar, assim, que há dispositivos regulando este saber advindos de instâncias heterogêneas, do meio jurídico, acadêmico, assim como do empresarial.

Foucault, ainda, ensina que o dispositivo de poder rompe, delimita fronteiras, classifica o lícito do ilícito e prescreve por meio de sua relação com a lei, permitindo, por meio do discurso legislativo, a forma de pronunciamento da regra (FOUCAULT, 2015b). Nessa direção, o autor mostra que os procedimentos de poder funcionam “não pelo direito, mas pela técnica, não pela lei, mas pela normalização, não pelo castigo, mas pelo controle, e que se exercem em níveis e formas que extravasam do Estado e de seus aparelhos” (FOUCAULT, 2015b, p. 98). Ademais, o poder se exerce porque não é somente repressivo, interdatório, mas porque produz desejo, vontade de verdade e saber, por sua positividade. Para isso, Foucault (2015b, p. 94) explica que “numa sociedade como a nossa [...] o poder não seria aceito se fosse inteiramente cínico”. Ele se manifesta em uma pluralidade de rituais com mecanismos sutis e delicados, “seu sucesso está na proporção daquilo que consegue ocultar dentre seus mecanismos [...] o poder, como puro limite traçado à liberdade [...] é uma forma geral de sua aceitabilidade” (FOUCAULT, 2015b, p. 94).

Dessa forma, existe um condicionamento entre uma certa liberdade de escolha e as consequências dos mecanismos dos dispositivos. Foucault (2008) problematiza, em uma de suas aulas, o que está no obscuro do dispositivo de segurança econômica da população acerca de uma certa liberdade para a comercialização de cereais no século XVIII. Segundo o filósofo,

A possibilidade de movimento, de deslocamento, processo de circulação tanto das pessoas como das coisas. E é essa liberdade de circulação que devemos entender, penso eu, pela palavra liberdade uma das faces, um dos aspectos, uma das dimensões da implantação dos dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2008, p. 63).

Essa técnica de governo implantada naquela época tem como plano de fundo gerir a população, utilizando como mote a privação do acesso aos alimentos. No entanto, o que gera esse discurso é o controle econômico que tange a seguridade da população a fim de constituir sujeitos dóceis e produtivos economicamente. Com isso, desenha-se uma sociedade mais controlada do que disciplinada. Deleuze (1990, p. 8) afirma que a “questão é saber se isso é melhor ou pior, porque fazemos também apelo as produções de subjetividade capazes de resistir a essa nova dominação.”

Por esses meios, os dispositivos de controle que organizam, classificam e delimitam fronteiras no campo do Saber Secretarial realizam, por meio dos seus artifícios, a produção de indivíduos para se tornarem sujeitos de algum tipo de poder-saber. Em torno das instituições destacadas que coexistem através da vontade de verdade sobre o Saber Secretarial, organiza-se todo um sistema tático, que pode ser analisado segundo o que orienta Foucault:

De regulação, de arbitragem, de delimitação, como maneira de introduzir ordem entre esses poderes, de fixar um princípio para mitigá-los, e distribuí-los de acordo com fronteiras e hierarquia estabelecidas. Essas grandes formas de poder funcionaram, diante das potências múltiplas e em confronto, acima de todos esses direitos heterogêneos, como princípio do direito, com a tripla característica de se constituírem como conjunto unitário, de identificar sua vontade com a lei e de se exercerem por meio dos mecanismos de interdição e sanção (FOUCAULT, 2015b, p. 95).

Há de se considerar, diante disso, as imposições das instituições como CAPES e CNPq para que os sujeitos, condicionados ao funcionamento desse dispositivo, sejam dóceis e produtivos para atender a demandas de produtividade científicas bastante altas. Assim, para que sujeitos pesquisadores subjetivem-se a esse dispositivo acadêmico, é preciso adentrar em uma estética de vida, com forte matiz produtivista, que os conduza ao funcionamento dessa relação. Em “Vigiar e punir”, Foucault explica o objetivo do poder sobre o corpo:

Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo - o corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam. [...] O Homem-máquina é ao mesmo tempo uma redução materialista da alma e uma teoria geral do adestramento, nos quais reina a noção de docilidade que une ao corpo analisável o corpo manipulável. É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado (FOUCAULT, 2011, p. 117).

Esse “Homem máquina”, de La Mettrie (escrito sob dois registros), tratava do corpo útil (registro dos médicos e filósofos) e do corpo inteligível (constituído por um conjunto de regulamentos militares e escolares refletidos para controlar ou corrigir as operações do corpo). Ora referia-se à submissão e à utilização, ora ao funcionamento e à explicação. Vemos que esse feito de poder opera sobre os sujeitos por meio do discursivo e do não discursivo. Ele se exerce!

Observamos, também, que as instâncias articuladas nessa relação de docilização são bastante heterogêneas. Esse poder que molda os corpos para a docilidade produtiva está por toda parte, localizado nas microrelações, não em apenas uma única estrutura, mas sim em dadas situações estratégicas complexas que se manifestam em um corpo social (FOUCAULT, 2015b).

Essa relação do poder implicada no dispositivo é praticada por uma “multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte” (FOUCAULT, 2015b, p. 100).

Assim, não há como constatar o princípio do poder, mas sim que ele vem de baixo e se realiza em nível de batalhas, a partir de esforços múltiplos que se formam e operam por meio de instituições as quais amparam e atuam seu exercício. Logo, a racionalidade tática em que se inscreve o poder encontra voz e amparo para atuar em conjunto por meio dos dispositivos (FOUCAULT, 2015b, p. 103).

Assim, os dispositivos que organizam e fazem funcionar a construção dos saberes – em específico, o Saber Secretarial, através de suas linhas (visíveis e invisíveis) de poder-saber – invisibilizam o Secretariado Executivo como campo de saber científico. Os registros dos embates caracterizados como atos de resistência manifestados no campo secretarial contornam certos arranjos dos dispositivos, conforme discussão a ser feita na seção seguinte.

Na subseção seguinte, adentramos o conceito de resistência para fundamentar este exercício de poder na constituição do Saber Secretarial e na própria existência do campo. A resistência emerge, por exemplo, nas batalhas enfrentadas pelo campo secretarial para atender ao funcionamento do dispositivo científico-acadêmico, proposto em nosso segundo objetivo específico.

2.3.2 Resistir para existir! – Embates do campo secretarial para coexistir como campo de saber

Ao falar de dispositivo, estamos lidando também com a questão do poder, do sujeito e, conseqüentemente, da resistência. Essa temática é compreendida no funcionamento do poder que adentra como elemento que compõe o dispositivo. Assim, junto à discussão sobre o princípio do poder, prosseguimos com a máxima foucaultiana de “onde há poder há resistência” (FOUCAULT, 2015b, p. 104), para constatar os atos de resistência inscritos nos dispositivos tratados nesta pesquisa.

Quando discutimos, por exemplo, sobre as batalhas que o campo secretarial enfrenta para atender ao funcionamento das normativas relacionadas às instâncias CAPES e CNPq, encontramos nessa relação de forças a existência deste saber, que se manifesta em atos de resistência representados, por exemplo, pela FENASSESEC e a ABPSESEC, as quais atuam nessa relação de poder como condição de existência do campo. Um exemplo claro dessa condição é

o manifesto realizado em oposição à consulta pública no ano de 2009. Na ocasião dessa consulta organizada pelo Ministério da Educação (MEC), ocorreu o movimento de resistência por toda a categoria secretarial em torno da abertura da pesquisa que tratava sobre a legitimidade da profissão.

Os atos de resistência à consulta pública retratam a coexistência do poder a partir “de uma multiplicidade de pontos de resistência que representam nas relações [...] o papel do adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite a apreensão” (FOUCAULT, 2015b, p. 104), e certifica a máxima foucaultiana da coexistência de poder e resistência ao evidenciar que eles se distribuem de modo irregular e se disseminam no tempo e no espaço com intensidade relativa. A FENASSEC, neste caso, representa uma vontade de verdade nesse saber, ao atuar como instituição interlocutora das relações de poder (FOUCAULT, 2015b). Amparada por instituições, a vontade da verdade fixada em um discurso se realiza como crivos para o acolhimento ou não de um discurso entendido como verdadeiro. Portanto, não é qualquer um que pode dizer qualquer coisa e em qualquer lugar. Os sujeitos são legitimados discursivamente, dos lugares de onde falam, pelo *status* que ocupam nas instituições e seu(s) posicionamento(s) (FOUCAULT, 2014).

Em concordância, entendemos, com o ensinamento foucaultiano, que a comunicação “é sempre uma certa forma de agir sobre o outro ou os outros” (FOUCAULT, 1995, p. 240). No caso analisado, a FENASSEC atua com um exercício de resistência, através de suas relações de comunicação com a operação dos elementos significantes, de forma a efetuar suas capacidades objetivas em técnicas e procedimentos de dominação no dispositivo acadêmico. As **capacidades objetivas** coagem, por meio de instrumentos institucionais, os efeitos do poder sobre os sujeitos secretariais.

Diante disso, resgatamos o que Foucault (1995) destaca sobre as relações do poder estarem sempre entrelaçadas entre três elementos: atividades finalizadas, relações de comunicação e capacidades objetivas, os quais se apoiam mutuamente como instrumentos de exercício de poder. Dessa forma, a aplicação de capacidade objetiva implica relações de comunicação, as quais, por sua vez, incluem as atividades finalizadas, caracterizadas como a operação dos elementos significantes que induzem efeitos de poder pelo fato de modificarem o campo de informação dos percursos. A associação entre esses três tipos de relação de poder pode não ocorrer de maneira uniforme nem constante.

Utilizando como base os escritos de Carvalho e Sargentini (2017), a materialidade que colocamos sob análise mostra que os desdobramentos das práticas discursivas inscritas nos dispositivos constituem uma espécie de sustentação à rede imaginária que liga um dispositivo

ao outro. Tais dispositivos, por sua vez, atuam na regulação da produção dos saberes sobre o secretariado. Esse movimento se dá na relação de sujeitos com práticas discursivas, entre o passado recente e o futuro próximo.

O poder, que funciona através do discurso como um elemento estratégico, direciona os atos de resistências, como a criação da ABPESEC e as manifestações representadas pela FENASSEC, e a condição para existência do Saber Secretarial. Nessa direção, conforme os ensinamentos foucaultianos, a resistência reorganiza, rompe unidades, reagrupa novos modelos e novas formas de existir (FOUCAULT, 2015b), bem como define, nos mecanismos produtores de saber, as estratégias de poder imanentes a essa vontade de verdade (FOUCAULT, 2015b).

Da mesma forma que a rede das relações de poder acaba formando um tecido espesso que atravessa os aparelhos e as instituições, sem se localizar exatamente neles, também a pulverização dos pontos de resistência atravessa as estratificações sociais e as unidades individuais. E é certamente a codificação estratégica desses pontos de resistência que torna possível uma revolução, um pouco à maneira do Estado que repousa sobre a integração institucional das relações de poder (FOUCAULT, 2015b, p. 105).

Como constatado, as resistências não existem fora do campo estratégico das relações de poder, seus mecanismos derivam sob o campo das correlações de forças, uma vez que os pontos de resistências estão presentes em toda a rede. Por isso, “o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (FOUCAULT, 2015b, p. 101).

Para adentrar o movimento de luta sobre as exigências de dispositivos que incidem sobre o Saber Secretarial, retomamos as discussões sobre dispositivo para teorizar a questão das estratégias de poder discutidas por Deleuze (1990). O autor explica que a função estratégica do poder possui regras de funcionamento específicas ao desenvolver que um dispositivo é composto pelas “linhas de visibilidade, linhas de enunciação, linhas de força e linhas de subjetivação” (DELEUZE, 1990, p. 4). Essas linhas estão fundamentadas nos três grandes eixos da obra foucaultiana: saber, poder e subjetividades. Gregolin (2015) resume cada uma das linhas que compõem o dispositivo conforme segue:

As duas primeiras dimensões dizem respeito às formas de funcionamento da enunciabilidade e da visibilidade que regem os elementos de um dispositivo. Trata-se, portanto, da forma como [...] se estabelecem jogos entre o visível e o invisível, a eloquência e o silêncio, com suas derivações, suas transformações, suas mutações. Já as linhas de força atuam como “flechas que não cessam de penetrar as coisas e as palavras. Elas estão intimamente relacionadas com a dimensão do poder e, por isso, atingem todos os espaços

do dispositivo, naquilo que o poder tem de “onipresente” [...]. Quanto às linhas de subjetivação, são um processo, uma produção de subjetividade derivada das outras dimensões do dispositivo [...] sempre mutáveis de acordo com as mudanças históricas (GREGOLIN, 2015, p. 11-12).

À vista disso, Deleuze (1990) explana que as duas primeiras dimensões dos dispositivos dizem respeito ao fazer ver e ao fazer falar. Já as linhas de força se produzem de um ponto ao outro em toda relação e passam por todos os lugares de um dispositivo. Elas são a dimensão do poder que se compõe com o saber. E as linhas de objetivação e subjetivação, ou linhas de fuga, transpõem as linhas de força e formam a curva, são a dobra, a reflexão dos sujeitos sobre se subjetivar ou não a determinados processos de subjetivação. Essa linha atravessa o saber e o poder, escapando tanto às forças estabelecidas quanto aos saberes constituídos. É um processo de individualização que afeta, sobretudo, pessoas ou grupos em formas de reinvenção. Todavia, não é certo que todo dispositivo disponha de processos iguais ou semelhantes.

Junto às afirmações de Deleuze (1990) e Gregolin (2015), podemos reiterar, claramente, a existência do funcionamento do dispositivo acadêmico atuando na construção do Saber Secretarial. Nessa direção, utilizando ainda a materialidade “Consulta Pública de 2009”, entendemos que a historicidade dos meios de circulação que tornaram este acontecimento visível e enunciável está condicionada ao regime que deve atender às demandas impostas ao dispositivo acadêmico, por exemplo, o regimento estabelecido por instituições como CAPES e CNPq.

As linhas de forças produzidas de um ponto ao outro – de um lado representadas pelas instituições CAPES, CNPq, MEC e, de outro, pela FENASSEC – organizam o dispositivo acadêmico. A FENASSEC, nesse caso, ao exercer seus atos de resistência, atua na linha de fuga, resultando na dobra, na reinvenção deste campo que se constrói através dos discursos produzidos nesse dispositivo, discursos tais que, por sua vez, vão organizar e determinar os processos de objetivação sobre o campo.

É pertinente considerar, por esses meios, que o dispositivo atua simultaneamente no reforço dos controles e, também, de forma igual nos atos de resistência em acordo com determinadas estratégias de poder (FISCHER, 2002). No caso da cartografia do Saber Secretarial, conforme mencionado na parte introdutória do trabalho, são diversos os dispositivos que regulam seu funcionamento e delimitam sua ordem discursiva, dentre eles, o científico-acadêmico, o qual envolve discursos do campo científico e caracterizam verdades acerca da profissão secretariado. São enunciados acerca deste dispositivo que explanamos e discutimos no próximo capítulo.

3 DISPOSITIVO CIENTÍFICO-ACADÊMICO NO CAMPO SECRETARIAL

Considerando a proposta de descrição enunciativa desta pesquisa, este capítulo tem por finalidade operacionalizar o movimento analítico em torno da materialidade denominada aqui dispositivo científico-acadêmico. Retomando a nossa hipótese de que a construção do Saber Secretarial é organizada por meio de dispositivos de poder e, também, de que há uma certa regularidade discursiva sobre o ato de assessorar no seu exercício cotidiano, perseguimos, neste momento, o **primeiro** objetivo específico, o qual trata de discutir como a construção do objeto Saber Secretarial está materializada nos discursos científicos publicados no período de 2017 a 2021, na base de dados Google Acadêmico e nos cinco periódicos eletrônicos de maior representatividade da área, a saber: Revista Expectativa, Revista Gesec, *Connection Scientific Journal* (CSJ), Revista Capital Científico e Secretariado Executivo em Revista.

A busca estendeu-se para além das revistas específicas da área, pois percebemos que havia publicações sobre a temática investigada em revistas de áreas afins. Com isso, os resultados encontrados foram 13 artigos, dos quais quatro estão publicados na Revista Expectativa, um na Revista Gestão em análise, um na Revista em Questão, um na Revista CSJ – ABPSEC e um na Revista Capital Científico Eletrônica, resultando em oito trabalhos publicados em revistas científicas. Os demais, sete artigos, estão publicados em *e-books*, sendo seis deles no *e-book* intitulado “A pesquisa no contexto secretarial: ensaios acadêmicos em perspectiva”, e um no *e-book*: “O conhecimento científico em secretariado”. O filtro utilizado foram as palavras-chaves: Saber Secretarial; conhecimento científico no secretariado; e objeto de estudo no/do secretariado, para localizar os artigos publicados em periódicos de áreas afins na plataforma Google Acadêmico. Ainda, realizamos uma procura em meio às referências dos artigos já encontrados, na busca de outras publicações que gravitam em torno da construção científica no e do Saber Secretarial. Importa destacar aqui que entendemos como efeito de complementaridade as seguintes temáticas: a construção científica no Secretariado, a construção do Saber Secretarial e pesquisa em Secretariado. Outra plataforma de busca foi o *site* da Associação Brasileira de Pesquisa e Secretariado (ABPSEC), pois os esforços para sua criação ocorreram como estratégia para fomentar a pesquisa no campo secretarial, após as intercorrências do Manifesto de 2009¹⁵. Dessa busca, resultou o recorte das sequências enunciativas que apresentamos no decorrer das análises.

¹⁵ Disponível em: https://abpsec.com.br/abpsec/?page_id=462. Acesso em: 11 maio. 2023.

A seleção das SEs nos artigos sob a temática para análise também ocorreu por meio de leitura individual de trabalhos que abordam, em geral, o desenvolvimento da ciência do secretariado. A busca realizada para além das revistas específicas da área se justifica com a constatação de Cruz e Correia (2020), que explicam que 54% das publicações sobre o secretariado ocorrem em revistas de outras áreas. O recorte temporal das publicações - trabalhos realizados entre 2017 e 2021 – se justifica devido ao fato de já termos realizado, na pesquisa de mestrado, a análise das publicações científicas sobre essa mesma temática durante o período de 2012 a 2016. Dos artigos encontrados com a temática sob procura, apenas de dois deles não obtivemos entrada de materialidade para recorte como SE.

Assim, tomando como mote a ruptura discursiva do Saber Secretarial e diante das questões que Foucault (2015a) apresenta sobre o funcionamento da prática discursiva e seu poder de instaurar e constituir os objetos conforme suas regras de formação e de normatização em cada época, retomamos o texto “A Arqueologia do saber”, discorrido no capítulo teórico, e acrescentamos, também, as discussões de Machado (2006), dadas as especificidades deste capítulo. É um caminho que nos possibilita especificar a experiência do sujeito com o saber, o qual é definido por um

conjunto de elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensáveis à constituição de uma ciência, apesar de não se destinarem necessariamente a lhe dar lugar, pode-se chamar *saber* (FOUCAULT, 2015a, p. 219, grifo do autor).

Nessas condições, Foucault explica que um saber não se resume a sua cientificidade, mas considera toda uma prática discursiva de campos diversos os quais constituem saberes acerca de um determinado objeto (FOUCAULT, 2015a). Por corolário, “quando a arqueologia descreve uma ‘formação discursiva’, determinando em seus quatro níveis suas regras de formação, aquilo que está sendo definido é um saber” (MACHADO, 2006, p. 154).

Assim, a análise dos saberes nos moldes foucaultianos busca, segundo Machado (2006), demonstrar as relações entre os saberes, considerando a positividade específica do que pode ser efetivamente dito e aceito como verdadeiro de uma época. O movimento de escavar as regras de formação dos objetos de acordo com as épocas visibiliza a formação de “uma prática discursiva e um saber revolucionário que estão envolvidos em comportamentos e estratégias, que dão lugar a uma teoria da sociedade e que operam a interferência e a mútua transformação de uns e outros” (FOUCAULT, 2015a, p. 235-236). Logo, as relações que constituem os saberes estão caracterizadas em estratégias que

[...] dão lugar a certas organizações de conceitos, a certos reagrupamentos de objetos, a certos tipos de enunciação, que formam, segundo seu grau de coerência, de rigor e de estabilidade, temas ou teorias. [...] Qualquer que seja seu nível formal, chamaremos, convencionalmente, de “estratégias” esses temas e essas teorias. O problema é saber como se distribuem na história (FOUCAULT, 2015a, p. 76).

Por isso, o autor afirma que há “diferença entre os discursos que têm presunção ou *status* de cientificidade e os que apresentam realmente seus critérios formais – aparecem no elemento de uma formação discursiva” (FOUCAULT, 2015a, p. 221-222). Dos elementos deste conceito, já apresentado na seção teórica, valemo-nos oportunamente de alguns que nos direcionam a encontrar regularidade(s) entre os encadeamentos discursivos que sejam capazes de definir o seu sistema comum de formação, em um gesto de descrição, para demarcação dos conjuntos de enunciados que se modificam com o tempo em suas variadas formas de enunciações.

Para Foucault (2015a), tal descrição se dá em um estudo que se refere às redes de conceitos e suas regras de formação (idênticas ou diferentes). Assim, com o conceito da formação discursiva, Foucault apresenta uma análise dos discursos, estabelecendo sua unidade através da dispersão, para a qual é preciso “definir um campo de possibilidades, temáticas, a regra de formação dos temas possíveis” (MACHADO, 2016, p. 146). A descrição de tipos heterogêneos de discursos estabelece regularidades, criando um sistema de formação discursiva ao qual Foucault denomina regras de formação. Em suma, “um discurso, considerado como dispersão de elementos, pode ser descrito como regularidade, e, portanto, individualizado, descrito em sua singularidade, se suas regras de formação forem determinadas nos diversos níveis” (MACHADO, 2016, p. 146).

Ademais, a análise arqueológica dos discursos

deve articular o acontecimento discursivo com o não discursivo, as formações discursivas com as não-discursivas. Ela [...] busca estabelecer uma relação com acontecimentos de outra ordem, seja ela técnica, econômica, social ou política (MACHADO, 2016, p. 107).

Os graus de variações encadeados nos discursos colocam em jogo, também, as relações de poder constituintes na produção dos saberes. Acerca disso, procedemos nossas análises em torno das relações estratégicas que constituem o Saber Secretarial, sabendo que essa constituição é fundada nas relações de poder-saber que resultam do conceito de dispositivo, pois a relação/atuação/coerção de um dispositivo de saber acadêmico e as práticas que ele utiliza para produzir as objetivações do campo secretarial se materializam, por exemplo, nas formas de enunciabilidade, as quais compreendem os elementos da formação discursiva (formação dos

objetos, das modalidades enunciativas, dos conceitos e das estratégias) e colocam em funcionamento o dispositivo, que, estrategicamente atuam em uma colocação discursiva técnica de poder, a fim de construir uma vontade de saber articulando-se nos jogo das relações de poder. Para tanto:

Perguntaríamos se nessas condutas, assim como nessas representações, toda uma prática discursiva não se encontra inserida; se [o **Secretariado Executivo**] é um conjunto de objetos que se podem falar (ou de que é proibido falar), um campo de enunciações possíveis, um conjunto de conceitos (apresentados sobre temáticas), um jogo de escolhas apresentadas em forma de condutas ou prescrição (FOUCAULT, 2015a, p. 233, grifo nosso).

Portanto, a análise dos discursos, guiada pela “definição de suas regras de formação, explicita sua condição de possibilidade pela definição do discurso como conjunto de enunciados” (MACHADO, 2016, p. 152). Nessa direção, Machado (2016) explicita que o gesto arqueológico da análise das formações discursivas é uma descrição de enunciados, sendo este a menor unidade de uma formação do discurso. O enunciado é, segundo o autor, a decomposição do discurso, é um átomo do discurso, compreendendo, pois, o discurso como uma família de enunciados, pois “o que foi definido como ‘formação discursiva’ escande o plano geral das coisas ditas no nível específico dos enunciados. As quatro direções em que a analisamos [...] correspondem aos quatro domínios em que se exerce a função enunciativa” (MACHADO, 2016, p. 153).

Diante disso, o material científico recortado para análise deste capítulo está reunido em torno do referente “A construção do Saber Secretarial”, fragmentado sob as seguintes temáticas de pesquisa identificadas em nossas buscas. Importa mencionar que esses três temas emergem como regulares na dispersão dos enunciados colocados sob análise.

Quadro 1 - Temas do *corpus* científico de análise

Temas	Resultados
Definição e reconhecimento do campo	5 resultados
Pesquisa discente	3 resultados
Parceria e interdisciplinaridades	6 resultados

Fonte: elaborado pela autora.

A partir do *corpus* em tela, retiramos as SEs, com vistas a buscar a regularidade no dispositivo científico-acadêmico, colocando sob análise os temas conceituais

arqueogenealógicos e escavando as relações de poder-saber que constituem o Saber Secretarial. Adiante, detalhamos os títulos dos artigos científicos em torno de seus temas aqui especificados.

Quadro 2 - Títulos do *corpus* científico de análise

Definição e reconhecimento do campo	Pesquisa discente	Parceria e interdisciplinaridades
1- “Cartografia do Secretariado Executivo no Brasil: estrutura e produção científica no processo de institucionalização”	6- “A contribuição dos Trabalhos de Conclusão de Curso para o desenvolvimento da pesquisa científica em Secretariado Executivo”	8- “A cooperação científica dos membros de um grupo de pesquisa em Secretariado à luz da Teoria de Redes”
2- “A busca da cientificidade do Secretariado no contexto brasileiro: aspectos históricos e contemporâneos”		9- “As diferentes perspectivas metodológicas nas interfaces da pesquisa secretarial – grupo de pesquisa Geset e sua formação interdisciplinar”
3 - “Conhece-te a ti mesmo: um olhar para o campo de pesquisa em Secretariado Executivo no Brasil”	7 - “O desafio da construção do conhecimento por discentes do curso superior de Tecnologia em Secretariado”	10 - “Ciência ou arte? Perspectivas sobre o campo de pesquisa do Secretariado”
4 - “Apontamentos sobre o campo do Secretariado Executivo no contexto brasileiro: identidade científica e reconhecimento”		11 - “Contribuições dos grupos de pesquisa para o desenvolvimento científico da área secretarial no Brasil”
5 - “Pesquisa em Secretariado na pós-graduação <i>stricto sensu</i> : levantamento de teses e dissertações produzidas no Brasil”		12 - “Formação profissional em Secretariado Executivo: inter ou multidisciplinar?”
		13 - “Institucionalização do Secretariado Executivo no Brasil sob a égide estrutural da ciência”

Fonte: elaborado pela autora.

Dessa organização extraída do *corpus* analítico, já podemos constatar que a pesquisa discente é bastante tímida no secretariado. Dos 13 artigos selecionados e distribuídos sob as temáticas, cinco se reúnem em “Definição e reconhecimento do campo”; já dois são relacionados à “Pesquisa discente” e seis se encontram sob “Parceria e interdisciplinaridades”.

Para colocar em batimento a análise proposta, seguimos o direcionamento empregado por Navarro (2020), mediante o qual, primeiramente, isolamos a instância de um acontecimento a fim de relacioná-lo com outros enunciados. No aspecto da história serial, tomamos como acontecimento o descredenciamento (2005) e (re)credenciamento (2021) do Secretariado na TAC a fim de isolar os acontecimentos a partir de seus diferentes estratos. Em torno disso, recortamos enunciados que tratam da **não delimitação científica do secretariado** a fim de compor a série enunciativa para análise, considerando suas regularidades e suas possíveis relações.

Como partimos dos acontecimentos considerados de maior amplitude em termos de fomento para a pesquisa científica no secretariado – o movimento de descredenciamento (2005) e recredenciamento (2021) do Secretariado na TAC –, importa descrever sobre esses fatos. Até 2005, “o curso encontrava-se classificado na grande área 'outros', sob o código 9.23.00.00-6” (PICCOLI *et al.*, 2016, p. 107). Conforme os autores, não há razão explícita que justifique a retirada do secretariado executivo como área de conhecimento científico. Também não foi encontrada, em termos documentais, uma justificativa acerca do critério utilizado pelo CNPq “sobre o que pode ser considerado ou não uma área do conhecimento e como uma área que era considerada como ‘do conhecimento’ pôde ser removida da tabela” (PICCOLI *et al.*, 2016, p. 107). No entanto, em contato com os estudos de Cruz (2018; 2023), concluímos que o Secretariado Executivo foi descredenciado da TAC por não cumprir os requisitos da produção científica exigidos pelos órgãos CAPES e CNPq.

Diante disso, destacamos que a criação dessas duas instituições significou o início da valorização da universidade, como meio e instrumento de capacitação de profissionais e de produção científica aplicável (ROMÊO; JORGE *apud* CORREIA, 2011), medida que amplia o recurso para pesquisa e aumenta a quantidade de projetos, bem como sua valorização.

A CAPES foi criada em 11 de julho 1951, pelo Decreto nº 29.741, com a denominação Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Estabelecida no início do segundo Governo Vargas, este órgão desde então vem implantando políticas que visam à expansão e à consolidação da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil (DURANTE; PONTES; BARROS, 2019). Suas políticas, metas e trabalho são estruturados por um plano, intitulado Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG)¹⁶. A CAPES é reconhecida como Agência

¹⁶ “Os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG), em suas edições, constituíram-se em elementos essenciais na construção, desenvolvimento conceitual e enquadramento da pós-graduação no país. Entendida como subsistema do conjunto do sistema educacional, a pós-graduação foi contemplada nos diferentes Planos Nacionais por uma direção macropolítica com a realização de diagnósticos e estabelecimento de metas e de ações, articulada por

Executiva do Ministério da Educação e Cultura (MEC) junto ao sistema nacional de Ciência e Tecnologia (C&T) e tem como responsabilidade a elaboração, a avaliação, o acompanhamento e a coordenação das atividades relativas ao ensino superior. Suas atividades são agrupadas em quatro linhas de ação desenvolvidas por um conjunto estruturado de programas, sendo eles: “avaliação da pós-graduação *stricto-sensu*; acesso e divulgação da produção científica; investimento na formação de recursos de alto nível no país e no exterior; promoção da cooperação científica internacional” (CORREIA, 2011, p. 43-44).

O sistema avaliativo nos programas de pós-graduação abrange a Avaliação dos Programas de Pós-Graduação e a Avaliação das Propostas de Cursos Novos de Pós-Graduação (CARACTERIZAÇÃO..., 2020). ¹⁷Dessa forma,

os programas de pós-graduação são acompanhados anualmente, além da avaliação trienal, por uma comissão composta por representantes de áreas que são nomeados segundo regras estabelecidas pelo Conselho Superior da CAPES. A comissão é escolhida seguindo os critérios: “1) qualidade científica de seus membros; 2) engajamento com a pós-graduação; 3) representatividade das subáreas que compõem a área e da diversidade que nelas exista; 4) representação das regiões do país em que há programas naquela área” (RIBEIRO *apud* CORREIA, 2011, p. 48).

Segundo os autores, os resultados apresentados após a avaliação são inseridos na ficha de avaliação definida pelo Conselho Técnico Científico Ensino Superior (CTC-ES), devendo constar os quesitos e itens avaliados com seus referidos atributos, inseridos comentários e justificativas da comissão avaliadora e finalizado com resultados expressos através de uma nota na escala de 1 a 7 (CAPES *apud* CORREIA, 2011). Nessa avaliação, devem constar os critérios gerais que levam em conta a produção científica dos docentes e discentes, a formação do corpo docente, a qualidade da formação dos alunos, assim como o impacto social do programa; com isso “[...] cada área tem bastante liberdade para definir como vai operar a sua avaliação” (RIBEIRO *apud* CORREIA, 2011, p. 48-49).

Portando, consolidada como *locus* de desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica no país, a universidade brasileira recebe apoio de diversos órgãos de fomento CAPES e CNPq para se assumir como tal (CORREIA, 2011). Assim, a pesquisa científica no

amplo sistema de financiamento governamental de ciência, tecnologia e meio ambiente” (BRASIL *apud* DURANTE; PONTES; BARROS, 2019, p. 96).

¹⁷ CARACTERIZAÇÃO do Sistema de Avaliação da Pós-Graduação. **CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sistema-nacional-de-pos-graduacao-snpq/permanencia/avaliacoes-antiores/avaliacao-trienal-2004-1/caracterizacao-do-sistema-de-avaliacao-da-pos-graduacao>. Acesso em: 20 jun. 2023.

país se exerce através dos programas de pós-graduação, sendo a produção científica um dos requisitos de maior importância para a avaliação desses programas. Tais programas são regidos e controlados pela CAPES, instituição que dita as regras para a implantação e a manutenção dos programas no Brasil.

Por sua vez, o CNPq é um órgão instituído pela Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951. Sua função é auxiliar a pesquisa científica e tecnológica, contribuindo com a formação de recursos humanos para o fomento da pesquisa no país (CORREIA, 2011). Tanto a CAPES quanto o CNPq fomentam a pesquisa no Brasil, porém não estão sob a mesma alçada administrativa. Enquanto a CAPES faz parte do Ministério da Educação, o CNPq é administrado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Esses dois órgãos formam as maiores instituições públicas de fomento à pesquisa e são os responsáveis por conceder bolsas que dão suporte à pesquisa no país.

Após este detalhamento acerca dos órgãos de fomento à pesquisa no Brasil, bem como seus processos de avaliação realizados pela CAPES nos programas de pós-graduação, retomamos os movimentos de descredenciamento (2005) e credenciamento (2021) do Secretariado Executivo na TAC, sendo eles colocados nesta análise como a “ponta do iceberg” que nos motiva a investigar, em suas entranhas, as batalhas das práticas discursivas que configuram o Saber Secretarial. Segundo Veyne (1998, p. 248), é preciso considerar que,

Se a prática está, em certo sentido, “escondida”, e se podemos, provisoriamente, chamá-la “parte oculta de um *iceberg*”, é simplesmente porque ela partilha da sorte da quase-totalidade de nossos comportamentos e da história universal: temos, frequentemente, consciência deles, mas não temos o conceito para eles.

Desse modo, não existem objetos naturais antes das práticas, tudo é determinado pelas práticas contemporâneas que constituem os objetos no e pelo discurso. O objeto é o correlato das práticas discursivas (VEYNE, 1998). Por esse motivo, problematizamos as evidências que constituem o Saber Secretarial na atualidade. Como nossas discussões são direcionadas pelos acontecimentos descredenciamento (2005) e credenciamento (2021) do Secretariado na TAC, julgamos necessário realizar uma escavação arqueológica na instância acadêmica.

Considerando que os cursos de ensino superior de Secretariado são instâncias militantes para o funcionamento do dispositivo científico-acadêmico deste campo, tais cursos atuam no dispositivo como uma engrenagem promotora do desenvolvimento científico da área. Atualmente, mais especificamente até janeiro de 2021, constam 60 cursos de Bacharelado em Secretariado Executivo no Brasil no portal do Ministério da Educação (MEC) (CRUZ;

CORREIA, 2021). Isso tem bastante influência em nossos estudos, pois, como constatado, as universidades são os componentes de maior representatividade para o processo de institucionalização da ciência no Brasil (ALFONSO-GOLDFARB; FERRAZ *apud* CRUZ; CORREIA, 2021) e seu empenho é atuar em três frentes: ensino, pesquisa e extensão.

A pesquisa, nesse tripé, consolida-se na implantação dos cursos de pós-graduação na década de 1960 durante o governo militar (CORREIA, 2011). Assim, a manutenção dos cursos de ensino superior em Secretariado é entendida nesta pesquisa como um gesto de resistência, pois, como constatamos, é nesse espaço acadêmico que se efetiva a pesquisa e a atuação docente, em que se pratica e se desenvolve a cientificidade de um (deste) campo.

As resistências que a área secretarial precisa exercer para contornar certos arranjos do dispositivo científico-acadêmico, são destacadas, por exemplo, nas batalhas que o campo secretarial enfrenta para atender ao funcionamento das normativas relacionadas às instâncias CAPES e CNPq. Nessa relação, os atos de resistência representados, por exemplo, pela FENASSEC e a ABPSEC atuam como condição de existência do campo. Um exemplo claro dessa condição é o manifesto realizado em oposição à consulta pública no ano de 2009, ocorrido como o movimento de resistência por toda a categoria secretarial em torno da abertura da pesquisa que tratava sobre a legitimidade da profissão. A FENASSEC, neste caso, representa uma vontade de verdade nesse saber, ao atuar como instituição interlocutora das relações de poder (FOUCAULT, 2015b).

A FENASSEC, através de suas relações de comunicação com a operação dos elementos significantes efetua, por meio de suas capacidades objetivas, amparada pelos instrumentos institucionais, o exercício de resistência e seus efeitos do poder e seus arranjos sobre o Saber Secretarial. Portanto, o poder, que funciona através do discurso como um elemento estratégico, direciona os atos de resistências e a condição para existência do Saber Secretarial. Nessa direção, conforme os ensinamentos foucaultianos, a resistência reorganiza, rompe unidades, reagrupa novos modelos e novas formas de existir (FOUCAULT, 2015b), bem como define, nos mecanismos produtores de saber, as estratégias de poder imanentes a essa vontade de verdade (FOUCAULT, 2015b).

Disso, percebe-se como o dispositivo científico-acadêmico é um entrecruzamento de elementos que vai se organizando e se exercendo em componentes como: cursos de graduação e pós-graduação; entidades profissionais; e entidades de pesquisa. É neste lugar que também ocorre a comunicação científica com a prática de eventos acadêmicos/científicos, nos quais também se organiza uma boa parte dos periódicos científicos especializados com suas frentes de pesquisa (CRUZ; CORREIA, 2021).

No entanto, apesar de o campo secretarial possuir elementos que constituem o funcionamento do dispositivo científico-acadêmico, seu processo de institucionalização científica ainda é inacabado. Cruz e Correia (2021, p. 159) afirmam que “o caráter extremamente profissional dos objetivos iniciais desse Campo não produziu incentivos imediatos [...] pela produção científica”. As buscas por uma melhor “estruturação para sustentar o caráter científico do Campo se intensificaram após as discussões resultantes da Consulta Pública em 2009” (CRUZ; CORREIA, 2021, p. 159).

Toda essa decorrência de demandas exercidas nas relações de poder-saber ocorrem para atender ao funcionamento do dispositivo que analisamos nesta seção. Com isso, também caracterizamos, por exemplo, a abertura do programa de pós-graduação *stricto sensu* específico em Secretariado como uma demanda latente para a comunidade secretarial. Sua inexistência acarreta a formação dos docentes em outras áreas e, conseqüentemente, pesquisas em outras áreas, professores com formação em outras áreas, cursos de graduação coordenados por professores de outras áreas e o não reconhecimento do secretariado como área do conhecimento (DURANTE; PONTES; BARROS, 2019).

Apesar da falta de abertura de programas de pós-graduação *stricto sensu* em Secretariado, o campo vem, aos poucos, se desenvolvendo cientificamente devido às especializações em áreas afins. No estudo desenvolvido por Durante, Pontes e Barros (2019), os autores analisaram 58 teses e dissertações com a temática em secretariado no período de 1988 a 2016. A data de partida do recorte temporal se justifica por ser a primeira dissertação encontrada. Esse fato evidencia atos de resistência no dispositivo científico-acadêmico, pois, como retratam os autores, mesmo com a inexistência de programas *stricto sensu* na área, tal fato não inibiu os pesquisadores e os programas a produzirem, mesmo que timidamente, conhecimento sobre a temática secretarial (DURANTE; PONTES; BARROS, 2019).

A consulta pública é tomada aqui, nesse sentido, como o exercício de poder efetuado pelos órgãos reguladores que avaliam e fiscalizam as Instituições de Ensino Superior (IES). Nessa ocasião, representada pelo MEC, a abertura da consulta pública ocorreu para questionar acerca da legitimidade da profissão com o objetivo de

Conhecer a opinião dos cidadãos acerca da continuidade da existência dos cursos superiores de Secretariado no Brasil, bem como se eles consideravam que a formação de nível médio era adequada e suficiente para a atuação como profissional da área. Caso a maioria votasse em favor dessa vertente, os cursos superiores em andamento seriam extintos e aos alunos regularmente matriculados seria garantido o direito de obter o título de “administrador” em vez de “secretário-executivo” (MARTINS *et al.*, 2017, p. 271).

Importa constar que, de acordo com o portal do MEC, a consulta pública tem como objetivo “alcançar as comunidades ao realizá-la, pois, nesta ocasião, ouve as pessoas e, após isso, desenvolve políticas públicas mais contextualizadas e integradas com os territórios educacionais e as comunidades que constituem o Brasil”.¹⁸

Diante da realização da consulta pública, em um exercício de atos de resistência, os órgãos como a Federação Nacional das Secretárias e Secretários (FENASSEC) e sindicatos e IES que ofereciam o curso agendaram uma audiência, que ocorreu em outubro de 2009, obtendo a suspensão da consulta pública sob alegação de algumas premissas sobre o campo. A anulação da consulta pública reflete um gesto de resistência na relação de poder para a construção deste saber (FOUCAULT, 2015).

Segundo Martins *et al.*, (2017), a Secretaria da Educação Superior (SESu) – órgão componente do MEC que tomou a iniciativa em movimentar a consulta pública –, na oportunidade, realizou esclarecimentos sobre os fatores que motivaram essa consulta:

Entre os motivos elencados destacou-se a falta de entendimento sobre a formação que os alunos recebiam, pois os especialistas contratados não conseguiram compreender os reais objetivos dos cursos, incluindo as especificidades da formação e a futura atuação do egresso no mercado de trabalho. Isso porque eles percebiam, com base nos documentos consultados, diversas semelhanças entre o curso de Secretariado e o de Administração (MARTINS *et al.*, 2017, p. 271).

Além das similaridades do campo secretarial com o curso superior em Administração, o curso de Secretariado Executivo possui uma formação bastante heterogênea, pois se constitui por campos de outras áreas. Assim, os temas e as estratégias que Foucault (2015a) analisa na “Arqueologia do saber” constituem, por sua vez, a formação discursiva sobre objetos determinados e vão delineando, em seus pontos de difração, equivalência e sistematização, a formação do objeto Saber Secretarial nos campos das letras, da psicologia, da biblioteconomia, das ciências contábeis, dentre outros, especificidades caracterizadas pelo fato de se constituir um saber outro ao utilizar os saberes dessas áreas. Os autores relatam, também, que outro motivo alegado pelo MEC para a Consulta Pública foi o fato de

Não encontraram publicações de pesquisas científicas sobre o Secretariado, inclusive dos professores que atuavam nos cursos em andamento da época,

¹⁸ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/consulta-publica>. Acesso em: 21 abr. 2023.

uma vez que pelo menos nas instituições de ensino superior públicas o professor deveria conforme a legislação, desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão. Os especialistas identificaram que o corpo docente dos cursos de Secretariado era composto por professores de outras áreas do conhecimento e que, por consequência, suas publicações científicas estavam relacionadas às suas respectivas áreas de formação e não ao Secretariado (MARTINS *et al.*, 2017, p. 271).

Diante dessas constatações, podemos levantar, *a priori*, rastros que levam a não delimitação do campo secretarial na condição de ciência. Os estudos de Cruz (2018; 2023) demonstram que o fato de o campo secretarial não possuir pós-graduação específica na área acaba dificultando a institucionalização desse saber junto às instâncias que regulam a ciência no país. Por outro lado, são nas áreas correlatas que há possibilidade de o corpo docente do campo secretarial alcançar especializações em nível de mestrado e doutorado e, desse modo, atender às demandas institucionais como produção científica (mesmo que, por vezes, não ocorra somente no campo secretarial a formação do corpo docente frente aos órgãos reguladores, dentre outros fatores que pontuaremos com as análises das SEs no decorrer deste trabalho).

O discurso que rege a constituição do Saber Secretarial é atravessado no dispositivo científico-acadêmico pelos conjuntos de relações determinadas. Todo esse emaranhado de relações que atravessa os planos de especificação, como as instâncias científica-acadêmica; jurídica-legal-pedagógica, e, também, por exemplo, a instância de classe empresarial, vai por sua vez, permitir a formação de todo um conjunto de objetos diversos. De modo geral, Foucault (2015a) ensina que os discursos se caracterizam não por objetos privilegiados, mas pela maneira pela qual forma seus objetos, de resto muito dispersos. Essa formação é assegurada por um conjunto de relações estabelecidas entre instâncias de emergência, de delimitação e de especificação.

Vale destacar que, nesse funcionamento, o dispositivo científico-acadêmico que regula o campo científico do Secretariado Executivo é, atualmente, sustentado por elementos como: 1 - cursos de graduação superior; 2 - corpo docente das IES; 3 - revistas científicas da área e 4 - produções bibliográficas (livros) (CRUZ; CORREA, 2021). Tais elementos tomam corpo no decorrer de nossa discussão, quando colocamos em batimento a análise das SEs a fim de constituir a teia desse discurso. Disso decorre a importância em ressaltar o discurso científico em nossas análises, pois, nessa instância discursiva, há um *status* em relação às demais instâncias. No entanto, buscamos regularidades discursivas sobre o Saber Secretarial também em outras instâncias, já que o fio que conduz as relações e produz o campo secretarial se compõe de uma rede discursiva heterogênea.

Nesse gesto, adentramos os conceitos arqueológicos que mencionamos anteriormente (formação discursiva e função enunciativa), partindo de categorias que evidenciem a constituição do Saber Secretarial, a fim de demonstrar sua composição nas instâncias de emergência, e, também, descrevermos, de acordo com a necessidade analítica, os enunciados para constatar como o objeto Saber Secretarial está sendo constituído na instância acadêmica.

Iniciamos as análises das SEs pelo conceito de enunciado, pois, como já exposto, ele é entendido como o menor átomo do discurso, possui uma relação singular com o acontecimento, dado que, mesmo contendo signos linguísticos idênticos, sua condição de emergência nunca será a mesma. Logo, é entendido como um conjunto de condições de enunciabilidade que precisa do signo para se materializar. Por isso, precisa de condições únicas de enunciabilidade para coexistir, sendo realizado quando cumpre uma função enunciativa a qual é descrita com base em quatro elementos: referencial, posição sujeito, campo associado e materialidade.

Importa lembrar que a correlação entre os elementos da função enunciativa com os elementos que compõem a formação discursiva nos possibilita encontrar elementos dela por meio da análise da função enunciativa, pois

O que foi definido como “formação discursiva” escande o plano geral das coisas ditas no nível específico dos enunciados. [...] as quatro direções que analisamos (formação dos objetos, formação das posições subjetivas, formação dos conceitos, formação das escolhas estratégicas) correspondem aos quatro domínios em que se exerce a função enunciativa (FOUCAULT, 2015a, p. 142).

Dito isso, direcionamo-nos para os rastros do(s) discurso(s) que compõem os elementos sobre o Saber Secretarial. As SEs heterogêneas ressaltam que um campo possui maior *status* que o outro, no entanto, não exclui seu valor na formação da rede discursiva acerca do objeto em questão, pois, para uma análise arqueológica, o saber não é intrínseco à ciência, ele pode também compreender reflexões, narrativas, regulamentos institucionais, decisões políticas (MACHADO, 2016).

Constatamos tal afirmação, também, nos estudos realizados por Cruz (2018; 2023), ao mostrar que o funcionamento da institucionalização científica no Brasil está inserido em forças que extrapolam o meio acadêmico, sendo influenciado, muitas vezes, pelo campo político. Os achados de Cruz (2018) corroboram com a afirmativa de que “os saberes são independentes das ciências, isto é, também se encontram em outros tipos de discurso; mas toda ciência se localiza no campo do saber e pode ser analisada como tal” (MACHADO, 2016, p. 154). Logo, a descrição arqueológica procura estudar a ciência como saber, portanto, a existência do saber se relaciona com as regras de formação presentes na prática discursiva (MACHADO, 2016).

Os primeiros enunciados colocados sob evidência no Saber Secretarial se localizam nas superfícies de emergências de instâncias científicas. Tais categorias, em termos de saber, tratam da regra de formação desse objeto, de acordo com suas especificações emergidas nas modalidades enunciativas. Assim, para dar início ao recorte de nossas SEs, iniciamos com a SE1, retirada do *site* da Associação Brasileira de Pesquisa em Secretariado (ABPSEC), e a SE2, retirada do mesmo *site*. Ambas possuem o referencial sobre a necessidade em desenvolver o Saber Secretarial.

SE1: “Apesar de a pesquisa em Secretariado Executivo no Brasil se encontrar em fase embrionária, diversas iniciativas têm ocorrido a fim de criar condições para que o Secretariado se estabeleça no meio científico enquanto área do conhecimento.”¹⁹

SE2: “O estudo de Maçaneiro (2012) considerou que há escassez de produções científicas na área. Nessa mesma direção, Nonato (2008, 2009), Biscoli e Bilert (2012), Souza, Galindo e Martins (2015) e Durante e Pontes (2015) concordam que o secretariado carece de pesquisas científicas para se consolidar teoricamente como área de conhecimento específica. Entretanto, atualmente, muito já se avançou e a pesquisa de Souza, Galindo e Martins (2015), apresenta um mapeamento de teses e dissertações dos anos 1999 a 2013, que demonstra a inserção de estudos sobre o Secretariado em outras áreas, visto que não há, no Brasil, um programa *stricto sensu* específico no campo secretarial.”²⁰

As duas SEs possuem como aspecto de regularidade enunciativa o referente sobre a não consolidação da pesquisa na área e a necessidade em desenvolvê-la. Mesmo tendo avançado significativamente em termos de ciência, ambas as SEs apresentam, também, uma posição acerca das dificuldades que a área enfrenta para se desenvolver por não contemplar, na relação de poder-saber que constrói esse campo, um programa de pós-graduação *stricto sensu* específico. Povoam as margens desse referente um domínio associado regular acerca da necessidade em desenvolver a pesquisa em Secretariado, emergido, por exemplo, nos acontecimentos como o descredenciamento da TAC em 2005 e a Consulta Pública de 2009.

Essa rede discursiva está constatada tanto no recorte que reunimos acerca do tema desta pesquisa quanto no recorte da pesquisa que desenvolvemos em nível de mestrado (HORTELÃ, (2017), em que foram analisados enunciados do campo científico reunidos em dois livros cujos títulos são “Pesquisa em Secretariado: cenários, perspectivas e desafios” (2012) e “Pesquisa em Secretariado: reflexões acerca da construção do conhecimento” (2016). É possível identificar

¹⁹ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA EM SECRETARIADO. A Pesquisa em Secretariado. ABPSEC, 2020. Disponível em: https://abpsec.com.br/abpsec/?page_id=1240. Acesso em: 23 ago. 2022.

²⁰ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA EM SECRETARIADO. A Pesquisa em Secretariado. ABPSEC, 2020. Disponível em: https://abpsec.com.br/abpsec/?page_id=5847. Acesso em: 23 ago. 2022.

também nesses enunciados uma vontade de verdade que motiva a produção de discursos acerca da consolidação da pesquisa nesse campo. A relação de poder exercida nessa vontade de verdade se manifesta, na prática discursiva identificada em Hortelã (2017), por exemplo, no *status* dos sujeitos que proferem tais discursos: a maioria possui pós em nível de mestrado e doutorado em áreas que se interrelacionam com o Secretariado. Estão, dessa forma, legitimados discursivamente pela modalidade enunciativa que ampara, por meio do lugar institucional, a cientificidade desses e dos demais enunciados retirados das instâncias acadêmicas.

A seguir, acrescentamos os dados levantados no estudo de Cruz (2021) sobre as instituições que ofertam o curso de Secretariado, seus respectivos docentes e suas titulações.

Tabela 1 - Distribuição das instituições que ofertam o curso de Secretariado

INSTITUIÇÃO	DOCENTES DOUTORES	%
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	6	16,6%
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	4	11%
Universidade Federal de Sergipe (UFS)	4	11%
Universidade Federal de Viçosa (UFV)	4	11%
Universidade Federal do Ceará (UFC)	3	8,5%
Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO)	3	8,5%
Universidade Federal de Roraima (UFRR)	2	5,5%
Universidade Estadual do Maringá (UEM)	2	5,5%
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)	1	2,8%
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	1	2,8%
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	1	2,8%
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	1	2,8%
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	1	2,8%
Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)	1	2,8%
Universidade Estadual de Londrina (UEL)	1	2,8%
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR)	1	2,8%
TOTAL	36	100%

Fonte: Cruz (2021, p. 168).

Nas duas SEs sob análise, constatamos o imbricamento da relação de poder-saber que constrói os discursos acerca do objeto em questão. Consideremos o recorte: “a inserção de estudos sobre o Secretariado em outras áreas, visto que não há, no Brasil, um programa *stricto sensu* específico no campo secretarial”. Nele, é possível observar que o exercício do poder sobre o Saber Secretarial resulta na não efetivação de um programa de pós-graduação *stricto sensu* específico para área. Este funcionamento do exercício do poder também pode ser observado “devido à ausência de Bolsistas de Produtividade Pesquisa do CNPq na área” (CRUZ; CORREIA, 2021, p. 141), pois são esses sujeitos que estão legitimados a “abrir as suas frentes de pesquisa, estabelecer tendências, demarcar domínios e estabelecer paradigmas” (CRUZ; CORREIA, 2021, p. 141). Fatores para tal exercício podem, por exemplo, situar-se nas

demandas políticas, econômicas e sociais que afetam este campo. Essa observação se torna mais visível no decorrer das análises.

Sob o referente em questão, decorre como regularidade dos enunciados a margem discursiva que trata sobre os desafios e os caminhos encontrados para o fortalecimento da pesquisa científica na área, como se constata nas sequências a seguir:

SE3: “A fragilidade de uma identidade científica autônoma e o reconhecimento pelos órgãos brasileiros de fomento à pesquisa são desafios para a área de Secretariado Executivo na contemporaneidade”.

SE4: “Identificar características na produção científica atual dos seus pesquisadores que apontem áreas de enquadramento e avaliação pelo CNPq e pela CAPES e um delineamento autônomo na sua identidade [...] são o ponto de partida para uma discussão em torno da identificação dos elementos que constituem e institucionalizam a área sob o ponto de vista conceitual”.²¹

Tanto na SE3 quanto na SE4, o referencial discursivo se constitui com base em diretrizes dos órgãos que fomentam a pesquisa científica, CAPES e CNPq. Ambas as instituições utilizam categorias para regular e produzir o objeto Secretariado em suas exterioridades, sobretudo quando se trata da CAPES, pois é o principal órgão de regulação à pesquisa e, conseqüentemente, no que tange a abertura de programas de pós-graduação.

As posições de sujeito assumidas em SE3 e em SE4 assentam-se sobre a necessidade de consolidar a identidade do campo. Ao tratar sobre o alinhamento entre o Saber Secretarial e as instituições que regulam a produção da ciência no Brasil, percebemos que este é um dos maiores desafios para que a área adentre o funcionamento do dispositivo científico-acadêmico, composto pela ação de instituições como CNPq e CAPES. Diante disso, povoam as margens desses enunciados os discursos que direcionam as ações estratégicas da área para atender às demandas desse dispositivo, por exemplo, os pré-requisitos exigidos pelos órgãos CNPq e CAPES para se delimitar um campo de saber, seja para abertura de um programa de pós-graduação, seja pela inserção do campo na TAC.

²¹ SE3 e SE4 retiradas de:

CRUZ, R. W. dos R; CORREIA, A. E. G. C. Apontamentos sobre o Campo do Secretariado Executivo no contexto brasileiro: identidade científica e reconhecimento. **Revista Em Questão**, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 58-82, maio/ago., 2020. Disponível em:

Destacamos o estudo de Cruz (2018) sobre as possibilidades e os caminhos para o reconhecimento do Secretariado na CAPES. Tal estudo indica cenários para o alcance da pós-graduação e do enquadramento acadêmico-científico. Para a realização desse feito, a autora realizou uma investigação a partir de quatro elementos institucionalizadores da CAPES: instituições de ensino, atores, grupos de pesquisa e produção científica. O resultado da pesquisa concluiu que o Secretariado Executivo tende a se aproximar das Ciências Sociais Aplicadas como grande área de enquadramento, e como área de avaliação se aproxima da Administração, das Ciências Contábeis e do Turismo, tendo como subárea a Administração. A autora explica que o que a levou a esse resultado foi o núcleo das atividades de pesquisa, bem como da formação dos docentes, que recaem nessas áreas (CRUZ, 2018).

Para seguir com a visibilidade discursiva sobre o objeto colocado sob análise, inserimos outros recortes enunciativos, extraídos de Martins *et al.* (2017), a fim de reunir discursos que especificam o campo secretarial diante de posicionamentos que diferenciam e classificam este campo, em torno de um domínio de objetos acerca dos saberes e das instituições com os quais ele se relaciona.

SE5: “Hoeller (2006) afirma que o Secretariado é um **campo de estudo de aplicação** e não uma ciência.”

SE6: “Sabino e Marchelli (2009), argumentam que o Secretariado não é autônomo; utiliza-se de **‘ciências multidisciplinares’ diversas**, principalmente das **ciências da Administração**. Nascimento (2012) segue nessa linha, ao apontar que **o Secretariado mantém relações com diferentes áreas do conhecimento** e apresenta-se em fase de consolidação enquanto área de conhecimento”.

SE7: “Martins *et al.* (2014) consideram que **o Secretariado ainda não se apresenta como ciência ou campo do conhecimento**, mas encontra-se em busca do estabelecimento do seu objeto de estudo”.

SE8: “Leal, Santos e Moraes (2017), finalmente, avaliam **o campo de uma perspectiva pragmática e o enquadram como essencialmente funcionalista**, limitado ora à proposição de técnicas ou metodologias gerenciais, ora à adaptação do secretário-executivo ao contexto de trabalho”.

SE9: Nonato Júnior (2009, 2012), por sua vez, defende “o surgimento do **campo teórico das Ciências das Assessorias** como base para a concretização do Secretariado como campo científico e define a Assessoria como objeto de estudo do campo”.²²

²² MARTINS, C. B. *et al.* A busca da cientificidade do secretariado no contexto brasileiro: aspectos históricos e contemporâneas. **Revista Gestão em Análise**, Fortaleza, v. 6. n.1/2, p. 270-286, jan/dez, 2017. Grifos nossos.

Tais sequências se reúnem em torno de um referente de especificação da área, com posicionamentos divergentes entre os sujeitos dessas enunciações. Na SE5 e na SE7, as posições assumidas tratam de uma identidade ainda não científica da área, tendendo para uma **designação mais tecnicista** do campo. Já os sujeitos das SEs 6, 8 e 9 não caracterizam o campo como tecnicista, mas divergem em alguns posicionamentos quanto à identidade da área. O

sujeito que enuncia na SE6 assume a posição de que o campo se constitui de forma **multidisciplinar**, pois utiliza saberes da administração, por exemplo, o que corrobora nosso entendimento de que o campo se constitui de forma inter e multidisciplinar devido à sua constituição heterogênea. O que está dito na SE6 também corrobora as afirmações de Cruz (2018), ao apontar que “o Secretariado não é autônomo; utiliza-se de ‘**ciências multidisciplinares**’ **diversas**, principalmente das **ciências da Administração**”. Na SE8, seu enunciador também se posiciona nessa mesma direção, afirmando que o Secretariado utiliza saberes de áreas diversas, de acordo com sua necessidade de atuação. Já o sujeito da SE9 assume uma posição segundo a qual o campo secretarial está assentado nas **Ciências das Assessorias**.

Diante dessa dispersão de especificações, percebemos existir uma falta de alinhamento sobre a caracterização do campo entre os sujeitos que ocupam o lugar de fala e possuem certo *status* de legitimação para a construção discursiva do que se entende sobre as configurações do campo científico do Secretariado Executivo. Esse fato também decorre da falta de um programa de pós-graduação específico em Secretariado Executivo.

Diante disso, para compreender os critérios de constituição de um campo científico, utilizamos os estudos realizados por Cruz (2018) e Cruz (2023). Dentre seus achados, os componentes que organizam e garantem o *status* científico são ensino, pesquisa, divulgação e aplicação do conhecimento que se produz em um campo em uma concepção pós-moderna (AFONSO GOLDFARB *apud* CRUZ, 2018). Dessa organização, uma área se constitui em disciplina científica quando estabelece dois critérios definidos por Bunge (*apud* Cruz, 2018, p. 27), “sistema conceitual e sistema social”. O primeiro determina as características de uma área pelo desenvolvimento de seu “o arcabouço teórico, metodológico e temático” (BUNGE *apud* CRUZ, 2018, p. 27), seus elementos

demarcam um campo científico do ponto de vista de seus fundamentos, como as bases ontológicas e epistemológicas, conceitos, teorias e métodos; contexto de atuação, do ponto de vista do seu objeto de estudo autônomo, suas relações disciplinares e suas fronteiras; identidade científica, entre outros elementos científicos que formam o sistema conceitual de uma ciência” (BUNGE *apud* CRUZ, 2018, p. 27).

Por conseguinte, constituem-se por:

- base filosófica constituídas por suposições acerca do mundo, conhecimento e da boa conduta; - base formal constituídas por teorias, lógicas, matemáticas e explicativas; - base específica formada por teorias, hipóteses e dados obtidos de outros campos de pesquisa; - fundo de conhecimento, representado pelo corpo de conhecimentos obtidos pelo campo em outras épocas; domínio constituído por objetos claros e precisos que se referem ao fundo de conhecimento; - objetivo, conjunto de metas de pesquisas, e – metódica, métodos regulares utilizados na abordagem dos problemas e objetos à luz dos objetos (BUNGE *apud* CRUZ, 2018, p. 27).

Os elementos citados até então precisam de uma estrutura para seu funcionamento, sendo assim, compostos por “atores (comunidades), instrumentos (meios) e instituições (espaços de atuação e regulamentação, aplicação metodológica e formação de novos atores)” (BUNGE *apud* CRUZ, 2018, p. 28). Essa base estrutural é compreendida por “cursos de Graduação e/ou Pós-Graduação; entidades profissionais e/ou acadêmicas; agências de fomento; periódicos científicos especializados; eventos profissionais e científicos; colégios invisíveis; e frente de pesquisa” (BUNGE *apud* CRUZ, 2018, p. 28).

As particularidades da pesquisa de Cruz (2018) optam por utilizar os conceitos de institucionalização conceitual e institucionalização cognitiva (PARLEMITI; POLITY *apud* CRUZ, 2018). Essa perspectiva mostra que a institucionalização de um campo científico depende

do ponto de vista cognitivo, [...] ao consenso atribuído em seus aspectos epistemológicos, teóricos e metodológicos; a legitimação e aceitação da pertinência dos problemas das problemáticas de um campo; da aceitabilidade das soluções encontradas e do reconhecimento que seus métodos, técnicas e instrumentos são adequados para tratar os fenômenos em torno do seu objeto de estudo. Ao passo que, do ponto de vista social, em sua constituição, se formalizam e demarcam a sua atuação (CRUZ, 2018, p. 29).

Com isso, a definição de um objeto de saber científico condiciona-se ao estabelecimento institucional das relações entre os elementos que compõem os sistemas sociais e conceituais. Assim, nessa perspectiva²³ adotada por Cruz (2018, p. 136), as definições sobre ciência e “os traços imputados pelos pressupostos epistemológicos dominantes no processo de estruturação da ciência e das ciências” enquadram o campo secretarial no paradigma epistemológico das *Soft Science*, que são os campos das Ciências Humanas, se diferenciando das *Hard Science*, as

²³ Tal perspectiva é baseada nos pressupostos epistemológicos da ciência moderna, baseados nas ciências naturais: simplicidade estabilidade e objetividade, possíveis de serem aplicados pelas ciências humanas e sociais.

Ciências da Natureza. Esses dois pressupostos epistemológicos direcionam o pensamento científico na atualidade da dinâmica da Ciência e dos Campos Científicos (CRUZ, 2023). A vertente das Ciências da Natureza (*Hard Sciences*) é “pautada epistemologicamente pelas correntes positivistas [...] observada pela ótica da simplicidade, estabilidade e objetividade” (CRUZ, 2023, p. 17). Já as Ciências Humanas e Sociais (*Soft Science*) ocorrem de forma mais complexa, sendo orientadas por “uma filosofia fenomenológica, interacionista, mito-simbólica, hermenêutica, existencialista e pragmática, observada sob a ótica da complexidade, instabilidade e intersubjetividade” (CRUZ, 2023, p. 17).

Em seguida, apresentamos uma figura de Cruz (2023) que ilustra o funcionamento da estrutura promotora da ciência em nosso contexto, a qual entendemos como o funcionamento do dispositivo científico-acadêmico no Brasil.

Figura 1 - Estrutura da ciência e dos campos científicos, inspirada nos pilares ensino, pesquisa, divulgação e aplicação de conhecimento



Fonte: Cruz (2023, p. 19).

No decorrer de nossos estudos, foi possível constatar que o exercício do poder na construção de um campo científico nas sociedades atuais envolve as instituições governamentais e seus sujeitos, como destacado na figura acima. Ela representa o que compreendemos até então sobre o funcionamento do exercício do dispositivo científico-

acadêmico na perspectiva foucaultiana, pela qual o dispositivo engloba diferentes discursos, instituições, enunciados científicos e demais elementos.

A figura extraída do estudo de Cruz (2023) é tomada, aqui, para os fins de nossa análise, como um enunciado escavado das regras de formação desse dispositivo, uma vez que as relações atravessadas no dispositivo científico-acadêmico compreendem instâncias pedagógicas de ensino, governo, divulgação, pesquisa, sociedade, na teoria do enunciado, esses elementos são vistos como órgãos de legitimação com efeito do discurso verdadeiro, ou seja, com o *status* da verdade. Isto tem relação com o modo como o referencial do discurso (Saber Secretarial) é constituído, com o fato de que cada campo desse tem um domínio associativo, o que evidencia o caráter de dispersão enunciativa do Saber Secretarial. Refere-se, também, com a relação de poder-saber que se exerce sobre esse campo, por exemplo, o governo, retratado como elemento da Figura 1, além dos demais elementos retratados neste funcionamento, como a divulgação em que se efetiva o *status* da ordem discursiva, sobre os sujeitos que são legitimados a falar em um texto científico. Toda essa organização está em funcionamento com o verdadeiro da época.

Dessa forma, os enunciados extraídos aproximam-se de forma regular da vontade de verdade acerca da construção do conhecimento na área. Mesmo havendo posicionamentos diversos sobre o campo, há, dentre os pesquisadores da área, uma vontade de verdade que confere uma vontade de saber (FOUCAULT, 2014) sobre um desejo de conhecer, comprovar e controlar um discurso verdadeiro sobre o Saber Secretarial.

Interessa-nos, assim, investigar uma regularidade diante dessa diversidade de posicionamentos em enunciados cujo referencial discursivo está relacionado às características de identificação da área. Consideremos as próximas SEs retiradas de nosso *corpus* sob investigação:

SE10: “A maioria dos cursos estão alocados nos **Centro de Ciências Sociais Aplicadas**, contemplando a área de gestão, em departamentos próprios do curso ou nos departamentos de Administração, e alguns poucos estão alocados nos Centro de Ciências Humanas ou Comunicação, nos departamentos de Letras ou de Comunicação. [...] mesmo estando a formação dividida nesses dois departamentos ou áreas do conhecimento, a **interdisciplinaridade continua sendo latente** e relevante para a formação em Secretariado.”²⁴

²⁴ MORAES, L. S.; HORTELÃ, J.; CANTAROTTI, A. As diferentes perspectivas metodológicas nas interfaces da pesquisa secretarial – grupo de pesquisa geset e sua formação interdisciplinar. In: MOREIRA, K. D. *et al.* (org.). **A pesquisa no contexto secretarial: ensaios acadêmicos em perspectiva**. São Paulo: Associação Brasileira de Pesquisa em Secretariado – ABPSEC, 2020. *E-book*. Grifos nossos.

SE11: “Tanto a **interdisciplinaridade** quanto a **contemplanção de visões alternativas constituem-se como caminhos para que o campo do secretariado executivo se desenvolva** com riqueza e reflexividade. Nessa particular concepção, os paradigmas não vistos como concorrentes, mas como complementares e interativos (DOS-SANTOS; PEREIRA; BRUNI, 2017, grifos nossos).

SE12: “A proposição central do estudo, construída a partir da leitura de artigos de revisão sobre o estado do conhecimento do secretário executivo, é de que **esse campo tem se desenvolvido segundo uma concepção funcionalista da ciência, que de conhecimento útil ou instrumental e ao estímulo de uma visão processual exclusivamente objetiva**, bem como tende a desconsiderar a subjetividade, a historicidade e a contextualização de cada meio.”²⁵

SE13: “O campo científico do Secretariado começa a se estruturar no Brasil segundo uma **perspectiva interdisciplinar**, suscitando diferentes possibilidades em termos de epistemologias, teorias e metodologias para seu desenvolvimento.”²⁶

SE14: “Há que se considerar que o caráter **extremamente profissional dos objetivos iniciais desse Campo não produziu incentivos imediatos para que seus atores despertassem o interesse pela carreira acadêmica**, pela produção científica, e que as articulações em torno de uma melhor estruturação acadêmica, pela produção.”²⁷

SE15: “Foi possível vislumbrar uma tendência de **aproximação do Secretariado Executivo com as Ciências Sociais Aplicadas, como possível Grande área de enquadramento e da Administração Ciências Contábeis e Turismo como área de avaliação, tendo a Administração como Subárea**. Isto porque a investigação permitiu perceber que o núcleo da atividade de pesquisa analisada, bem como da formação dos docentes recaem sobre estas áreas.”²⁸

SE16: “Para que as pretensões de progresso científico neste domínio sobressaiam-se à retórica, entende-se como necessários o reconhecimento e o diálogo com perspectivas alternativas, que desafiem pressupostos tidos como certos e que incidam luz à existência de **uma pluralidade de ideias e interpretações**. [...] A contemplanção de diferentes visões parece relevante, sobretudo, se considerada **sua recente estruturação como campo de pesquisa**. Se almeja constituir-se **como ciência social aplicada**, necessita-se abarcar não somente interesses técnicos, mas também prático-comunicativos e, sobretudo, emancipatórios.”²⁹

²⁵ LEAL, F.; SANTOS, L. S.; MORAES, M. C. B. “Conhece-te a ti mesmo”: um olhar para o campo de pesquisa em secretariado executivo no Brasil. **Revista Expectativa**. Toledo, v. 17, n. 1, p. 142-167, jan./jun., 2018. Grifos nossos.

²⁶ MARTINS, C. B. *et al.* A busca da cientificidade do secretariado do secretariado no contexto brasileiro: aspectos históricos e contemporâneas. **Revista Gestão em Análise**, Fortaleza, v. 6, n.1/2, p. 270-286, jan./dez. 2017. Grifos nossos.

²⁷ CRUZ, R. W. R; CORREIA, A. B. G. C. Cartografia do Secretariado Executivo no Brasil: estrutura e produção científica no processo de institucionalização. **Revista Expectativa**, Toledo, v. 20, n. 2, p. 135-163, abr./jun., 2021. Grifos nossos.

²⁸ CRUZ, R. W. R; CORREIA, A. B. G. C. Apontamentos sobre o Campo do Secretariado Executivo no contexto brasileiro: identidade científica e reconhecimento. **Revista Em Questão**, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 58-82, maio/ago., 2020. Grifos nossos.

²⁹ LEAL, F.; SANTOS, L. S.; MORAES, M. C. B. “Conhece-te a ti mesmo”: um olhar para o campo de pesquisa em secretariado executivo no Brasil. **Revista Expectativa**. Toledo, v. 17, n. 1, p. 142-167, jan./jun., 2018. Grifos nossos.

O atravessamento discursivo entre as SEs elencadas reúne enunciados acerca do referencial sobre o campo em que o Saber Secretarial se assenta. Estes enunciados coexistem por meio de sujeitos que assumem a posição legítima para proferi-los e, com isso, dar-lhes o *status* científico-acadêmico sobre como o Saber Secretarial está sendo organizado na atualidade. Isso lhe confere adentrar o funcionamento do poder para a construção dos saberes.

A relação de poder na construção deste saber mostra que a emancipação de um campo científico, bem como sua consolidação está, justamente, atrelada a essas relações. Diante de tais relações, pudemos entender, com a Figura 1, que a emancipação de uma área científica deve ser e estar alinhada discursivamente com as estratégias e táticas do poder. Os elementos que compõem a teoria foucaultiana do enunciado, como os temas e as estratégias de uma formação discursiva, atravessam o objeto de Saber Secretarial no dispositivo científico-acadêmico pelas instâncias pedagógicas de ensino, governo, divulgação, pesquisa, sociedade e aplicação, são vistos como órgãos de legitimação com efeito do discurso verdadeiro, ou seja, com o *status* da verdade. Por isso que o saber é formado por uma prática discursiva, em que, no campo científico, constitui-se, além de todo esse rigor que atesta sua legitimidade, e se organiza pelos “objetos de que se ocupa, os tipos de enunciação que põe em jogo, os conceitos que manipula e as estratégias que utiliza” (FOUCAULT, 2015a, p. 219)

Disso decorre da maneira como se constitui o referencial do discurso (Saber Secretarial), com os enunciados que povoam as margens de campo desse discurso, todos eles são o que evidencia o caráter de dispersão enunciativa do Saber Secretarial. A relação de poder-saber que se exerce sobre esse campo, por exemplo, a forma como esses enunciados estão materializados, em artigos científicos onde se estabelece o peso/*status* da ordem discursiva, que diz quem pode e deve falar em um texto científico está ou no verdadeiro da época, obedecendo ao que Foucault chama de surgimento das disciplinas.

Nesta ordem discursiva, ao revisitar o recente estudo de Cruz (2023), confirmamos a hipótese de que o funcionamento do poder atuante na construção de um campo científico – aqui tratado pelo Secretariado Executivo – está condicionado a circunstâncias políticas que priorizam investimentos em áreas com maior capacidade de impacto social e econômico. Ainda, segundo a autora,

as áreas que apresentam mais dificuldade de se adaptar a um cenário de pesquisa prioritariamente conduzido por políticas públicas centralizadas são as áreas orientadas à administração/gestão, pois além de estarem baseadas em conceitos das ciências sociais, podem ser consideradas “áreas meio”, cuja aplicação direta ao desenvolvimento social econômico pode ser vista como não aparente (CRUZ, 2023, p. 46).

Com isso, o baixo investimento em ações políticas na área que constitui o campo secretarial é um dos fatores que acarreta a essa tardia consolidação científica. Disso decorre também o fato de os pesquisadores desenvolverem suas pesquisas em áreas afins, conseqüentemente, o campo secretarial acaba sendo composto por uma multiplicidade de saberes. Essa heterogeneidade não é de todo prejudicial para a área, sobretudo porque a torna mais complexa, porém dificulta o entendimento sobre um alicerce para sua consolidação científica.

As SEs seguintes igualmente apontam a regularidade da complexidade da área secretarial.

SE17: “Sabendo-se que **as atividades de pesquisa são um reflexo da práxis**, entende-se que o núcleo como uma marca da atuação profissional em ambientes organizacionais, pautada, principalmente nas funções de **assessoria, gestão, empreendedorismo e consultoria [...]**”.

SE18: “A identificação do interesse dos docentes por estudar objetivos científicos situados em outras áreas pode reforçar a hipótese levantada por Hoeller (2006) e Durante, Pontes e Barros (2017). Para eles devido à diversificação das disciplinas ofertadas nos cursos de Secretariado, **o seu objetivo de pesquisa pode se constituir como interdisciplinar**. O primeiro afirma que essa interdisciplinaridade alicerça o conhecimento do Secretariado predominantemente nas **Áreas de Administração, Contabilidade, Economia, Direito, Filosofia, Letras, Linguística, Psicologia e Sociologia**, ao passo que os segundos consideram este alicerce predominantemente nas áreas de **Administração, Economia, Letras, Linguística e Educação**. O resultado desta pesquisa difere dos autores mencionados, apresentando apontamentos baseados na investigação da produção científica, e sugere que este alicerce está atualmente presente nas áreas de **Administração, Educação, Sociologia e Ciência Política**”.

SE19: “Os trabalhos representam temáticas menos que foram menos abordadas, de acordo com a porcentagem escolhida para o critério desta análise. São temáticas que envolvem as competências profissionais sugeridas por Sabino e Rocha (2010): **Assessoria Secretarial (4,5%); Gestão Secretarial (4,5%); Consultoria (2,2%); e Empreendedorismo (2,2%)**”³⁰.

SE20: “O Secretariado, no campo científico, atualmente está **inserido na grande área das Ciências Sociais Aplicadas**, que tem como objetivo principal “interferir na vida social de pessoas e organizações, contribuindo assim para a melhoria dos envolvidos nesta comunidade” (SOUZA; GALINDO; MARTINS, 2015, p. 3). Maçaneiro e Kuhl (2013) indicam que os estudos em secretariado têm por objetivo: **a) gerar conhecimentos teóricos e práticos sobre a assessoria organizacional; b) aumentar a eficiência e a eficácia de organizações; c) melhorar a qualidade de vida no trabalho; d) auxiliar no desenvolvimento de produtos e serviços com**

³⁰ SEs 17, 18 e 19 retiradas de:

CRUZ, R. W. R.; CORREIA, A. B. G. C. Apontamentos sobre o Campo do Secretariado Executivo no contexto brasileiro: identidade científica e reconhecimento. **Revista Em Questão**, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 58-82, maio/ago., 2020. Grifos nossos.

maior valor agregado para a empresa e consumidores; e d) promover o desenvolvimento social.”³¹.

SE21: “A produção científica em secretariado tem apontado o forte diálogo com essas áreas do conhecimento (**Letras, Linguística, Educação e Administração**) como consequência de um processo intrínseco, já que o trabalho do secretário executivo é na **área administrativa, na assessoria aos processos gerenciais**. Na mesma proporção o envolvimento com a **Letras e Linguística, pois a comunicação** e informação caracteriza o trabalho do secretário, seja comunicação pessoal ou escrita, seja na língua materna ou estrangeira. A interação com a Educação é natural pelo Secretariado ser uma formação acadêmica demandando pesquisa nesse campo. Assim, as problemáticas de pesquisa surgem desses contextos e interessam a ambas as partes, uma complementando a outra, constituindo um processo **interdisciplinar**”³².

SE22: “Ao analisarmos as narrativas das representações sociais que envolvem o ser secretarial como ‘a arte de secretariar’ ou ‘secretariar é servir como maestria’, não estaríamos traduzindo **seu trabalho como uma grande obra de arte lapidada sob o crivo dos conhecimentos da ação de assessorar?**”³³

SE23: “**A grande área de Sociais Aplicadas** – na qual **estão alocados os grupos de pesquisa em Secretariado** – representa 14,3% do total de grupos certificados pelo CNPq. Nessa grande área, **a quase totalidade dos grupos de Secretariado está alocada na área de Administração** (CNPq, 2020). No momento em que o Secretariado Executivo for legitimado pelo CNPq como Área do Conhecimento, possivelmente os líderes e membros dos grupos poderão rever esse enquadramento”³⁴.

SE24: “Verificou-se que o entendimento existente na literatura sobre a formação em Secretariado Executivo no âmbito da **interdisciplinaridade** é dúbio. Evidencia-se que há uma certa confusão em especificar a interdisciplinaridade na construção de novos conhecimentos, bem como nas práticas pedagógicas de ensino-aprendizagem de forma interdisciplinar. [...] Confirmamos, então, que a produção do conhecimento em Secretariado tem sido **interdisciplinar**, mas que a formação profissional, ainda, é de natureza **multidisciplinar**, fragmentada em diversos saberes”³⁵.

SE25: “Caso o Secretariado Executivo seja, imediatamente, reconhecido pelo CNPq como uma **subárea das Ciências Sociais Aplicadas**, como aponta o estudo de Cruz e Correia (2020), significaria que o seu processo estruturação estaria concluído ou seus agentes precisariam

³¹ ABPSEC – Associação Brasileira de Pesquisa em Secretariado. Disponível em: https://abpsec.com.br/abpsec/?page_id=5847. Acesso em: 12 ago. 2022. Grifos nossos.

³² DURANTE, D. G.; PONTES, E. S.; BARROS, A. G. M. M. Pesquisa em secretariado na pós-graduação stricto sensu: levantamento de teses e dissertações produzidas no Brasil. **Revista Capital Científico**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 93-108, jan./mar. 2019. Grifos nossos.

³³ MAIA, F. L.; VALLE, M. J.; Ciência ou arte? Perspectivas sobre o campo de pesquisa do Secretariado. In: MOREIRA, K. D. *et al.* (org.). **A pesquisa no contexto secretarial: ensaios acadêmicos em perspectiva**. São Paulo: ABPSEC, 2020. *E-book*. p. 45-52. Grifos nossos.

³⁴ SCHMIDT, C. M. *et al.* Contribuições dos grupos de pesquisa para o desenvolvimento científico da área secretarial no Brasil. In: MOREIRA, K. D. *et al.* (org.). **A pesquisa no contexto secretarial: ensaios acadêmicos em perspectiva**. São Paulo: ABPSEC, 2020. *E-book*. p. 53-63. Grifos nossos.

³⁵ SANTIAGO, C. da S.; CAVALCANTE, T. E. Formação profissional em secretariado executivo: inter ou multidisciplinar? MOREIRA, K. D. *et al.* (org.). **A pesquisa no contexto secretarial: ensaios acadêmicos em perspectiva**. São Paulo: ABPSEC, 2020. *E-book*. p. 75-87. Grifos nossos.

continuar em busca do seu processo de sedimentação concreta, fortalecendo suas Instituições, seus atores e seus instrumentos?”³⁶.

SE26: “o Secretariado está, atualmente, **inserido na grande área das Ciências Sociais Aplicadas**, [...]. **Seus estudos buscam produzir conhecimentos teóricos e práticos sobre assessoria organizacional**; aumentar a eficiência e a eficácia de organizações; melhorar a qualidade de vida no trabalho; auxiliar no desenvolvimento de produtos e serviços; e promover o desenvolvimento social” (MAÇANEIRO; KUHL, 2013, grifos nossos)³⁷.

SE27: “Os principais temas abordados nos trabalhos das monografias analisadas envolvem os grupos temáticos de **Atuação Secretarial, Educação em Secretariado, Administração e Outros**. [...] Percebeu-se que **os trabalhos possuem uma perspectiva multidisciplinar** denotando a possibilidade de um diálogo entre o Secretariado e outras áreas de conhecimento”³⁸.

Apesar de a complexidade da área secretarial se manifestar nos discursos como regular, os referentes das SEs colocadas sob análise materializam enunciados que visam à caracterização do campo secretarial, os quais circunscrevem uma vontade de verdade e sua relação entre o saber e o poder. Retomando que a vontade de verdade se manifesta no discurso como uma ferramenta de separação entre o verdadeiro e o falso, ela é regulada pelo uso de mecanismos de exclusão, interdição ou valoração de um discurso que expressa sobre todo o dizer. Por isso que Foucault (2014) afirma que não é qualquer pessoa que pode dizer qualquer coisa, é preciso estar no dado lugar para se ocupar da posição sujeito que legitimará o dizer.

Essa vontade de verdade, materializada nos referenciais discursivos das SEs 9, 10, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 23 e 25, em geral, tramita em torno da característica interdisciplinar da área e, como regularidade, constatamos que o alicerce da área estar alocado no campo das Ciências Sociais Aplicadas, com forte traço na Administração, apropriando-se de outros saberes de campos correlatos. Desse modo, os demais saberes que povoam as margens desse campo estão em nível de complementaridade da área e compõem a característica interdisciplinar do dispositivo científico-acadêmico que constrói o Saber Secretarial. Asseguradas em Foucault (2014), tais enunciações ocorrem pois há, nesse discurso, uma vontade de saber sobre o Saber Secretarial. Essa vontade de saber existe porque há um desejo em conhecer, comprovar e controlar um discurso para torná-lo verdade sobre um poder que se produz e é produtivo.

³⁶ CRUZ, R. W. dos R.; CORREIA, A. E. G. C. Institucionalização do secretariado executivo no Brasil sob a égide estrutural da ciência. MOREIRA, K. D. *et al.* (org.). **A pesquisa no contexto secretarial: ensaios acadêmicos em perspectiva**. São Paulo: ABPSEC, 2020. *E-book*. p. 99-111. Grifos nossos.

³⁷ NASCIMENTO, L. M. de C.; MELO, S. M. C de.; O desafio da construção do conhecimento por discentes do curso superior de tecnologia em secretariado. **Revista Expectativa**, Toledo, v. 19, n. 2, p. 67-91, jul./dez., 2020.

³⁸ BARROS, C. de M. P. A contribuição dos trabalhos de conclusão de curso para o desenvolvimento da pesquisa científica em Secretariado Executivo. *In*: CHUSSY, K. S.; PEREIRA, E. (org.). **O conhecimento científico em Secretariado: reflexões sobre a produção acadêmica da área secretarial**. João Pessoa: Ideia, 2017. p. 245. Grifos nossos.

Para melhor visualização das características reunidas a partir do recorte desse discurso, apresentamos tais regularidades no Quadro 3:

Quadro 3 - Especificações das SEs analisadas

Sequência Enunciativa	Campo	Característica	Especificações
SE5			Campo de estudo de aplicação
SE6		Multidisciplinar	Ciências da Administração
SE7			Campo ainda não se apresenta como ciência
SE8			Pragmática funcionalista – fazer secretarial
SE9		Campo teórico – Ciências das Assessorias	
SE10	Ciências Sociais Aplicadas	Interdisciplinar	
SE11		Interdisciplinar	Paradigmas que se complementam
SE12			Concepção funcionalista
SE13		Interdisciplinar	
SE14			Caráter extremamente profissional do campo
SE15	Ciências Sociais Aplicadas		Pluralidades interpretações
SE16			
SE17		Assessoria, gestão, empreendedorismo e consultoria	Pesquisa reflexo da práxis
SE18		Interdisciplinar	
SE19		Assessoria Secretarial, gestão secretarial, consultoria, empreendedorismo	
SE20	Ciências Sociais Aplicadas		Conhecimentos teóricos e práticos sobre a assessoria organizacional
SE21		Letras, Linguística, Educação e Administração – Interdisciplinar	“o trabalho do secretário executivo é na área administrativa, na assessoria aos processos gerenciais ” - funcionalista

SE22			Conhecimentos da ação de assessorar
SE23	A grande área de Sociais Aplicadas		
SE24		- Produção conhecimento: interdisciplinar - Formação profissional: multidisciplinar	
SE25	Subárea Ciências Sociais Aplicadas		
SE26	Grande área das Ciências Sociais Aplicadas		Seus estudos buscam produzir conhecimentos teóricos e práticos sobre assessoria organizacional; aumentar a eficiência e a eficácia de organizações; melhorar a qualidade de vida no trabalho; auxiliar no desenvolvimento de produtos e serviços; e promover o desenvolvimento social.

Fonte: elaborado pela autora.

Diante dessa dispersão de enunciados, reunimos as características apresentadas nas SEs no Quadro 3 diante das regularidades que exprimem especificidades constituintes da formação do Saber Secretarial, a fim de encontrar a lei de repartição desse conjunto de enunciados que nos permite visibilizar sua regularidade em termos de identidade, categorização e funcionalidade. O que estamos expondo encontra respaldo no fato de que o aparecimento dos objetos está inscrito em domínios de parentesco sob condições favoráveis a um feixe de complexas relações, que, apesar de sua diversidade, estabelecem, em seus pontos de difração, a propriedade que os discursos possuem em formar subconjuntos que caracterizam uma unidade regular (MACHADO, 2016).

Considerando o *status* de quem enuncia como um elemento importante das modalidades enunciativas em funcionamento no *corpus*, nossa análise observa que a posição de sujeito emergente na maior parte das SEs aproxima o Saber Secretarial do campo das Ciências Sociais Aplicadas, o que corrobora os apontamentos dos estudos de Cruz (2023). Isso pôde ser visto nas SEs 10, 15, 20, 23, 25 e 26. As demais SEs não especificaram em sua enunciação uma área, porém não encontramos nelas o posicionamento de que os traços secretariais ocupam outra área de conhecimento que não seja a das Ciências Sociais Aplicadas. Dessa forma, no domínio associado desse discurso, circulam outros enunciados que aproximam o Saber Secretarial dos

domínios de saberes da área da Administração, como constatado na SE15: “Foi possível vislumbrar uma tendência de **aproximação do Secretariado Executivo com as Ciências Sociais Aplicadas, como possível Grande área de enquadramento e da Administração Ciências Contábeis e Turismo como área de avaliação, tendo a Administração como Subárea.**” Na margem desse discurso, também povoa a SE21: “a produção científica em secretariado tem apontado o forte diálogo com essas áreas do conhecimento (**Letras, Linguística, Educação e Administração**)”, o que, conseqüentemente, coloca a prática secretarial no campo da Administração, pois seu trabalho se dá na assessoria dos processos gerenciais, utilizando os campos da Letras-Linguística para exercer sua comunicação empresarial (seja ela em idioma materno ou em outras línguas), da Educação como práticas pedagógicas, por exemplo. A regularidade desta relação discursiva pode ser observada no capítulo que discute os enunciados referentes ao dispositivo jurídico-legal, quando, por exemplo, na descrição sumária do cargo de secretário executivo do Código Brasileiro de Ocupações, a função secretarial é exercida pelo

Assessoramento dos executivos no desempenho de suas funções, atendendo pessoas (cliente externo e interno), gerenciando informações, elaboram documentos, controlam correspondência física e eletrônica, prestam serviços em idioma estrangeiro, organizam eventos e viagens, supervisionam equipes de trabalho, geram suprimentos, arquivam documentos físicos e eletrônicos auxiliando na execução de suas tarefas administrativas e em reuniões (CBO..., 1989, *on-line*).

Esse enunciado do CBO advindo do dispositivo jurídico-legal está de forma regular e atravessa o domínio associativo com os discursos do dispositivo científico-acadêmico à medida que a forma de agrupamento das áreas de conhecimento estabelecida pela CAPES atualmente aproxima o Saber Secretarial com o campo das Ciências Sociais Aplicadas (DURANTE, PONTES; BARROS, 2019). Esse discurso, mostra, segundo Foucault, (2015a) os tipos de enunciação colocadas em jogo neste campo, os conceitos que são e estão manipulados, bem como as estratégias utilizadas na construção do Saber Secretarial.

Disso, importa discorrer como se dá a configuração dos campos de saber na CAPES. Atualmente, agrupam-se 49 áreas de conhecimento, as quais se reúnem em nove grandes áreas, são elas: Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Engenharias, Multidisciplinar, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Linguística, Letras e Artes (DURANTE; PONTES; BARROS, 2019). O estudo desenvolvido por esses autores constatou que as pesquisas secretariais derivam de 27 diferentes programas de pós-

graduação, destes, 21 estão alocados em cursos de Letras e Linguística, 10 na Administração e 10 na Educação (DURANTE; PONTES; BARROS, 2019). Disso resulta a colaboração efetiva dessas áreas na construção do Saber Secretarial e justifica a relação direta desses campos com a formação acadêmica da área. Segundo os autores, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de bacharelados em Secretariado Executivo “estabelecem o ensino de conteúdos básicos e específicos que abrangem conhecimentos dessas áreas com língua portuguesa e estrangeira, administração e planejamento estratégico, organização e métodos” (DURANTE; PONTES; BARROS, 2019, p. 102). Assim também a prática secretarial reitera o domínio do conhecimento dessas áreas para atuação, como gestão, comunicação em línguas (nacional e estrangeiras), redação de textos, dentre outras já abordados no capítulo em que tratamos sobre o dispositivo jurídico/pedagógico.

A sistematização do estudo realizado por Durante, Pontes e Barros (2019) evidenciou que as temáticas de Secretariado discutidas em programas *stricto sensu* de outras áreas comprovam, sobretudo, a interação que o Secretariado faz com outros campos de saber, compondo seu caráter interdisciplinar (DURANTE, PONTES; BARROS, 2019). A SE21 apontou que o Saber Secretarial recebe maior influência das áreas de Letras, Linguística, Educação e Administração devido ao diálogo que essas áreas estabelecem com as pesquisas desenvolvidas sobre as temáticas que abrangem o Secretariado. Faz-se pertinente também a contribuição do Saber Secretarial com o desenvolvimento dessas áreas, pois aborda problematizações e compreensão de fenômenos que interessam a ambos (DURANTE; PONTES; BARROS, 2019).

Diante dos diversos arranjos discursivos que reunimos no conjunto de enunciados postos sob análise, a configuração arquitetônica dos dispositivos de poder vista através dessa sistematização de subconjuntos discursivos retrata, em grande parte, o campo da Administração com maior representatividade regular no Saber Secretarial. O caráter interdisciplinar da área congrega, em graus de maior ou menor relevância, áreas identificadas na SE18 — “Contabilidade, Economia, Direito, Filosofia, Letras, Linguística, Psicologia, Sociologia, Educação e Ciência Política” — e na SE21 — “Letras, Linguística, Educação e Administração”. Mesmo sendo observadas por perspectivas diferentes, as pesquisas dos autores mostram similaridade e complementariedade das áreas de saber que compõem o Saber Secretarial.

O caráter interdisciplinar favorece a multidisciplinaridade do Saber Secretarial, pois a interação com outros saberes o compõe de forma heterogênea e reinventa suas peculiaridades, a exemplo do domínio de Letras e Linguística, já que o pluralismo de idiomas é algo que caracteriza o Saber Secretarial. Mesmo que esse atributo advenha de Letras e Linguística, seu

saber se torna intrínseco no Secretariado, pois sua aplicabilidade é reinventada e adaptada aos contextos de assessoria secretarial. Para este feito, fundem-se, em geral, saberes das Letras e da Administração. Com isso, mesmo com seu apontamento de área direcionado para as Ciências Sociais Aplicadas, o campo das Humanidades (Letras-Linguística) constitui esse saber.

Diante disso, a posição de sujeito observada nas SEs sob análise pode ser descrita pelo fato de se constituir a partir do tema da interdisciplinaridade que, a nosso ver, tem efeito complementar à forma multidisciplinar de constituição do Saber Secretarial. A regularidade dessas duas características funciona como um elemento importante na formação discursiva desse saber, pois é um elemento estratégico para as regras de formação e para as formas de normatização na medida em que congrega dois aspectos da formação discursiva: formação dos temas e das estratégias e a formação dos conceitos. A primeira sistematiza os pontos de ligação aos subconjuntos discursivos sob efeito de uma unidade discursiva; e a segunda atua na forma de coexistência de todos os enunciados já formulados que são retomados nesse discurso a título de produzir uma verdade, ou sua vontade de verdade.

Essa característica interdisciplinar do campo enunciada nas SEs 10, 11, 13, 18 e 24 se produz no feixe de relações constituintes do campo conceitual do Saber Secretarial, pois estas atuam no domínio de memória das narrativas subordinadas de correlação e dependência entre esses enunciados, em interpretações e reescritas (FOUCAULT, 2015a). Podemos também observar que a característica interdisciplinar do Saber Secretarial está em condição complementar, como expressado na SE6: a característica multidisciplinar, assentado nas ciências da Administração (MARTINS *et al.*, 2017).

Apesar de identificarmos uma regularidade nas narrativas acerca da característica interdisciplinar que compõe o Saber Secretarial, observamos, na SE24, uma constatação de que o campo secretarial tem desenvolvido um entendimento dúbio sobre o que é interdisciplinar. Conforma a afirmativa da SE24:

Evidencia-se que há uma certa confusão em especificar a interdisciplinaridade na construção de novos conhecimentos, bem como nas práticas pedagógicas de ensino-aprendizagem de forma interdisciplinar. [...] Confirmamos, então, que a produção do conhecimento em Secretariado tem sido **interdisciplinar**, mas que a formação profissional, ainda, é de natureza **multidisciplinar**, fragmentada em diversos saberes (SANTIAGO; CAVALCANTE, 2020, p. 84, grifos nossos).

Diante dos estudos relacionados à interdisciplinaridade, encontramos resumidamente que ela é mais complexa do que uma interligação de disciplinas. Segundo Fazenda (2013), a interdisciplinaridade se dá em atitudes, na maneira de ser e fazer que interliga mais de um tipo

de disciplina. Assim, em uma busca etimológica da palavra, a interdisciplinaridade pode ser compreendida como um ato de troca entre áreas do conhecimento (FAZENDA, 2013). Ainda conforme essa estudiosa, a interdisciplinaridade não é para ser categorizada, sua teorização baseia-se em um fazer social baseado em atitudes. É, portanto, um processo que precisa ser vivido, ela vai muito além de ensinar conteúdos de disciplinas que se inter-relacionam.

Diante disso, o entendimento de interdisciplinaridade enunciado na SE24 fundamenta a ideia de que o Saber Secretarial se constitui de forma trans e multidisciplinar, já que se utiliza de outras áreas para se formar. No entanto, em termos de prática de ensino, não se exerce de maneira interdisciplinar, mas sim multidisciplinar, pois utiliza saberes de outras áreas para ensinar.

Com isso, apesar de haver dubiedade no entendimento sobre o conceito de interdisciplinaridade, bem como a lacuna na prática de ensino, o Saber Secretarial utiliza-se da interdisciplinaridade para se constituir, atendendo à regularidade das SEs que defendem tal característica do campo.

À vista disso, no jogo das relações discursivas, entendemos que a posição da SE9 em definir o campo teórico nas ciências das Assessorias não exclui as características empreendidas nos demais enunciados, mas se inscreve em um domínio de correlação, pois não descarta o fato de o campo secretarial estar alocado nas Ciências Sociais Aplicadas. Outra constatação é que a característica interdisciplinar que a área reúne está em relação complementar com o que defende Nonato Júnior (2009) sobre as ciências das Assessorias. Essa constatação pode também ser vista na afirmação da SE21: “[...] já que o trabalho do secretário executivo é na área administrativa, na assessoria aos processos gerenciais”.

Outra regularidade constatada é acerca da concepção funcionalista da profissão. As posições se materializam também nos enunciados de forma complementar, como observado nas SEs 5, 6, 8, 12, 14, 17, 19, 20. Essas SEs possuem um campo associativo, formando uma rede de memória sobre o caráter funcionalista da profissão. Nessa rede discursiva encontramos, por exemplo, enunciados com as posições a seguir: “campo de estudo de aplicação” (SE5); “pragmática funcionalista” (SE8); “caráter extremamente profissional do campo” (SE14); “pesquisa reflexo da práxis: assessoria, gestão, empreendedorismo e consultoria” (SE17); “Assessoria Secretarial, Gestão Secretarial, Consultoria e Empreendedorismo” (SE19); “conhecimentos teóricos e práticos sobre a assessoria organizacional” (SE26).

Novamente, as regularidades descritas no parágrafo anterior podem caracterizar, diante da formação das estratégias, uma relação de complementariedade com outros discursos, pois, como ensina Foucault (2015a, p. 79), nesse elemento da formação discursiva, “o discurso

estudado pode estar também em uma relação de analogia, de oposição, ou de complementaridade com alguns outros discursos”, e, nesse objeto, vemos sua correlação entre os enunciados, tal qual, a formação das estratégias

pode finalmente, descrever, entre diversos discursos, relações de delimitação recíproca, cada um deles apresentando as marcas distintas de sua singularidade pela diferenciação de seu domínio, seus métodos, seus instrumentos, seu domínio de aplicação (FOUCAULT, 2015a, p. 79).

Assim, a regularidade observada nas SEs que afirmam o desenvolvimento da área sob uma concepção funcionalista com posições de sujeito que argumentam que o desenvolvimento científico desse campo deve estar calcado na práxis: “**as atividades de pesquisa são um reflexo da práxis**, entende-se que o fazer Secretarial está pautado principalmente nas funções de **assessoria, gestão, empreendedorismo e consultoria**” (CRUZ; CORREIA, 2020, p. 75, grifos nossos). A rede discursiva que se relaciona com este enunciado é atravessada pelo domínio associativo dos enunciados do dispositivo jurídico-legal-pedagógico, tanto do CBO quanto da Lei de Regulamentação da Profissão, por exemplo:

Assessoram os executivos no desempenho de suas funções, atendendo pessoas (cliente externo e interno), **gerenciando** informações, **elaboram** documentos, **controlam** correspondência física e eletrônica, prestam serviços em idioma estrangeiro, **organizam** eventos e viagens, **supervisionam** equipes de trabalho, geram suprimentos, **arquivam** documentos físicos e eletrônicos auxiliando na execução de suas tarefas administrativas e em reuniões (CBO).

Conforme o Artigo 4º da Lei de Regulamentação da Profissão (BRASIL, 1985), são atribuições do secretário executivo:

I - planejamento, organização e direção de serviços de secretarial;
II - assistência e assessoramento direto a executivos;
 III - coleta de informações para a consecução de objetivos e metas de empresas;
 IV - redação de textos profissionais especializados, inclusive em idioma estrangeiro;
 V - interpretação e sintetização de textos e documentos;
 VI - taquigrafia de ditados, discursos, conferências, palestras de explanações, inclusive em idioma estrangeiro;
 VII - versão e tradução em idioma estrangeiro, para atender às necessidades de comunicação da empresa; VIII - registro e distribuição de expediente e outras tarefas correlatas; IX - orientação da avaliação e seleção da correspondência para fins de encaminhamento a chefia; X - conhecimentos protocolares (BRASIL, 1985, *on-line*).

Os três exemplos enunciativos que envolvem a práxis secretarial emergem como um discurso regular em relação aos enunciados analisados. Assim, destacamos, nesta ordem discursiva, as funções de assessoria e gestão como podemos observar: “**assessoram** executivos; **gerenciam** informações” (CBO), “**I - planejamento, organização e direção de serviços de secretarial; II - assistência e assessoramento direto a executivos**” (BRASIL, 1985, *on-line*).

Quanto às demais regularidades, destacamos, no campo associado do discurso, que “**as atividades de pesquisa são um reflexo da práxis**, entende-se que o fazer Secretarial está pautado principalmente nas funções de **assessoria, gestão, empreendedorismo e consultoria**”. Assim, as regularidades estão em: **gestão da informação, redação/ elaboração/interpretação de documentos em idioma nacional e estrangeiro; controle de documentos; supervisão de equipes**, tanto no discurso do CBO quanto na Lei de Regulamentação da Profissão, discutidos no capítulo anterior. Já a prática de **organização e gestão de eventos** consta no CBO e em artigos da área, como mencionado na discussão do capítulo referente ao dispositivo jurídico-legal-pedagógico, no texto intitulado: “O secretário executivo como diferencial na gestão de uma feira agropecuária de grande porte” (NIKI-CAIRES; CANTAROTTI, 2016).

Isso complementa a ideia de que as demais relações discursivas estão em um nível de complementariedade, e não de exclusão, já que o fato de a área se desenvolver sob uma concepção funcionalista decorre de uma pluralidade de interpretações sobre o fazer secretarial.

No que tange à concepção pragmática funcionalista da atuação secretarial no campo teórico das assessorias, podemos afirmar que ela se dá de forma interdisciplinar à medida que o fazer secretarial utiliza a gestão, o empreendedorismo e a consultoria. Portanto, entendemos que a prática que se dá pela assessoria secretarial é composta de forma multi, inter e transdisciplinar, alocada no campo das Ciências Sociais Aplicadas com paradigmas que se complementam e não se excluem.

Essa reflexão se inscreve como relação complementar com a narrativa de Cruz (2018) quando afirma que a característica atual da profissão de Secretariado Executivo é técnico-profissional, pois sua atuação é direcionada ao mercado de trabalho. No entanto, o fomento às

atividades de pesquisa e no reconhecimento das suas necessidades em um viés científico [...] vislumbra a possibilidade do surgimento de um novo paradigma que coexistirá com o paradigma vigente, a medida que os incentivos continuem e sejam retroalimentados: um paradigma teórico-científico que fomenta os estudos em busca da origem e do estado atual do conhecimento em Secretariado Executivo (CRUZ, 2018, p. 168).

Diante do desafio de integrar as demandas profissionais e epistêmicas para a obtenção da emancipação científica do Saber Secretarial, Cruz (2018) sugere que sejam alinhados esforços para a abertura de programas de pós-graduação *stricto sensu* em duas modalidades: acadêmica e profissional. Assim, segundo a autora, “o paradigma profissional se basearia no paradigma vigente, encontrado nas características das atividades de pesquisa realizadas por seus pesquisadores” (CRUZ, 2018, p. 169). Ainda, ressalta que este seria importante para a afirmação da área e consolidação de suas bases de atuação e práticas profissionais. Já uma possível abertura do programa de cunho acadêmico direcionaria “o desenvolvimento da área em seus aspectos de ciência, incentivando os seus pesquisadores a atuarem no paradigma previsto” (CRUZ, 2018, p. 169).

Dessa forma, as afirmativas destacadas na SE17 sobre o núcleo que caracteriza a atuação profissional do secretariado em ambientes organizacionais está pautada, principalmente, nas funções de assessoria, gestão, empreendedorismo e consultoria (CRUZ; CORREIA, 2020). Tais características agregadas às especificidades multidisciplinares da área caracterizam as marcas de distinção do campo de Saber Secretarial, direcionando seus domínios, como o campo da Administração. Assim, são compostas especificidades em uma concepção funcionalista, ou seja, o fazer secretarial se utiliza de saberes das áreas correlatas (mencionadas na SE18 e na SE20) os quais se integram aos eixos da assessoria secretarial, da gestão secretarial, da consultoria e do empreendedorismo. Por esses meios, a concepção funcional da profissão se apropria das áreas correlatas para constituir sua especificidade profissional. Vale lembrar que outro fator que formaliza a característica interdisciplinar é a formação em nível de mestrado e doutorado em campos afins (Letras, Linguística, Educação, Administração).

Há de se considerar, ademais, alguns entraves em funcionamento na relação de saber-poder que dificultam o processo de reconhecimento científico do campo secretarial, bem como a abertura de programas de pós-graduação. Segundo Cruz (2018), um deles é a baixa quantidade de docentes doutores, o que não cumpre as exigências da CAPES para o funcionamento de uma pós-graduação *stricto sensu*, assim como a sustentação de linhas de pesquisa. Outro fator recai sobre o fortalecimento dos periódicos específicos do campo secretarial, disso decorre também a interferência da comunidade científica em publicar suas pesquisas em revistas de *Qualis* mais bem avaliadas pela CAPES.

Vimos, no decorrer das análises, como os mecanismos discursivos, bem como as relações de poder, são mobilizados no dispositivo científico-acadêmico. Para isso, vale retomar os elementos das modalidades enunciativas para mostrar, nos enunciados materializados no gênero artigo científico, os encadeamentos e as leis de existência acerca das enunciações dos

discursos. Nesse conceito, Foucault (2015) fundamenta três importantes elementos: o sujeito que fala, os lugares institucionais que amparam o discurso e a posição dos sujeitos que proferem os enunciados. O Quadro 4, a seguir, reúne as informações relevantes para análise das modalidades enunciativas.

Como já colocado sob análise, vimos que a posição de sujeito, além de compor o conceito das modalidades enunciativas, também é elemento constituinte da função enunciativa. Tratando-se do sujeito que fala nesse discurso, seu respectivo *status* tem a ver com a legitimação do discurso, a exemplo dos lugares institucionais que amparam cientificamente os enunciados analisados, os quais também lhes conferem autoridade de fala. Esses *status*, portanto, são moldados pelas relações de poder presentes na sociedade e nas instituições. Assim, julgamos necessário especificar os lugares ocupados pelos sujeitos das SEs colocadas sob análise.

Quadro 4 - Especificações dos sujeitos das SEs analisadas

	Autores	Formação	Vínculo Institucional
1	CRUZ, R. W. R. (se repete em 3 artigos)	Doutora em Ciência da Informação Mestre em Ciências da Informação Bacharel em Secretariado Executivo	Universidade Federal da Paraíba (UFC), professora colaboradora
2	CORREIA, A. B. G. C. (se repete em 3 artigos)	Doutora em Ciência da Informação Mestre em Ciência da Informação Graduada em Biblioteconomia	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Professora adjunta
3	MARTINS, C. B. <i>et al.</i>	Doutora em Administração Mestre e doutora em Administração; Graduada em Secretariado Executivo	Universidade Federal Santa Catarina (UFSC), professora adjunta
4	LEAL, F.G. (se repete em dois artigos)	Doutora em Administração Mestre em Administração Bacharel em Secretariado Executivo	Secretária-Executiva da UFSC no cargo de diretora de Relações Internacionais na Secretaria de Relações Internacionais (SINTER)
5	SOUZA, E. C. P.	Doutorando em Linguística e Língua Portuguesa Mestre em Linguística Bacharel em Secretariado Licenciando em Letras - Espanhol	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)
6	TODORO, V. M.	Mestre em Administração-Gestão de projetos	Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda (FMU)
8	MORAES, M. C. B.	Doutor em Engenharia de Produção Mestre em Gerência de Engenharia Graduado em Engenharia Civil	Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), professor titular
9	SANTOS, L. S.	Doutora em Administração Mestre em Administração Graduada em Administração Pública	Administradora da UFSC, lotada na Pró-Reitoria
10	DURANTE, D. G.	Doutoranda em Administração e Controladoria Mestre em desenvolvimento Graduada em Secretariado	Universidade Federal do Ceará (UFC), professora efetiva do curso de Secretariado
11	PONTES, E. S.	Doutorando em Administração e Controladoria	Universidade Federal do Ceará (UFC),

		Mestre em Administração Graduada em Secretariado Executivo	professor substituto
12	BARROS, A. G. M. M.	Bacharel em Secretariado Executivo	Universidade Federal do Ceará (UFC), egressa
13	MORAES, L. S.	Mestre em Administração Bacharel em Secretariado Executivo	Universidade Estadual de Maringá (UEM), auxiliar do departamento administrativo
14	HORTELÃ, J.	Doutoranda em Letras-Linguística Mestra em Letras, Doutoranda em Letras-Linguística Bacharel em Secretariado Executivo	Universidade Estadual de Maringá (UEM), professora Substituta
15	CANTAROTTI, A.	Doutora em Letras Mestra em Letras Graduada em Letras e Secretariado Executivo	Universidade Estadual de Maringá (UEM), professora adjunta
16	MAIA, F. L.	Doutora em Sociologia Mestre em Educação Graduada em Ciências Sociais e Secretariado Executivo	Universidade Federal do Paraná (UFPR), professora adjunta
17	VALE, M. J.	Doutor em Sociologia do Trabalho Mestre em Educação: Políticas Públicas e Gestão da Educação Bacharel em Ciências Econômicas	Centro Universitário Autônomo do Brasil (UniBrasil), professor pesquisador
18	SCHMIDT, C. M. (se repete em dois artigos)	Pós-doutora pela FURB Doutora em Administração Mestre em Administração Bacharel em Secretariado Executivo Bilíngue	Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), professora Associada
19	SANCHES-CANEVESI, C.	Doutora em Educação Mestre em Ciências Ambientais Bacharel em Secretariado Executivo	<i>King Abdullah University of Science and Technology (KAUST) - Arábia Saudita, coordenadora de projeto</i>
20	CIELO, I. D.	Doutora em Desenvolvimento Regional e Agronegócio Mestra em Engenharia de Produção Bacharel em Secretariado Executivo	Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), professora adjunta
21	JUNGES, D. M.	Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio Bacharel em Secretariado Executivo	Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), professora colaboradora
22	SANTIAGO, C. da S.	Doutora em Desenvolvimento e Meio-Ambiente Mestre em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável Graduada em Secretariado Executivo	Universidade Federal da Paraíba (UFPA), professora-assistente
23	CAVALCANTI, T. E.	Graduada em Secretariado Executivo	Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Fonte: elaborado pela autora.

Sobre os lugares de fala, as instituições que amparam o discurso científico atribuem veracidade, pois legitimam a fala do sujeito do discurso sob uma perspectiva institucional. Essa relação implica o jogo entre o poder e o saber ao mostrar que não é qualquer sujeito que pode dizer qualquer coisa em qualquer lugar. Existe, segundo Foucault (2014), uma ordem discursiva sobre as coisas, sobretudo no processo de construção da verdade, incluindo quem produz os discursos e como são distribuídos. O sistema de exclusão, interdição e valoração de um discurso regula a construção dos saberes. Por isso, importa destacar o *status* acerca do discurso que se produz no dispositivo científico, como também destacar o suporte em que esse discurso circula, sua materialização confere a veracidade dos discursos e seu efeito de verdade como conhecimento científico.

Diante das informações constatadas e reunidas no Quadro 4 acerca das posições e das especificações dos sujeitos que ocupam o lugar para produção e o *status* de legitimação e circulação do discurso científico, voltamos o olhar para as áreas de especializações *stricto sensu* desses sujeitos, bem como seu vínculo institucional, pois esses fatores interferem significativamente na construção, na definição e nas especificações do Saber Secretarial. Como já discorrido no Capítulo 1, vale lembrar que a posição de sujeito de um enunciado precisa ser proferida por alguém. Nessa natureza da função enunciativa, também encontrada no conceito de modalidade enunciativa, a posição de sujeito não corresponde ao indivíduo que a formulou. Assim, as áreas de especializações *stricto sensu* dos 23 sujeitos dos enunciados analisados que ocupam o *status* de autoria são: oito na Administração; quatro nas Letras-Linguística; dois na Engenharia de Produção; dois na Sociologia; dois na Ciência da Informação; dois na Educação; dois em Desenvolvimento Regional e Agronegócio; e um em Meio ambiente. Consideramos, aqui, as áreas da última titulação do sujeito-autor. Também observamos que dois dos sujeito-autores ainda não apresentam dados de pós-graduação, estando na condição de Bacharel em Secretariado Executivo.

Outro fator a se considerar é o vínculo institucional dos sujeitos que ocupam o *status* de autoria, eles se distribuem em: 11 na condição de professor efetivo; três na condição de professor substituto; dois acadêmicos do curso de Secretariado; dois na condição de doutorandos; dois como funcionários públicos em cargos administrativos; e um com vínculo outro. Destacamos que mais da metade dos autores são vinculados a instituições de ensino na condição de professor efetivo. Essa constatação também representa bastante influência na construção do saber científico do Secretariado, pois, como já discutimos anteriormente, são os professores acadêmicos que realizam pesquisas no Brasil e fomentam, conseqüentemente, a cientificidade de um campo de saber.

Diante disso, o domínio do gênero textual publicação científica, o qual foi colocado sob análise, também é fundamental para análise das modalidades enunciativas, elemento da formação discursiva. Desse modo, essas modalidades reúnem três elementos: a) quem fala; b) os lugares institucionais dos quais esse sujeito fala; e c) as posições adotadas por ele. No Quadro 5, especificamos o segundo elemento, que trata sobre as especificações dos lugares institucionais dos quais o sujeito do enunciado fala.

Quadro 5 - Produção científica a respeito do Secretariado e respectivas características gerais

Artigo	Revista/ vínculo institucional	Qualis (quadriênio 2017/2020)³⁹	Área da revista
1 - Cartografia do Secretariado Executivo no Brasil: estrutura e produção científica no processo de institucionalização	<i>Revista Expectativa</i> - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), câmpus Toledo	B3 - Letras e linguística B3 - Ciências Ambientais B3 - Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo B3 - Planejamento Urbano e Regional/Demografia	-Letras e Linguística; -Ciências Ambientais; -Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo; -Planejamento Urbano e Regional/Demografia
2 - A busca da cientificidade do secretariado no contexto brasileiro: aspectos históricos e contemporâneos	<i>Revista Gestão em Análise</i> , Fortaleza. Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS)	B2 - Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo	- Administração Pública e de Empresas, - Ciências Contábeis e - Turismo
3 - Conhece-te a ti mesmo: um olhar para o campo de pesquisa em secretariado executivo no Brasil	<i>Revista Expectativa</i> - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), câmpus Toledo	B3 - Letras e linguística B3 - Ciências Ambientais B3 - Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo B3 - Planejamento Urbano e Regional/Demografia	- Letras e Linguística - Ciências Ambientais - Administração Pública e de Empresas, - Ciências Contábeis - Turismo - Planejamento Urbano e Regional/Demografia
4 - Apontamentos sobre o Campo de Secretariado no contexto brasileiro: identidade científica e reconhecimento	<i>Revista em Questão</i> - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre	A2 - Ciência da Informação	- Ciência da Informação

³⁹ Disponível em:

<https://sucupira.CAPES.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>. Acesso em: 11 ago. 2023.

5 - Pesquisa em secretariado na pós-graduação stricto sensu: levantamento de teses e dissertações produzidas no Brasil”	<i>Revista Capital Científico</i> (RCCe) - UNICENTRO, câmpus Santa Cruz	B1 - Administração, pública, Ciências Contábeis e Turismo	- Administração, - Ciências Contábeis e - Turismo
6 - O desafio da construção do conhecimento por discentes do curso superior de tecnologia em Secretariado	<i>Revista Expectativa</i> - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), câmpus Toledo	B3 - Letras e linguística B3 - Ciências Ambientais B3 - Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo B3 - Planejamento Urbano e Regional/Demografia	- Letras e Linguística; -Ciências Ambientais; -Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo; -Planejamento Urbano e Regional/Demografia
7 - A Cooperação científica dos membros de um Grupo de Pesquisa em Secretariado à luz da teoria de redes	<i>Revista Expectativa</i> - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), câmpus Toledo	B3 - Letras e linguística B3 - Ciências Ambientais B3 - Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo B3 - Planejamento Urbano e Regional/Demografia	- Letras e Linguística; -Ciências Ambientais; -Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo; -Planejamento Urbano e Regional/Demografia
8 - A Contribuição dos trabalhos de conclusão de curso para o desenvolvimento da pesquisa científica em Secretariado Executivo	<i>E-book</i> ⁴⁰ - O conhecimento científico em Secretariado: reflexões sobre a produção acadêmica da área secretarial		1. Secretariado. 2. ⁴¹ Conhecimento Científico. 3. Produção Acadêmica
9 - As diferentes perspectivas metodológicas nas interfaces da pesquisa secretarial – grupo de pesquisa Geset e sua formação interdisciplinar	<i>E-book</i> ⁴² - A Pesquisa no contexto secretarial: ensaios acadêmicos em perspectiva		<i>E-book</i> vinculado à ABPSEC ⁴³
10 - Ciência ou arte? perspectivas sobre o campo de pesquisa do secretariado	<i>E-book</i> - A Pesquisa no contexto secretarial: ensaios acadêmicos em perspectiva		

⁴⁰ Disponível em: https://secretariado.ufs.br/uploads/content_attach/path/19171/E-book_conhecimento_cientifico_em_secretariado.pdf. Acesso em: 12 maio. 2023.

⁴¹ CHUSSY K. S.; PEREIRA, E. **O Conhecimento Científico em Secretariado**: reflexões sobre a produção acadêmica da área secretarial. João Pessoa: Ideia, 2017.

⁴² Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/349467016_A_Pesquisa_no_Contexto_Secretarial_ensaios_academicos_em_perspectiva. Acesso em: 12 maio. 2023.

⁴³ *E-book* vinculado à ABPSEC, instituição que tem como finalidade fomentar a pesquisa científica no Secretariado e atender estrategicamente às demandas do dispositivo científico/acadêmico.

11 - Contribuições dos grupos de pesquisa para o desenvolvimento científico da área secretarial no Brasil	<i>E-book</i> - A Pesquisa no contexto secretarial: ensaios acadêmicos em perspectiva		
12 - Formação profissional em secretariado executivo: inter ou multidisciplinar?	<i>E-book</i> - A Pesquisa no contexto secretarial: ensaios acadêmicos em perspectiva		
13 - Institucionalização do secretariado executivo no Brasil sob a égide estrutural da ciência	<i>E-book</i> - A Pesquisa no contexto secretarial: ensaios acadêmicos em perspectiva		

Fonte: elaborado pela autora.

Os 13 artigos recortados para análise estão publicados nas seguintes revistas: quatro na Revista Expectativa; um na Revista Gestão em Análise; um na Revista em Questão e um na Revista Capital Científico Eletrônica, resultando em sete publicações em revistas científicas. Os demais resultam em seis artigos publicados em *e-book*, sendo cinco no *e-book* intitulado “A pesquisa no contexto secretarial: ensaios acadêmicos em perspectiva” e 1 artigo no *e-book* “O conhecimento científico em Secretariado”.

Tanto as revistas quanto os *e-books* são elementos que compõem o dispositivo científico-acadêmico. A organização institucional que se desenha em torno desse dispositivo resulta na produção de verdades. Toda essa regulação organizada ao redor desses elementos (revistas e *e-books*) mostra, por exemplo, o funcionamento do dispositivo de poder incitando a produção de enunciados, de discursos, que estão sendo construídos em torno do Saber Secretarial. Por meio de todo um conjunto de leis, regulamentos e práticas, o dispositivo institucionaliza, normaliza e confere um *status* de verdade sobre os objetos (FOUCAULT, 2016).

As revistas e os *e-books* em que estão materializados os artigos analisados são alguns dos elementos que envolvem toda uma conjuntura a qual desencadeia a construção de verdades sobre o Saber Secretarial. As especificações dos sujeitos descritas no Quadro 4 retratam que não é qualquer discurso que pode circular nesses espaços, é necessário estar apto para ocupar a posição de sujeito autor desses enunciados. É necessário um amparo institucional que se caracteriza por meio do vínculo com as instituições de ensino, seja na condição de docente efetivo, docente substituto, acadêmico, dentre outras especificações.

Ademais, é necessária, também, certa qualificação profissional para ocupar o *status* dessa posição de sujeito que adentra o funcionamento do dispositivo, a qual caracteriza-se pelas

especializações na modalidade *stricto sensu*, como demonstra o Quadro 4. É mister dizer que a regularidade das formações na modalidade *stricto sensu* ocorrem porque sua finalidade é voltada para fins acadêmicos das áreas profissionais, como cursos de Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado, nos quais o foco dos estudos é feito sobre um questionamento central a ser discutido por meio dos gêneros dissertação ou tese que defendem uma ideia inovadora, que se materializa em produções escritas ou de outro cunho.

Para efeitos conclusivos, a organização analítica deste capítulo problematizou as materialidades com base no método arqueogenealógico, partindo do conceito de formação discursiva, definida como um conjunto composto por um certo número de enunciados, conceitos e escolhas temáticas que descrevem sistemas de dispersões que buscam verificar como o discurso se organiza em uma ordem, quais são suas correlações, as posições assumidas, seus funcionamentos e suas transformações sócio-históricas (FOUCAULT, 2015a). Inicialmente, adentramos o elemento da formação dos objetos, pelas superfícies primeiras de emergência retratadas aqui pelo discurso dos artigos científicos e pelo papel institucional da CAPES, do CNPq e do MEC. Já no que diz respeito às instâncias de delimitação atuantes neste funcionamento, estas se caracterizam pela CAPES, pelo CNPq, pelos pesquisadores da área, pela FENASSEC e pela ABPSEC.

Enfim, o recorte discutido nesse capítulo emerge e se constitui nas grades de especificação de grupos dos campos científico-acadêmico e político, caracterizados pelas instâncias reguladoras do funcionamento acadêmico-científico (CAPES, CNPQ, MEC, FENASEEC, ABPSEC). Essas fronteiras sociais demarcam a superfície de emergência para surgimento, transformação e desaparecimento do objeto Saber Secretarial. É nessas superfícies de aparecimento que podemos encontrar a “possibilidade de limitar seu domínio, de definir aquilo que fala, de dar-lhe o *status* de objeto – ou seja, de fazê-lo aparecer e torná-lo nomeável e descritível” (FOUCAULT, 2015a, p. 51).

Essa organização discursiva mostra que a formação das estratégias, elemento constituinte da formação discursiva, é determinante na construção do Saber Secretarial, uma vez que faz emergir seus pontos de incompatibilidade, de equivalência e, também, de sistematização regular, dos e nos sujeitos legitimados que adentram os regimes e os processos de apropriação desse discurso. A forma coercitiva ou não, com as práticas cotidianas nas quais esses sujeitos estão inscritos, é fator determinante para as escolhas temáticas de suas enunciações (FOUCAULT, 2015a).

Para essa identificação, nos apropriamos da relação dos elementos das modalidades enunciativas com os sujeitos que se entrelaçam no dispositivo científico-acadêmico. Isso nos

possibilitou mostrar, nos enunciados materializados no gênero artigo científico, os encadeamentos e as leis de existência acerca das enunciações dos discursos.

Averiguamos também que a obscuridade das relações de poder que inibe a emancipação do campo científico secretarial está, justamente, atrelada às relações entre saber-poder. Diante do que pudemos entender sobre os caminhos emancipatórios de uma área científica, é crucial o alinhamento dos discursos e das estratégias para a consolidação do Saber Secretarial no campo científico. No entanto, também entendemos que o funcionamento do poder atuante na construção de um campo científico, aqui tratado pelo Secretariado Executivo, está condicionado a circunstâncias políticas que priorizam investimentos em áreas com maior capacidade de impacto social e econômico.

Também pudemos constatar a regularidade discursiva sobre a tendência do Secretariado Executivo a se aproximar das Ciências Sociais Aplicadas como grande área de enquadramento e da Administração, das Ciências Contábeis e do Turismo, tendo como subárea a Administração, em relação à avaliação (CRUZ, 2018). Assim, a vontade de verdade materializada nos referenciais discursivos analisados tramita sobre o alicerce da área estar alocado no campo das Ciências Sociais Aplicadas, com forte traço na Administração, apropriando-se de outros saberes de campos correlatos e caracterizando interdisciplinaridade da área, o que aloca demais saberes que povoam as margens desse campo em nível de complementaridade da área e compõe a característica interdisciplinar do campo.

É interessante destacar as relações do campo secretarial com a Administração, já que é um traço expressivo na constituição deste saber. De acordo com a Matriz Curricular do curso de Secretariado Executivo da UEM⁴⁴, os traços regulares da Administração identificados no campo secretarial se destacam pelas seguintes disciplinas: Administração e Organizações, Gestão Secretarial, Processos e Técnicas Administrativas e Recursos Humanos. Essas são as disciplinas que mais se aproximam da área administrativa. Outras, também características do campo das Ciências Sociais Aplicadas, se destacam, como: Contabilidade Geral e de Custos, Arquivística, Direito, Elementos de Economia, Introdução à Informática e Metodologia e Técnicas de Pesquisa I e II. O fato de o paradigma de pesquisa da área estar alocado nos moldes das Ciências Sociais Aplicadas mostra como o campo secretarial vai arranjando, configurando a identidade do seu saber.

Identifica-se outras disciplinas advindas das Ciências Humanas, tais como: Línguas Inglesa, Espanhola e Francesa, Prática de Leitura e Produção e Textos, Prática de Redação

⁴⁴ Disponível em: <http://www.set.uem.br/grade-curricular>. Acesso em: 03 mar. 2023.

Empresarial e Oficial, Introdução à Psicologia das Relações, Filosofia e Ética, Psicologia das Relações Interpessoais. Já disciplinas como Arquivística I e II, Técnicas de Secretariado, Planejamento e Organização de Eventos são entendidas como peculiares ao campo secretarial. Importa constar que as demais disciplinas são adequadas às especificidades da área, como línguas para Secretariado, Redação Empresarial e Oficial, para os gêneros discursivos que circulam na prática deste fazer.

Com esse desenvolvimento analítico, vemos se desenhar alguns traços que configuram a construção discursiva do Saber Secretarial, caracterizada na relação de poder-saber no dispositivo científico-acadêmico, mobilizado por meio dos elementos conceituais gerais da formação discursiva e da função enunciativa, compondo o visível e o enunciável do dispositivo, com a metodologia arqueológica, por meio do fazer ver e fazer falar nesse movimento analítico. Os movimentos em torno da vontade de saber, que desencadeiam uma vontade de verdade, bem como as lutas das relações de poder emergidas nesse capítulo sobre a área secretarial compõem as linhas de força desse dispositivo, retratando à fase genealógica da metodologia foucaultiana.

Dentre os diversos dispositivos que regulam o funcionamento e delimitam a ordem discursiva do Saber Secretarial está o intitulado jurídico-legal-pedagógico, o qual envolve diferentes documentações para determinação da verdade acerca da profissão Secretariado, e são esses documentos que iremos explicar e discutir no próximo capítulo.

4 DISPOSITIVO JURÍDICO-LEGAL-PEDAGÓGICO: DISCURSO INSTITUCIONAL SOBRE O SECRETARIADO EXECUTIVO NO BRASIL

A discussão acerca da construção dos saberes a partir dos pressupostos foucaultianos é perpassada por dispositivos de poder, que funcionam e se organizam em suas linhas de visibilidade, enunciabilidade, força e subjetividade nas práticas discursivas que constroem os objetos. A fim de mostrar como esta organização por meio de dispositivos se realiza no Saber Secretarial, com a hipótese de que há uma certa regularidade discursiva sobre a prática de assessoramento no exercício laboral cotidiano do profissional de Secretariado, e com vistas a coroar o atravessamento do dispositivo científico-acadêmico, buscaremos, neste capítulo, perseguindo o objetivo geral de **cartografar o Saber Secretarial como dispositivo de poder-saber em relação ao Secretariado Executivo**, cumprir o objetivo específico de: a) escalonar **acontecimentos discursivos** a respeito do Secretariado Executivo nos discursos oficiais (Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, Lei de Regulamentação da Profissão e Código de Ética).

A seleção dos recortes que materializam dispositivos dos campos Jurídico-Legal-Pedagógico ajuda-nos a entender que a construção do Saber Secretarial possui uma relação imbricada nesses dispositivos, à medida que ora podem funcionar de forma exclusivamente jurídica, ora legal e/ou pedagógica, pois, ao mesmo tempo em que funcionam de forma jurídica-legal, também possuem efeito pedagógico, por estarem institucionalizados na forma de conteúdo nos espaços acadêmicos dos cursos de Secretariado Executivo. Assim, essas materialidades recortadas para análise interligam os efeitos de poder dos campos jurídico, legal e pedagógico, pois ora um dispositivo pode produzir, especificamente, efeito jurídico, ora legal, ora pedagógico, no caso, por exemplo, de dispositivos que atuam no campo jurídico-legal servirem como conteúdo de ensino nos cursos de Secretariado Executivo. Nesse caso, sua função passa a ser pedagógica.

Diagnosticar o presente do Saber Secretarial com base nesses documentos, de acordo com a orientação foucaultiana, é analisar

esse saber na direção dos comportamentos, das lutas, dos conflitos, das decisões e das táticas. Faríamos aparecer, assim, um saber político que não é da ordem de uma teorização secundária da prática e que não é, tampouco, uma aplicação da teoria. Já que é regularmente formado por uma prática discursiva que se desenrola entre outras práticas e se articula com elas, ele não constitui uma expressão [...]. (O saber) inscreve-se, logo de início, no campo das diferentes práticas em que se encontra, ao mesmo tempo, sua especificação, suas funções e a rede de suas dependências (FOUCAULT, 2015a, p. 235).

Dessa forma, encontrar o saber inscrito no campo das diferentes práticas, em sua especificação, suas funções e sua rede de suas dependências justifica a composição heterogênea do recorte caracterizado nesta pesquisa pelos discursos dos campos jurídico-legal-pedagógico e científico-acadêmico, sendo direcionada, nesta seção, a discussão sobre os dispositivos jurídico-legal-pedagógico.

Para melhor visualização das materialidades mobilizadas para análise nesta seção, inserimos, a seguir, o recorte dos documentos que permitem retratar o funcionamento dos dispositivos jurídico-legal-pedagógico. Este material reúne, portanto, enunciados da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), da Lei de Regulamentação da Profissão e do Código de Ética da profissão.

Quadro 6 - Discurso do dispositivo jurídico-legal-pedagógico – documentos oficiais

	Materialidade	Link
1	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) - relacionada ao Secretariado Executivo.	Disponível em: https://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/252305-secretaria-o-executiva-o . Acesso em: 06 jul. 2023.
2	Lei de Regulamentação da Profissão Secretariado	Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17377.htm#:~:text=LEI%20No%207.377%2C%20DE,%C3%A9%20regulado%20pela%20presen,te%20Lei . Acesso em: 06 jul. 2023.
3	Código Ética da profissão de Secretariado	Disponível em: https://fenassec.com.br/site/b_osecretariado_codigo_etica.html#:~:text=%2D%20Constituem%2Dse%20deveres%20fundamentais%20das,atividades%2C%20sempre%20procurando%20aperfei%3A7oamento%3B%20d . Acesso em: 03 mar. 2023.
4	Matriz Curricular do Curso de Secretariado da UEM ⁴⁵	Disponível em: http://www.set.uem.br/grade-curricular . Acesso em: 03 mar. 2023

Fonte: elaborado pela autora

⁴⁵ A Matriz Curricular do Curso de Secretariado Executivo da UEM foi inserida como material de análise devido ao fato de a autora já ter ministrado aulas no curso de Secretariado Executivo Trilíngue desta instituição, o que viabiliza o acesso aos programas de disciplinas que não são documentos públicos nas demais instituições.

As materialidades do quadro 6 serão percorridas nas seções seguintes.

4.1 DAS CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADES E EMERGÊNCIA DA DESCRIÇÃO DAS MATERIALIDADES DISCURSIVAS: CBO, LEI DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO SECRETARIADO, CÓDIGO DE ÉTICA DA PROFISSÃO DE SECRETARIADO, MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE SECRETARIADO DA UEM

Esta seção será subdividida em subseções para discorrer, especificamente, sobre cada condição de possibilidade e emergência das materialidades discursivas colocadas sob análise neste capítulo. Posteriormente, iremos adentrar ao gesto analítico das SEs.

4.1.1 Sobre a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)

A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) abarca as diversas atividades dos trabalhadores no Brasil. Este documento, apesar de não possuir competência para regulamentar uma profissão, sistematiza, cataloga e enumera diferentes ocupações com a finalidade de servir como banco de dados para a confecção do Código Internacional de Ocupação, realizado pela OIT (Organização Internacional do Trabalho). Suas condições de emergência materializaram-se por meio de um documento instituído pelo Ministério do Trabalho a fim de identificar todas as ocupações existentes no Brasil nos mais variados setores de atividades, públicos e privados, estabelecendo códigos específicos para cada profissão — a Portaria nº 397, de 10 de outubro de 2002⁴⁶, que aprova a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) para uso em todo o território nacional⁴⁷.

A tabela classificatória da CBO é utilizada **para identificar a correta função** a ser exercida pelo colaborador nas organizações. Sua categorização é feita de forma hierárquica, seguindo características ocupacionais, como as atividades desenvolvidas e as obrigações da função, assim como conhecimentos, habilidades, atributos pessoais e outros aspectos

⁴⁶ Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=382544&filename=LegislacaoCitada%20INC%208189/2006. Acesso em: 03 jul. 23.

⁴⁷ Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=382544&filename=LegislacaoCitada%20INC%208189/2006. Acesso em: 03 jul. 23.

necessários para cada função⁴⁸. A revisão e a inserção de novas ocupações variam de acordo com as mudanças que o mundo passa com a chegada das novas tecnologias e de formas diferentes de trabalho⁴⁹. O registro da CBO é utilizado por alguns dos mais importantes órgãos trabalhistas do Brasil, a saber: a Previdência Nacional, a Fiscalização do Trabalho, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e o Sistema Nacional de Emprego (SINE).⁵⁰

O Quadro 7 a seguir mostra o funcionamento do dispositivo jurídico que cria condições de possibilidade para que o Secretariado Executivo seja enquadrado na CBO, com as especificações próprias dele e nenhuma outra em seu lugar. É a partir da CBO que os órgãos do trabalho definem o que é — e, por consequência, o que não é — função do profissional do Secretariado Executivo. No quadro abaixo, são sintetizadas as definições da profissão regulamentadas pela CBO.

Quadro 7 - Classificações do Secretariado na CBO

2523 – Secretários executivos e afins⁵¹	
Sinônimos CBO e Ocupações relacionadas	2523-05 - Secretário executivo: Assessor de diretoria, Assessor de presidência, Assistente de diretora, Assistente de presidência, Auxiliar administrativo de diretoria, Auxiliar administrativo de presidência, Secretário de diretoria, Secretário de gabinete, Secretário de presidência, Secretário pleno, Secretário sênior, Tecnólogo em Secretariado.
	2523-10 - Secretário bilíngue: Assessor bilíngue, Assistente bilíngue, Auxiliar administrativo bilíngue, Secretário bilíngue de diretoria, Secretário bilíngue de gabinete, Secretário bilíngue de presidência, Secretário pleno bilíngue, Secretário sênior bilíngue.

⁴⁸ Disponível em:

https://tangerino.com.br/blog/cbo/?utm_source=Google+Ads&utm_medium=cpc&utm_campaign=CBO&gclid=CjwKCAjw44mlBhAQEiwAqP3eVheZ6eMaWjSGJzdeDTIf-BoL9KGZAlgcH0W4BBnmisopX18G-iErhoCrXIQAvD_BwE. Acesso em: 05 jun. 23.

⁴⁹ Disponível em:

https://tangerino.com.br/blog/cbo/?utm_source=Google+Ads&utm_medium=cpc&utm_campaign=CBO&gclid=CjwKCAjw44mlBhAQEiwAqP3eVheZ6eMaWjSGJzdeDTIf-BoL9KGZAlgcH0W4BBnmisopX18G-iErhoCrXIQAvD_BwE. Acesso em: 03 jul. 23.

⁵⁰ Disponível em:

<https://empregabrasil.mte.gov.br/76/cbo/#:~:text=A%20Classifica%C3%A7%C3%A3o%20Brasileira%20de%20Ocupa%C3%A7%C3%B5es,397%2C%20de%2010.10.2002>. Acesso em: 05 jun. 2023.

⁵¹ Disponível em: <https://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/252305-secretaria-o-executiva-o>. Acesso em: 03 jul. 23.

	2523-15 - Secretário trilingue: Assessor trilingue, Assistente trilingue, Auxiliar administrativo trilingue, Secretário pleno trilingue, Secretário sênior trilingue, Secretário trilingue de diretoria, Secretário trilingue de gabinete, Secretário trilingue de presidência.
Descrição sumária	Assessoram os executivos no desempenho de suas funções, atendendo pessoas (cliente externo e interno), gerenciando informações, elaboram documentos, controlam correspondência física e eletrônica, prestam serviços em idioma estrangeiro, organizam eventos e viagens, supervisionam equipes de trabalho, geram suprimentos, arquivam documentos físicos e eletrônicos auxiliando na execução de suas tarefas administrativas e em reuniões.
Condições gerais de exercício	Trabalham nas mais variadas atividades econômicas da indústria, comércio e serviços, além da administração pública, como assalariados com carteira assinada, estatutários, ou autônomos, sob supervisão ocasional. Atuam de forma individual ou em equipe, em ambientes fechados e em horários diurnos. Podem permanecer em posições desconfortáveis por longos períodos. Assessoram chefias, atendendo mais de um diretor ou uma área. Os secretários bilíngue-trilíngues realizam as mesmas atividades que as secretárias executivas e se diferenciam nas atividades que requerem fluência em língua estrangeira.

Fonte: adaptado de Ministério do Trabalho e Emprego (2021)⁵².

Uma vez recortadas as formas de denominação do fazer secretarial presentes na CBO, destacamos as regularidades na forma de fazer menção ao Secretariado Executivo. Assim, o Quadro 8 contabiliza as regularidades de nomenclaturas das ocupações relacionadas ao profissional dessa área.

Quadro 8 - Sinônimos CBO e ocupações relacionadas

	REGULARIDADES NOMENCLATURAS		
	2523-05: Secretário executivo	2523-10: Secretário bilíngue	2523-15: Secretário trilingue
Assessor	2	1	1
Assistente	2	1	1

⁵² Disponível em: <https://empregabrasil.mte.gov.br/76/cbo/>. Acesso em: 06 jul. 2023.

Auxiliar	2	1	1
Secretário	5	5	5
Tecnólogo	1		

Fonte: elaborado pela autora.

As categorizações especificadas no Quadro 8 podem ser tratadas como um conjunto sinonímico, pois o que difere uma categorização da outra é o nível de formação profissional e, conseqüentemente, a quantidade de idiomas e a capacidade de gestão competente ao profissional. No entanto, a relevância desse fator não possui impacto para nossa pesquisa, já que a especificação regular do fazer secretarial se mantém por meio da regularidade da assessoria como função.

Além dessa constatação, julgamos relevante observar como os dicionários definem as regularidades na nomenclatura, quais sejam: assessor, assistente, auxiliar, secretário e tecnólogo, além de suas variações. Desse modo, conforme busca em dicionário, o Quadro 9 expõe as definições sobre as regularidades das ocupações descritas:

Quadro 9 - Definições das ocupações

<p>Assessor: (<i>sm</i>) – <i>substantivo masculino</i>, sinônimo: “assistente, adjunto” (AMORA, 2009, p. 63).</p> <p>Assessorar – (<i>vti</i>) - <i>verbo transitivo direto</i>, “sinônimo: servir de assessor (a), assistir; auxiliar tecnicamente” (AMORA, 2009, p. 63)</p> <p>Assessoria – (<i>sf</i>) - <i>substantivo feminino</i>. Posto de função de assessor; departamento de assessores (AMORA, 2009, p. 63).</p>
<p>Assistente: (<i>adj 2</i>) <i>adjetivo de 2 gêneros</i>. “Que assiste; 2. Ouvinte; 3. Residente; 4. Auxiliar, adjunto, assessor, (<i>substantivo de 2 gêneros</i>) 5. Pessoa presente a um ato, cerimônia ou espetáculo” (AMORA, 2009, p. 63).</p> <p>Assistir – “estar presente, comparecer; 2. Presenciar; 3. Auxiliar, socorrer, acompanhar; 4. Caber; (<i>vti</i>) - <i>verbo transitivo direto</i> 5. Acompanhar em determinados atos como ajudante, como assessor; 6. Estar junto a (enfermo ou moribundo) para confortá-lo; (<i>vi</i>) - <i>verbo intransitivo</i> 7. Morar” (AMORA, 2009, p. 63).</p>

Auxiliar: (ss) vtd “1. Prestar auxílio, socorrer (*vp* 2). Ajudar-se mutuamente; *adj* e *s* 2 gên 3. Que, ou pessoa auxilia” (AMORA, 2009, p. 63).

Secretário: (*sm*) “1. Aquele que escreve as atas de uma assembleia; 2. O que escreve correspondência e trata de outros negócios particulares de uma pessoa ou corporação; 3. Aquele que, num Estado, exerce funções análogas às de ministro” (AMORA, 2009, p. 664)

Secretária: (*sf*) “1. Mulher que secretaria; 2. Mesa sobre a qual se escreve ou em que se guarda documentos; *escrivaninha*” (AMORA, 2009, p. 664).

Secretariado: (*sm*) “cargo ou dignidade de secretário; 2. Repartição, lugar onde o secretário exerce suas funções; 3. Tempo de duração dessas funções” (AMORA, 2009, p. 664).

Secretariar: *vtd* “1. Exercer as funções de secretário junto de; *vi* 2. Exercer as funções de secretário” (AMORA, 2009, p. 664).

Fonte: adaptado de Amora (2009).

Quando se coteja a definição do dicionário com a atuação do profissional de Secretariado Executivo descrita na legislação, é possível visualizar que as concepções do fazer secretarial ultrapassam a mera definição dos verbos regulares apresentados no Quadro 9.

A partir da descrição sumária do cargo de Secretariado Executivo na CBO, é possível perceber que os elementos que a compõem são atividades do que se entende por assessoria no campo secretarial. Um exemplo desse funcionamento é que atender pessoas na condição de secretário executivo é uma forma de assessorar a empresa e seus públicos, como também o gerenciamento de informações.

Quadro 10 - Agrupamento da descrição sumária do cargo em torno do termo “Assessoria”

Atender pessoas (cliente externo e interno)	
Gerenciar informações	
Elaborar documentos	
Controlar correspondência física e eletrônica	
Prestar serviços em idioma estrangeiro	
Organizar eventos e viagens	

Supervisionar equipes de trabalho	ASSESSORIA
Gerar suprimentos	
Arquivar documentos físicos e eletrônicos	
Auxiliar na execução de suas tarefas administrativas e em reuniões	

Fonte: elaborado pela autora.

A descrição proposta no Quadro 10 alinha-se com nossa hipótese de que há uma certa regularidade discursiva sobre o ato de assessorar no exercício cotidiano do profissional de Secretariado Executivo. As próximas subseções avançam a discussão no sentido de analisar como essa função aparece nas demais legislações, materiais de análise desta seção.

4.1.2 Sobre a Lei de Regulamentação da Profissão

Foi com a Lei de Regulamentação da Profissão de Secretariado que a categoria foi instituída como profissão. A Lei nº 7.377, de 30 de setembro de 1985, estabelece critérios para o enquadramento profissional tanto para o Secretário Executivo quanto para o Técnico em Secretariado. Sua materialização foi possível com a organização processual/política de entidades de classe dirigidas por lideranças de níveis regionais e nacionais.

Após isso, em 10 de janeiro de 1996, a Lei passou por adequações que “altera[m] a redação dos incisos I e II do art. 2º, o *caput* do art. 3º, o inciso VI do art. 4º e o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 7.377, de 30 de setembro de 1985” (BRASIL, 1985, *on-line*). Tais mudanças viabilizaram o registro da profissão nas Delegacias Regionais de Trabalho – DRT (atual SRTE). Outra conquista a partir do estabelecimento da Lei foi a portaria nº 3.103, de 29 de abril de 1987⁵³, que efetiva o enquadramento sindical dos profissionais de Secretariado.

4.1.3 Sobre o Código de Ética da Profissão de Secretariado

A década de 1980 foi um marco de ganho que regularizou o campo secretarial profissionalmente. Além da Lei de Regulamentação (1985) e do enquadramento dos sindicatos (1987-1989), o período encerra-se com a conquista do Código de Ética da Profissão (1989). Esse documento, publicado no Diário Oficial em 7 de julho de 1989, é um dos instrumentos da

⁵³ Disponível em: <https://sinsesp.com.br/portaria-de-enquadramento-sindical-como-categoria-diferenciada/>. Acesso: 05 jun. 2023.

profissão de Secretariado que institui princípios, direitos, deveres e valores a serem seguidos⁵⁴, como podemos ver no Artigo 2, do Capítulo 1: “tem por objetivo fixar normas de procedimentos do Profissionais quando no exercício de sua profissão, regulando-lhes as relações com a própria categoria, com os poderes públicos e com a sociedade” (CÓDIGO..., 2022, *on-line*).

Esse tipo de documento estabelece a conduta e os limites de forma convencional em cada profissão. Sua função é reger os ideais da prática profissional de um campo, sem o peso punitivo em termos legais — diferentemente da Lei de Regulamentação da Profissão —, mas, ainda assim, orienta os limites de conduta da profissão. Podemos visualizar essa conduta na parte que aborda os Princípios Fundamentais do Capítulo 1:

Art.3º. – Cabe ao profissional zelar pelo prestígio e responsabilidade de sua profissão, tratando-a sempre como um dos bens mais nobres, contribuindo, através do exemplo de seus atos, para elevar a categoria, obedecendo aos preceitos morais e legais (CÓDIGO..., 2022, *on-line*).

No Capítulo VIII do Código de Ética emergem elementos de conduta que os sujeitos Secretários Executivos precisam considerar para o exercício da profissão. Isso demonstra, novamente, o atravessamento do dispositivo legal com o exercício da profissão.

Capítulo VIII

Da Obediência, Aplicação e Vigência do Código de Ética

Art.17º. - Cumprir e fazer cumprir este Código é dever de todo Secretário.

Art.18º. - Cabe aos Secretários docentes informar, esclarecer e orientar os estudantes, quanto aos princípios e normas contidas neste Código.

Art.19º. - As infrações deste Código de Ética Profissional acarretarão penalidades, desde a advertência à cassação do Registro Profissional na forma dos dispositivos legais e/ou regimentais, através da Federação Nacional das Secretárias e Secretários.

Art.20º. - Constituem infrações: a) transgredir preceitos deste Código; b) exercer a profissão sem que esteja devidamente habilitado nos termos da legislação específica; c) utilizar o nome da Categoria Profissional das Secretárias e/ou Secretários para quaisquer fins, sem o endosso dos Sindicatos de Classe, em nível Estadual e da Federação Nacional nas localidades inorganizadas em Sindicatos e/ou em nível Nacional (CÓDIGO..., 2022, *on-line*).

Os componentes mencionados em forma de citação do Código de Ética da Profissão de Secretariado Executivo caracterizam uma objetivação do profissional do Secretariado Executivo, que deve agir de acordo com a conduta ética estabelecida no código citado. Verifica-

⁵⁴ Disponível em:

https://fenassec.com.br/site/b_osecretariado_codigo_etica.html#:~:text=C%C3%B3digo%20de%20C%C3%89tica%20do%20Profissional%20de%20Secretariado&text=Deixe%20o%20C%C3%A0%20m%C3%A3o%2C%20divulgue,%20principalmente%20colocado%20em%20pr%C3%A1tica. Acesso em: 05 jun. 2023.

se, ainda, o sentido de garantia que o código de conduta oferece, pois prevê, até mesmo, sanções no caso de infrações aos preceitos estabelecidos, como a cassação do Registro Profissional (Art.19°).

Outro ponto relevante à citação anterior é o atravessamento do dispositivo pedagógico no dispositivo jurídico-legal. Isso se deve ao fato de que, no Art.18°, o código afirma que os docentes do curso de Secretariado Executivo devem ensinar aos estudantes a relevância de atuarem profissionalmente de acordo com a conduta estabelecida no Código de Ética da Profissão. A próxima subseção discorre sobre as condições de possibilidade e emergência de elementos desse dispositivo pedagógico.

4.1.4 Sobre a matriz curricular do curso de Secretariado Executivo da UEM

A Matriz Curricular do Curso de Secretariado da Universidade Estadual de Maringá (UEM), como de outros cursos universitários, é um documento utilizado para orientar a prática docente. Assim sendo, funciona como um dispositivo pedagógico, pois reúne, em um só documento, conteúdos programáticos que devem ser ministrados pelo docente. O respeito ao programa da disciplina deve ser informado pelo docente, no exemplo da UEM, ao realizar o fechamento da disciplina no sistema interno da secretaria acadêmica virtual.

A coexistência das materialidades explanadas demonstra as dimensões dos dispositivos de poder, os quais dizem respeito às formas de funcionamento de enunciabilidade e de visibilidade que regem os elementos do dispositivo, ou seja, do fazer ver e o fazer falar. Dentre os dispositivos que regulam o funcionamento e delimitam a ordem discursiva que rege o Saber Secretarial, os dispositivos jurídico-legal-pedagógico, representados pelas documentações CBO, Lei de Regulamentação da Profissão, Código de Ética e Matriz Curricular do Curso de Secretariado, atuam na determinação da construção do Saber Secretarial. Para adentrar as minúcias de seu funcionamento, organizamos, na subseção seguinte, as regularidades encontradas no *corpus* em forma de temas e estratégias de atuação secretarial, apresentando desta maneira, também, nosso entendimento sobre como se organiza a prática secretarial.

4.2 ASSESSORIA = GESTÃO SECRETARIAL: GESTÃO ORGANIZACIONAL DAS ATIVIDADES SECRETARIAIS, GESTÃO DE PESSOAS, GESTÃO DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DA COMUNICAÇÃO ORAL E ESCRITA

Nesta subseção, mostraremos, por meio das SEs, que o dispositivo jurídico-legal e o dispositivo pedagógico imbricam-se. Isso pode ser percebido, por exemplo, na materialidade da Matriz Curricular do Curso de Secretariado Executivo da UEM que cita, como conteúdo a ser ministrado, os elementos que constituem o Saber Secretarial no dispositivo jurídico-legal, como os apresentados nas subseções anteriores.

Nas materialidades observadas (CBO, Lei de Regulamentação da Profissão, Matriz Curricular do Curso de Secretariado Executivo da UEM e Código de Ética), aparece como regular a assessoria como definição da prática secretarial. Nesses documentos, entendemos que os termos “assessoria” e “gestão secretarial” funcionam como sinônimos para caracterizar o fazer secretarial. Essa ocupação laboral efetiva-se por meio das seguintes atribuições: gestão organizacional das atividades secretarias, gestão de pessoas, gestão da informação e gestão da comunicação oral e escrita.

O Quadro 11 demonstra como o discurso das materialidades mobilizadas para análise manifesta essa caracterização da assessoria/gestão secretarial executada por meio da gestão organizacional das atividades secretarias, gestão de pessoas, gestão da informação e gestão da comunicação oral e escrita.

Quadro 11 - Caracterização da assessoria relacionada à gestão secretarial

	Assessoria = gestão secretarial			
	Gestão organizacional das atividades secretarias	Gestão da informação	Gestão de pessoas	Gestão da comunicação oral e escrita
CBO	Assessorar os executivos no desempenho de suas funções; Supervisionar equipes de trabalho; Auxiliar na execução de suas tarefas administrativas e em reuniões;	Gerenciar informações; Controlar correspondência física e eletrônica; Arquivar documentos físicos e eletrônicos.	Organizar eventos e viagens, supervisionar equipes de trabalho.	Elaborar documentos; Prestar serviços em idioma estrangeiro.

	Organizar eventos e viagens.			
Matriz Curr. UEM⁵⁵	Entender o processo organizacional, assessorando <i>staffs</i> , gerenciando setores e talentos; utilizando novas tecnologias, inovando, enfrentando mudanças culturais, econômicas, políticas, sociais e profissionais, com sensibilidade e lucidez para diagnosticar conflitos e resistência a mudanças, com visão empreendedora, capaz de promover novos conhecimentos e provocar mudanças, trabalhando com competência e discrição.	Gerir o fluxo de informação.		
Código de Ética⁵⁶	<p>Ser positivo em seus pronunciamentos e tomadas de decisões, sabendo colocar e expressar suas atividades;</p> <p>Procurar informar-se de todos os assuntos a respeito de sua profissão e dos avanços tecnológicos, que poderão facilitar o desempenho de suas atividades.</p> <p>Agente facilitador e colaborador na implantação de mudanças administrativas e políticas.</p>	<p>Art. 5º: d) operacionalizar e canalizar adequadamente o processo de comunicação com o público;</p> <p>Art.6º: A Secretária e o Secretário, no exercício de sua profissão, devem guardar absoluto sigilo sobre assuntos e documentos que lhe são confiados.</p>		

⁵⁵ Disponível em: <http://www.set.uem.br/grade-curricular>. Acesso em: 04 jul. 2023

⁵⁶ Disponível em:

https://fenassec.com.br/site/b_osecretariado_codigo_etica.html#:~:text=C%C3%B3digo%20de%20C%C3%89tica%20do%20Profissional%20de%20Secretariado&text=Deixe%20o%20C%C3%A0%20m%C3%A3o%2C%20divulgue,%2C%20principalmente%2C%20colocado%20em%20pr%C3%A1tica. Acesso em: 04 jul. 2023.

Lei de Regulamentação da Profissão	Planejamento, organização e direção de serviços de secretaria; Registro e distribuição de expediente e outras tarefas correlatas; IX - orientação da avaliação e seleção da correspondência para fins de encaminhamento a chefia;		Planejamento, organização e direção de serviços de secretaria; Coleta de informações para a consecução de objetivos e metas de empresas;	Redação de textos profissionais especializados, inclusive em idioma estrangeiro; Interpretação e sintetização de textos e documentos; VI - taquigrafia de ditados, discursos, conferências, palestras de explanações, Versão e tradução em idioma estrangeiro, para atender às necessidades de comunicação da empresa; inclusive em idioma estrangeiro.
---	---	--	---	--

Fonte: elaborado pela autora.

Com essa divisão destacada no Quadro 11, objetivamos caracterizar a assessoria como sinônimo da gestão secretarial. Contudo, na execução cotidiana da profissão, essas atividades podem funcionar de forma conjunta, como na gestão de eventos que, para ser realizada, utiliza a gestão da informação, a gestão de pessoas, a gestão de documentos e a gestão organizacional das atividades secretariais (a qual envolve, por exemplo, a gestão de recursos). Esse imbricamento é demonstrado na análise das SEs por meio do acionamento de elementos de diversos dispositivos que emergem na constituição do Saber Secretarial que se materializa em cada uma das SEs.

Assim sendo, as atividades secretariais, para serem executadas, acionam a compreensão dos quatro princípios básicos da Administração, os quais, de acordo com Chiavenato (2007), são: planejar, organizar, dirigir e controlar, adequados para o que tange ao contexto da assessoria secretarial. O uso dos recursos e das competências que envolvem as atividades do profissional de Secretariado emergem, por exemplo, nas publicações científicas que discorrem sobre modelos de gestão no contexto do profissional de secretariado, afirmando que:

Além das atividades rotineiras do secretário, atualmente esse profissional tem galgado cargos com atividades administrativas relevantes dentro das organizações. Como exemplo, pode-se citar: auxílio aos executivos nas

tomadas de decisões e aprovações de serviços, melhorias no desempenho global da organização, modernização de sistemas e fluxos de informações (LESSA; SCHELL, 2015, p. 134).

Nesse sentido, os autores ainda acrescentam que os modelos e as ferramentas de gestão estão, atualmente, inseridos nas atividades cotidianas do profissional de secretariado. Isso reitera a afirmativa de que a assessoria secretarial se apropria dos modelos de gestão administrativa para exercer sua função (LESSA; SCHELL, 2015). Assim, nas palavras dos autores:

Alguns modelos de gestão podem auxiliar a rotina dos(as) secretários(as) executivos proporcionando uma melhoria dos serviços e do desempenho como profissional em pleno desenvolvimento. Essas ferramentas lhe darão suporte e funcionarão como guia frente às adversidades em um processo de decisão ou até mesmo para guiar o profissional à melhoria das atividades já desempenhadas (LESSA; SCHELL, 2015, p. 135).

Portanto, de acordo com as regularidades encontradas nas materialidades em discussão, entendemos que a execução das atividades secretariais envolve domínios da gestão organizacional das atividades, da gestão da informação, da gestão de pessoas e da gestão da comunicação oral e escrita.

As superfícies de emergências mencionadas no início desta subseção permitem descrever, de forma regular, os aspectos sobre o fazer secretarial nas três instâncias de emergência, a saber: CBO, Lei de Regulamentação da Profissão, Matriz Curricular do Curso de Secretariado Executivo da UEM e Código de Ética e os aspectos sobre o fazer secretarial, como podemos visualizar no Quadro 11 descrito anteriormente. Diante dessa descrição, continuamos nosso gesto analítico com a ferramenta da função enunciativa, mobilizando seus quatro elementos — referente, posição sujeito, campo associado e materialidade (FOUCAULT, 2015a) — nas SEs. A partir disso, também adentramos aos demais conceitos compreendidos na metodologia arqueogenealógica já discorridos na seção teórica desta tese.

A SE a seguir é uma retomada da Classificação Brasileira de Ocupações:

SE28: Assessoram os executivos no desempenho de suas funções, **atendendo** pessoas (cliente externo e interno), **gerenciando** informações, **elaboram** documentos, **controlam** correspondência física e eletrônica, **prestam serviços** em idioma estrangeiro, **organizam** eventos e viagens, **supervisionam** equipes de trabalho, **geram suprimentos**, **arquivam** documentos físicos e eletrônicos **auxiliando na execução** de suas tarefas administrativas e em reuniões. (CBO, 1989, *on-line*, grifos nossos).

A SE28 possui o referente que classifica as diversas atividades dos trabalhadores no Brasil e se inscreve em uma rede enunciativa que fundamenta a sistematização da profissão secretarial, bem como funciona como banco de dados para a confecção do Código Internacional de Ocupação, realizado pela Organização Internacional do Trabalho. O sujeito, para ocupar esta posição, precisa seguir o que preconiza a CBO sobre as atividades que um profissional de Secretariado Executivo deve realizar de acordo com sua área. Povoam as margens desse enunciado discursos de diversos campos que tratam sobre as atribuições, as capacidades e as competências da categoria secretarial.

Uma vez que a natureza do referencial está relacionada com a possibilidade de existência de um enunciado e as condições para que o enunciado seja proferido, a descrição do cargo na CBO é regida por uma rede discursiva que possibilita a essa instância materializar discursivamente como deve ser a prática do profissional de Secretariado. Assim, os elementos enunciados na SE28, por um sujeito na posição institucional jurídica-legal, estão fixados em um domínio associado que inscreve este saber sobre a prática secretarial a uma série de acontecimentos, por exemplo, a definição das ferramentas de gestão no contexto secretarial (LESSA; SCHELL, 2015). Com isso, o domínio associado da SE28 se forma a partir de um conjunto de enunciados possíveis de serem formulados e/ou reformulados a partir desse enunciado materializado na CBO.

Há também de se considerar o *status* em que se inscreve o suporte desse enunciado, pois dele advém uma ordem discursiva de um dispositivo jurídico-legal que determina e orienta a função das ocupações.

Considerando que a assessoria está no cerne do fazer secretarial e, tratando-se dos verbos destacados na descrição sumária do cargo — assessorar; atender; gerenciar; elaborar; controlar; gerenciar; prestar serviços; organizar; supervisionar; gerar; arquivar —, compreendemos o fazer secretarial dentro do que se entende por assessoria secretarial.

A inscrição desse enunciado está relacionada à SE29, a qual trata das atribuições do profissional de Secretariado na Lei de Regulamentação da Profissão:

SE29: Art.4º. São atribuições do Secretário Executivo:

- I - planejamento, organização e direção de serviços de secretaria;(GESTÃO)
- II - assistência e assessoramento direto a executivos; (assessoria)
- III - coleta de informações para a consecução de objetivos e metas de empresas; (GESTÃO)
- IV - redação de textos profissionais especializados, inclusive em idioma estrangeiro;
(COMUNICAÇÃO ORAL E ESCRITA)
- V - interpretação e sintetização de textos e documentos;
- VI - taquigrafia de ditados, discursos, conferências, palestras de explanações, inclusive em

- idioma estrangeiro;
- VII - versão e tradução em idioma estrangeiro, para atender às necessidades de comunicação da empresa;
- VIII - registro e distribuição de expediente e outras tarefas correlatas;
- IX - orientação da avaliação e seleção da correspondência para fins de encaminhamento a chefia;
- X - conhecimentos protocolares (BRASIL, 1985, *on-line*).

O referencial da SE29 constitui as condições legais para o exercício da profissão de Secretariado. Sua emergência na instância jurídica-legal dá condição e legitima o regimento do exercício secretarial, bem como suas atribuições. A materialização desse enunciado em forma de lei dá condição para a categoria secretarial ocupar o *status* de profissão. Essa legitimação organiza-se em uma relação de poder entre instituições pelos campos jurídicos e políticos de entidades de classe dirigidas (NONATO JÚNIOR, 2009).

A partir disso também se caracteriza a vontade da verdade fixada no interior desses discursos, que se realizam como crivos para seu acolhimento como verdadeiros. Por isso, não é qualquer um que pode dizer qualquer coisa e em qualquer lugar (FOUCAULT, 2014). Por essa concepção decorre a legitimação discursiva dos sujeitos, pelos lugares de onde falam, pelo *status* que ocupam nas instituições e seu(s) posicionamento(s) (FOUCAULT, 2014). Assim, o ensinamento foucaultiano também nos mostra que a comunicação “é sempre uma certa forma de agir sobre o outro ou os outros” (FOUCAULT, 1995, p. 240), uma vez que “onde há poder, há resistência” (FOUCAULT, 2015b, p. 104).

Além disso, como afirma Nonato Júnior (2009), a organização processual/política de entidades de classe dirigidas por lideranças de níveis regionais e nacionais mostra-nos que, na materialização enunciativa, há inúmeras lutas que possibilitam a existência desse enunciado em forma de lei. O seu suporte encontra-se na Lei nº 7.377, estabelecida em 30 de setembro de 1985 e que materializa o funcionamento de um dispositivo que tem o *status* jurídico necessário para proferir leis. Essas regulamentações na organização dos poderes do Brasil (Legislativo, Executivo e Judiciário) precisam, primeiramente, ser propostas e aprovadas pelo poder legislativo. Em seguida, podem ser promulgadas pelo presidente da República (Executivo) sendo, por fim, garantidas pelo poder Judiciário. Esse funcionamento do dispositivo jurídico-legal tem, no caso da Lei de Regulamentação da Profissão, o *status* de dizer as áreas que são profissões e as áreas que não são. Um exemplo é o caso do Secretariado que, anteriormente à promulgação dessa Lei, era considerado apenas uma ocupação.

Seguindo o gesto metodológico arqueogenealógico, mobilizamos nas SEs seguintes as visibilidades e enunciabilidades regulares em nossas análises.

SE30: Art.10º. - Compete ao Profissional, no pleno exercício de suas atividades: a) identificar-se com a filosofia empresarial, sendo um agente facilitador e colaborador na implantação de mudanças administrativas e políticas; b) agir como elemento facilitador das relações interpessoais na sua área de atuação; c) atuar como figura-chave no fluxo de informações desenvolvendo e mantendo de forma dinâmica e contínua os sistemas de comunicação. (CÓDIGO..., 2022, *on-line*).

Dentre os quatro elementos da função enunciativa (referente, posição sujeito, campo associado e materialidade), a SE30 possui como referente as condutas que devem ser praticadas por um sujeito para ocupar a posição de Secretário Executivo, condutas estas materializadas com o Código de Ética da profissão, em um documento que institui princípios, direitos, deveres e valores a serem seguidos pelos profissionais de Secretariado, sendo, portanto, direcionado especificamente para os sujeitos que ocupam a posição de Secretários Executivos, dado que cada área possui seu Código de Ética específico. É um enunciado com característica de documento com efeito legal de convenção, visto que estabelece limites de como os sujeitos Secretários Executivos devem conduzir a profissão de forma ética. Diferentemente do documento instituído na forma de Lei de Regulamentação da Profissão, o Código de Ética possui efeito de conduta, já a lei representa um efeito punitivo (no caso de não cumprimento) jurídico-legal.

No entanto, tanto o Código de Ética quanto a Lei de Regulamentação da Profissão atravessam também o dispositivo pedagógico, pois são documentos apresentados como conteúdo a ser ministrado nas disciplinas dos cursos de graduação em Secretariado Executivo, como na disciplina de Técnicas de Secretariado, que pode ser observada na Matriz Curricular do curso apresentada ainda nesta seção. Tais enunciados também fazem circular produções teóricas utilizadas como referências de ensino nos cursos de Secretariado Executivo, como nas obras “Epistemologia e teoria do conhecimento em Secretariado Executivo: a fundação das Ciências da Assessoria”⁵⁷ e “Ferramentas do Secretário Executivo”⁵⁸.

De forma similar, a circulação dos discursos está condicionada ao lugar institucional que o sujeito do enunciado ocupa. Assim, para que os dispositivos jurídico-legal-pedagógico tenham legitimidade, os sujeitos que enunciam precisam estar amparados institucionalmente.

Por sua vez, o chamado domínio associado que povoa as margens da SE30 aciona outros discursos que versam sobre a ética na prática secretarial, bem como estabelecem a conduta que

⁵⁷ NONATO JÚNIOR, R. **Epistemologia e teoria do conhecimento em secretariado executivo**: a fundação das ciências da assessoria. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009.

⁵⁸ PORTELA, K. C. A.; SCHUMACHER, A. J. BORTH, M. R. **Ferramentas do Secretário Executivo**. 2. ed. Cuiabá: Editora dos autores, 2013.

rege a atuação do profissional de Secretariado em relação à posição que ocupa nas instituições. Além disso, a SE30 faz referência a discursos advindos da classe empresarial sobre o que se espera desse profissional no campo científico-acadêmico ou na prática discursiva pedagógica, por exemplo.

Disso decorre um conjunto de enunciados possíveis de serem formulados e/ou reformulados. O *status* desse enunciado em relação ao campo discursivo em que se inscreve condiciona seu efeito legal e pedagógico. Quanto à sua materialidade constitutiva, esta apresenta sua superfície de emergência na rede discursiva dos campos jurídico-legal; científico-acadêmico-pedagógico e empresarial. Esta enunciação registra as marcas da SE30 no tempo e no espaço, com publicação no Diário Oficial em 7 de julho de 1989.

A seguir, apresentamos a análise das SE31 e SE32:

SE31: Art.6º. - A Secretária e o Secretário, no exercício de sua profissão, devem guardar absoluto sigilo sobre assuntos e documentos que lhe são confiados. Art.7º. - É vedado ao Profissional assinar documentos que possam resultar no comprometimento da dignidade profissional da categoria.

SE32: Art.11º. - É vedado aos Profissionais: a) utilizar-se da proximidade com o superior imediato para obter favores pessoais ou estabelecer uma rotina de trabalho diferenciada em relação aos demais; b) prejudicar deliberadamente outros profissionais, no ambiente de trabalho (CÓDIGO..., 2022, *on-line*).

O referente das SE 31 e SE32, além de tratar sobre a conduta ética do sujeito na posição de Secretário Executivo, torna esses enunciados passíveis de enunciabilidade ao tratar sobre o que é vedado ao sujeito Secretário Executivo por ocupar este cargo. Assim coloca-se o *status* da profissão ao abordar sobre o sigilo das informações empresariais que chegam até o profissional, bem como retratam o lugar em este está inserido, ou seja, ao lado da chefia e, com isso, a viabilidade em acessar informações restritas ao alto escalão da hierarquia empresarial. A posição sujeito dessas SEs alinha-se com o campo associado e o referente ao enunciar um profissional que ocupa lugares em que o acesso a informações é restrito, devendo, por isso, manter sigilo e não utilizar da posição ocupada nas organizações para benefício próprio.

Como campo associado das SE31 e SE32, podemos mencionar enunciados que tratam, por exemplo, sobre a pirâmide organizacional.

Figura 2 - Organização empresarial



Fonte: Casimiro (2019, p. 65)⁵⁹.

Esta figura, que representa os níveis hierárquicos organizacionais, inscreve-se na rede discursiva que retrata o profissional de Secretariado como ponte entre os níveis estratégicos, táticos e operacionais. Disso decorrem os discursos estabelecidos, por exemplo, na CBO, na Lei de Regulamentação da Profissão e em materialidades do campo científico-acadêmico sobre a posição desse profissional no alto escalão organizacional.

Diante das atribuições dos Secretários Executivos estabelecidas, retomamos o discurso da CBO quando, na descrição sumária do cargo, o documento descreve que os profissionais de Secretariado Executivo:

Assessoram os executivos no desempenho de suas funções, atendendo pessoas (cliente externo e interno), gerenciando informações, elaboram documentos, controlam correspondência física e eletrônica, prestam serviços em idioma estrangeiro, organizam eventos e viagens, supervisionam equipes de trabalho, geram suprimentos, arquivam documentos físicos e eletrônicos auxiliando na execução de suas tarefas administrativas e em reuniões (CBO, 1989, *on-line*).

E, também, na Lei de Regulamentação da Profissão (BRASIL, 1985), que descreve, no Art.4º, as atribuições do Secretário Executivo:

- I - Planejamento, organização e direção de serviços de secretaria;
- II - assistência e assessoramento direto a executivos;

⁵⁹ CASIRIMO, A. H. T. **Gestão por Competências nos cursos de Arquivologia no Brasil**: abordagem nos princípios da Gestão do Conhecimento. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

- III - coleta de informações para a consecução de objetivos e metas de empresas;
- IV - redação de textos profissionais especializados, inclusive em idioma estrangeiro;
- V - Interpretação e sintetização de textos e documentos;
- VI - taquigrafia de ditados, discursos, conferências, palestras de explanações, inclusive em idioma estrangeiro;
- VII - versão e tradução em idioma estrangeiro, para atender às necessidades de comunicação da empresa; VIII - registro e distribuição de expediente e outras tarefas correlatas; IX - orientação da avaliação e seleção da correspondência para fins de encaminhamento a chefia; X - conhecimentos protocolares (BRASIL, 1985, *on-line*).

Além dos discursos mencionados, também aparecem, neste campo associado, os discursos do cunho científico, retratando o lugar ocupado pelo profissional de Secretariado nos níveis estratégicos de gestão das organizações. Como citam Almeida, Rogel e Shimoura (2010, p. 20):

Hoje, o profissional de secretariado trabalha ao lado do poder decisório, acompanhando as transformações no mundo dos negócios por meio de uma visão generalista e sistêmica da organização, além de dominar as técnicas e utilizar as novas ferramentas tecnológicas.

Assim, segundo os autores, os gestores dos profissionais de Secretariado delegam responsabilidades e têm expectativas em relação à atuação desse profissional na cogestão de processos de trabalho devido à característica que os Secretários Executivos possuem sobre a visão global do negócio da empresa em que trabalham. A materialidade em que os enunciados das SEs 31 e 32 circulam apresenta sua superfície de emergência na rede discursiva dos campos jurídico-legal em forma de conduta profissional. esta enunciação registra as marcas desse enunciado no tempo e no espaço e, com a publicação no Diário Oficial, em 7 de julho de 1989 (CBO, 1989), institui princípios, direitos, deveres e valores a serem seguidos pelos profissionais de Secretariado, exigindo da categoria um relacionamento mais próximo com a responsabilidade social nos ambientes acadêmicos e profissionais (NONATO JÚNIOR, 2009).

Diante do exposto, é possível retomar o modo como o Saber Secretarial constitui-se discursivamente. Além dos dispositivos abordados nesta tese (jurídico-legal-pedagógico e científico-acadêmico), uma série de outros não discutidos nesta pesquisa ajudam a objetivar o Saber Secretarial.

Com isso, estreitamos a nossa hipótese de que a construção do Saber Secretarial é organizada por meio de dispositivos de poder e, também, de que há uma certa regularidade discursiva sobre o ato de assessorar no exercício cotidiano dos profissionais do Secretariado.

Além disso, para explorar a ideia de que a assessoria secretarial desencadeia a execução de todo o fazer secretarial, alinhamo-nos com os resultados do estudo de Costa Júnior, Hortelã e Cantarotti (2017), no texto “As ferramentas da análise SWOT e ciclo PDCA implantadas no contexto da gestão secretarial”. Nesse trabalho, os autores afirmam que o uso das ferramentas gerenciais são fundamentais na execução das atividades do profissional de Secretariado. Outro estudo que se alinha à nossa hipótese é a proposta de Niki e Cantarotti (2016), no texto “O secretário executivo como diferencial na gestão de uma feira agropecuária de grande porte”. Neste trabalho, desenvolveu-se a ideia de que, para atuar como assessor de eventos, particularmente, eventos de grande porte, o profissional de Secretariado utiliza-se dos conhecimentos de “planejamento, gerenciamento de recursos humanos, do tempo, de recursos financeiros e conhecimento em cerimonial e protocolo” (NIKI; CANTAROTTI, 2016, p. 182); com isso, as autoras concluíram que “o secretário exerce função essencial e diferenciada para a condução assertiva das atividades, bem como pode ser considerado o filtro dos temas mais relevantes e gestor das tarefas exercidas pela equipe” (NIKI; CANTAROTTI, 2016, p. 183).

De acordo com Motta (2014), a gestão envolve o pensar, o decidir, a ação e seus resultados em uma interação humanística desses processos. A prática secretarial está alinhada aos quatro princípios básicos da Administração, os quais são: planejar, organizar, executar e controlar, e disso decorre o alinhamento com a gestão secretarial, sendo que a assessoria secretarial, como demonstram os documentos analisados nesta seção, inclui os processos de gestão que orientam as tomadas de decisões, o exercício da liderança com os diversos públicos das organizações, o planejamento, a orientação, a execução e o controle das ações, bem como a organização do seu ambiente de trabalho.

Assim, esse direcionamento pode ser percebido nas publicações acadêmicas cujas temáticas abordam os processos da atuação secretarial. Corroborando as afirmativas de Nonato Júnior (2009), o profissional de Secretariado está ligado ao domínio organizacional, institucional e intelectual das Humanidades. Ele recebe uma formação abrangente, estruturada por um currículo elaborado para atender as necessidades da profissão, as quais compreendem comunicação assertiva, liderança, planejamento, espírito empreendedor com foco na assessoria e gestão dos processos (NONATO JÚNIOR, 2009).

Além disso, as características da identidade do profissional de Secretariado também podem ser observadas nos documentos que compõem o dispositivo pedagógico, tais como a

Matriz Curricular do Curso de Secretariado Executivo da Universidade Estadual de Maringá. Diante disso, o documento orienta-se para capacitar os profissionais egressos do curso de Secretariado Executivo Trilíngue para

Entender o processo organizacional, assessorando *staffs*, gerenciando setores e talentos, gerindo fluxo de informação, utilizando novas tecnologias, inovando, enfrentando mudanças culturais, econômicas, políticas, sociais e profissionais, com sensibilidade e lucidez para diagnosticar conflitos e resistência a mudanças, com visão empreendedora, capaz de promover novos conhecimentos e provocar mudanças, trabalhando com competência e discrição (SECRETARIADO..., 2016, n.p.).⁶⁰

A orientação da Matriz Curricular do curso de Secretariado atua na construção do Saber Secretarial como dispositivo pedagógico. Os demais documentos tratados como *corpus* desta análise, como já mencionado, além de funcionarem como dispositivo jurídico-legal, compreendem também o campo pedagógico por serem conteúdos nos cursos de Secretariado Executivo. A seguir, apresentamos um recorte do documento que trata sobre o conteúdo programático da disciplina de Técnicas de Secretariado:

Quadro 12 - Recorte do conteúdo programático da disciplina de Técnicas de Secretariado

Curso:	SECRETARIADO EXECUTIVO TRILÍNGUE (SET)		
Departamento:	LETRAS (DLE)		
Centro:	CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS (CCH)		
COMPONENTE CURRICULAR			
Nome: Técnicas de Secretariado			Código: 7644
Carga Horária: 136 h/a	Periodicidade: anual	Ano de Implantação: 2013	
1. EMENTA			
Estudo das atribuições do Secretário Executivo Trilíngue, seu comportamento sócio-profissional, bem como o estudo e a prática de regras protocolares.			
2. OBJETIVOS			

⁶⁰ Disponível em: <https://portal.nead.uem.br/cursos/graduacao/set.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2023.

<p>1. Propiciar embasamento teórico e prático que subsidie reflexão crítica sobre as atividades do Secretário Executivo Trilíngue;</p> <p>2. Proporcionar oportunidades de discussão sobre o fazer profissional.</p>
<p>3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</p>
<p>1. O Secretário Executivo e sua história profissional</p> <p>1.1 a profissão no mundo atual do trabalho;</p> <p>1.2 regulamentação profissional;</p> <p>1.3 o Secretariado na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO);</p> <p>1.4 legislações sindicais, evolução profissional e registro de trabalho.</p> <p>2. O ambiente de trabalho</p> <p>2.1 conceito e definição de ambiente de trabalho;</p> <p>2.2 missão, visão e valores de uma organização;</p> <p>2.3 clima, poder e cultura organizacional;</p> <p>2.4 o secretário executivo no organograma da empresa;</p> <p>2.5 planejamento, organização e gestão do ambiente de trabalho.</p>

Fonte: coordenação do curso de Secretariado Executivo da UEM.

Como podemos ver, este documento apresenta um recorte de alguns conteúdos trabalhados na disciplina de Técnicas de Secretariado.⁶¹ Os conteúdos apresentados relacionam-se com as regularidades das SEs anteriores sobre a construção do Saber Secretarial. O agrupamento desses enunciados resulta de forma correspondente à formação discursiva, pois, de certa forma, os elementos destas regras de formação são encontrados, também, via análise

da função enunciativa, quando Foucault (2015a) mostra que os elementos da formação discursiva escandem o plano geral das definições especificadas na função enunciativa, na medida em que relacionam as definições das “quatro direções da FD (formação dos objetos, formação das posições subjetivas, formação dos conceitos, formação das escolhas estratégicas) com os quatro domínios em que se exerce a função enunciativa” (FOUCAULT, 2015a, p. 142).

Desse modo, ao retratar as regularidades nas regras de formação dos discursos que falam sobre o Secretariado Executivo, é possível mostrar que esses elementos norteiam a prática profissional. Além disso, por sua função, os documentos demonstram um lugar institucional

⁶¹ Este documento refere-se ao programa da disciplina de Técnicas Secretariado ministrada pela autora nos anos de 2017 e 2018, no curso de Secretariado Executivo Trilíngue, da Universidade Estadual de Maringá.

que enuncia o que pode e deve ser feito para caracterizar um profissional do Secretariado Executivo, a partir de posicionamentos de sujeito que têm *status* para legislar ou ensinar sobre a profissão. Assim, a partir de seu lugar institucional e *status*, os documentos analisados exercem uma relação de poder/saber sobre os profissionais que integram a área. Todos esses elementos são centrais para cartografar o funcionamento dos dispositivos que atuam na caracterização e construção do Saber Secretarial.

Ademais, o dispositivo pedagógico se exerce e se instaura institucionalmente nos espaços acadêmicos. Por isso, a inserção do documento Matriz Curricular e seus conteúdos programáticos é profícua para essa discussão, pois, nesses espaços, as regras acadêmicas que aprovam, por exemplo, os programas de disciplina tramitam em reunião de departamento e, com isso, determinam como o professor deve conduzir a disciplina. No caso da UEM, este relato pode ser apresentado devido à experiência docente da autora na instituição, entre os anos de 2015 e 2018. O exercício desse poder sobre o saber ocorre por meio da vigilância com a aplicação do conteúdo programático, pois, ao se realizar o registro da disciplina no sistema, deve-se constar, no seu encerramento, a declaração de que o conteúdo programático foi inteiramente ministrado. Assim, os documentos jurídicos que regem o Secretariado Executivo também estão na condição de direcionamento da prática e é preciso que sejam aprendidos e ensinados.

Diante do discorrido nesta seção, o exercício da profissão de Secretariado tem uma Lei que o regulamenta, um Código de Ética Profissional que estabelece suas condutas, bem como possui sua existência presente na Classificação Brasileira de Ocupações. Dessa forma, destacamos que o funcionamento dos dispositivos em suas linhas de visibilidade, enunciabilidade, linhas de força e de fuga retratam as marcas de como o poder se exerce na constituição do Saber Secretarial, na profissão de Secretariado Executivo, bem como atua na objetivação do sujeito profissional de Secretariado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos, ao longo desta investigação, analisar como a prática discursiva e os atravessamentos dos dispositivos denominados aqui como jurídico-legal-pedagógico e científico-acadêmico constroem o Saber Secretarial. Assim, para responder à pergunta de pesquisa “Como o Saber Secretarial está discursivamente constituído em dispositivos de poder?”, buscamos, nos Estudos Discursivos Foucaultianos, amparo teórico e metodológico para fundamentar tal proposta. Para isso, percorremos o caminho organizando nessa metodologia em torno dos dois dispositivos supracitados, reunindo nossa materialidade de acordo com os temas e estratégias que organizam o Saber Secretarial. Da dispersão discursiva de cada dispositivo, retiramos SEs regulares que caracterizam o Saber Secretarial e adentramos os conceitos que subsidiaram a operacionalização analítica desta tese.

Assim, organizamos nossa discussão em um capítulo que abarcou todos os elementos conceituais e metodológicos desenvolvidos em análise. Nessa segunda seção, fizemos uma discussão bastante detalhada sobre os pressupostos foucaultianos abarcando os postulados iniciais da fase arqueológica que o autor propõe no seu método de análise e construção dos saberes, e, posteriormente, adentramos os conceitos necessários para a análise da fase genealógica, na qual Foucault estabelece as diretivas sobre as táticas do poder na construção dos saberes. Executamos esse capítulo teórico-metodológico de forma bastante exhaustiva, pois a pesquisa em questão também é direcionada para a comunidade secretarial.

Quanto aos dois capítulos analíticos, desenvolvemos cada um sobre seu respectivo objetivo específico, a saber:

a) discutir como a construção do objeto de estudo Saber Secretarial está materializada nos discursos científicos publicados no período de 2017 a 2021, na base de dados Google Acadêmico, para buscar artigos que não estejam publicados em revistas específicas do Secretariado, e nos cinco periódicos eletrônicos de maior representatividade da área, a saber: Revista Expectativa, Revista Gesec, *Connection Scientific Journal* (CSJ), Revista Capital Científico e Secretariado Executivo em Revista.

b) escalonar acontecimentos discursivos a respeito do Secretariado Executivo como campo de saber nos discursos oficiais do Código Brasileiro de Ocupações (CBO), da Lei de Regulamentação da Profissão e do Código de Ética. Assim, organizamos nosso *corpus* com base na perspectiva aqui adotada, a partir de regularidades em torno de temas, domínios associativos, posições de sujeito e efeitos de poder sobre o Saber Secretarial, cartografando, nos moldes foucaultianos, as forças e os saberes que constituem essa profissão.

Desse modo, guiados pela tese/hipótese de que a construção do Saber Secretarial é organizada por meio de dispositivos de poder e, também, de que há uma certa regularidade discursiva sobre o ato de assessorar no seu exercício cotidiano, propomos o seguinte objetivo geral da pesquisa: cartografar o Saber Secretarial a partir da ação de dispositivos de poder-saber no campo do Secretariado Executivo.

Para tanto, desenvolvemos as regularidades nos discursos sobre o Saber Secretarial que emergem no campo do dispositivo científico-acadêmico no terceiro capítulo, no qual discutimos o primeiro objetivo específico. Esse mapeamento se deu via descrição dos fatos do discurso mobilizados no método arqueogenealógico, pelos conceitos de função enunciativa, elementos da formação discursiva e pelas noções que abordam as relações de poder, o que nos permitiu constatar os caminhos percorridos sobre a formação do Saber Secretarial e, também, o campo no qual tal saber está inserido.

No quarto capítulo, abordamos como as relações de poder-saber implicam os dispositivos jurídico-legal-pedagógico, a fim de buscar as regularidades emergidas nos documentos CBO, Lei de Regulamentação da profissão, Código de Ética e Matriz Curricular de Secretariado Executivo Trilíngue da UEM. Para esse desenvolvimento, apropriamo-nos, também, do conceito de função enunciativa para entrada analítica nas SEs, utilizando os elementos da formação discursiva e, as relações de forças e estratégias de poder que se exercem na constituição do Saber Secretarial nesses campos.

Logo, o exercício da profissão de Secretariado tem uma Lei que o regulamenta, um Código de Ética Profissional que estabelece suas condutas, bem como possui sua existência na Classificação Brasileira de Ocupações. Por esses meios, destacamos que o funcionamento dos dispositivos em suas linhas de visibilidade, de enunciabilidade, de força e de fuga retratam as marcas de como o poder se exerce na constituição do saber secretarial, na profissão de Secretariado Executivo, bem como atua na objetivação do sujeito profissional de Secretariado.

Essa análise permitiu constatar, nas linhas dos dispositivos jurídico-legal-pedagógico e do dispositivo científico-acadêmico, a objetivação do sujeito profissional de Secretariado como: assessor direto dos executivos que desempenha funções que envolvem a comunidade interna e externa da empresa e, por isso, se apropria dos elementos da Administração aplicados às atividades secretariais, tais como: gestão das informações, controlar e elaborar documentos físicos e eletrônicos (arquivística), prestar serviços em idioma estrangeiro, atuar na organização de eventos e viagens, supervisionar equipes, gerar suprimentos, dentre a execução de tarefas administrativas no seu contexto organizacional. Assim, entendemos que a prática regular da atuação secretarial se realiza por meio das Assessorias, de acordo com as demandas do contexto

organizacional em que o profissional de Secretariado está inserido. Portanto, nas materialidades recortadas para análise, foi possível observar uma regularidade de que as assessorias tendem a aparecer como representação das práticas secretariais. Com isso, essa pesquisa é mais uma que se soma à corrente teórica de que as assessorias correspondem ao fazer secretarial.

Também consideramos a possibilidade de extensão desta pesquisa à análise de discursos de outros campos sobre o Saber Secretarial, por exemplo, do campo midiático, para verificar o atravessamento de regularidades sobre a identidade da área secretarial na web. Outra possibilidade seria verificar, no discurso científico, as temáticas abordadas em pesquisas que tratam sobre regularidades do fazer secretarial.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEM, G. O que é um dispositivo? *In*: AGAMBEM, G. **O que é contemporâneo?** e outros ensaios. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. 6. ed. Chapecó: Argos, 2009. p. 25-51.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M.; VEIGA-NETO, A.; SOUZA FILHO, A. de. (org.). **Cartografias de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. (Coleção Estudos Foucaultianos).
- ALMEIDA, W. G. de; ROGEL, G. T. S.; SHIMOURA, A. S. Mudanças de paradigmas na gestão do profissional de secretariado. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 46-68, jan./jun. 2010.
- AMORA, A. S. (1917-1999). **Dicionário Soares Amora da língua portuguesa**/Antônio Soares Amora. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- ABPSEC – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA EM SECRETARIADO. A Pesquisa em Secretariado. **ABPSEC**, 2022. Disponível em: https://abpsec.com.br/abpsec/?page_id=5847. Acesso em: 16 ago. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: 2. Jul. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 7.377 de 30 setembro de 1985**. Dispõe sobre o Exercício da Profissão de Secretário, e dá outras Providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1985. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=7377&ano=1985&ato=9efoXU65keBpWTdaa>. Acesso em: 5 jul. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Ministério da Educação**, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu-secretaria-de-educacao-superior>. Acesso em: 22 maio 2023.
- CARVALHO, P. H. V. de; SARGENTINI, V. M. O. Dispositivo, discurso e produção de subjetividades. *In*: FERNANDES JÚNIOR, A.; SOUSA, K. M. de (org.). **Dispositivos de poder em Foucault: práticas e discursos da atualidade**. 2. ed. Catalão: Editora Letras do Cerrado, 2017.
- CBO 2523-05. **CBO MTE**, 1989. Disponível em: <https://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/252305-secretaria-o-executiva-o>. Acesso em: 9 set. 2022.
- CHIAVENATO, I. **Administração: teoria, processo e prática**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- CIELO, I. D.; SANCHES-CANEVESSI, F. C.; VILAS BÔAS, C. B. L. C.; Perspectivas, avanços e projeções para a implantação da Pós-Graduação Stricto Sensu e Secretariado Executivo. **Revista SCRIBES**, Viçosa, v. 1, n. 2, p. 45-68, 2020.

CÓDIGO de Ética. Código de Ética do Profissional de Secretariado. Publicado no Diário Oficial da União de 7 de julho de 1989. **Federação Nacional das Secretárias e Secretários – FENASSEC**, [2022]. Disponível em: https://fenassec.com.br/site/b_osecretariado_codigo_etica.html#:~:text=C%C3%B3digo%20de%20C3%89tica%20do%20Profissional%20de%20Secretariado&text=Deixe%20Do%20C3%A0%20m%C3%A3o%2C%20divulgue,%2C%20principalmente%2C%20colocado%20em%20pr%C3%A1tica. Acesso em: 5 jul. 2023.

CORREIA, A. E. G. **A influência exercida pelo sistema de avaliação da CAPES na produção científica dos programas de pós-graduação em física**. 2012. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

CRUZ, R. W. dos R. **Indicadores sobre o campo do Secretariado Executivo no Brasil: reconhecimento científico e possibilidades para a Pós-Graduação Stricto Sensu**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

CRUZ, R. W. R; CORREIA, A. B. G. C. Apontamentos sobre o Campo do Secretariado Executivo no contexto brasileiro: identidade científica e reconhecimento. **Revista Em Questão**, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 58-82, maio/ago., 2020.

CRUZ, R. W. dos R. **Institucionalização da pesquisa em secretariado executivo no brasil: configurações de um campo científico em construção**. 2023. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco, Paraíba, 2023.

CRUZ, R. W. R; CORREIA, A. E. G. C. A dispersão da produção científica do secretariado no Brasil (2014-2015). *In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação: informação, sociedade, complexidade*, 28., 2017, Marília, SP. **Anais eletrônicos [...]**. Marília: UNESP, 2017. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/view/605. Acesso em: 16 jul. 2023.

CRUZ, R. W. R; CORREIA, A. B. G. C. Cartografia do Secretariado Executivo no Brasil: estrutura e produção científica no processo de institucionalização. **Revista Expectativa**, Toledo, v. 20, n. 2, p. 135-163, abr./jun., 2021.

DELEUZE, G. O que é um dispositivo? *In: DELEUZE, G. Michel Foucault, filósofo*. Trad. Wanderson Flor do Nascimento. Barcelona: Gedisa, 1990. p. 155-161.

DELEUZE, G. **Foucault**. Tradução de Cláudia Sant’Anna Martins, revisão de tradução de Renato Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELEUZE, G. **Michel Foucault**: as formações históricas (Aula do dia 29 de outubro de 1985). Tradução de Claudio de Medeiros e Mario A. Marino. São Paulo: n-1 edições / Editora Filosófica Politeia, 2017. p. 5-38.

DURANTE, D. G; PONTES; BARROS, A. G. M. M. Pesquisa em secretariado na pós-graduação stricto sensu: levantamento de teses e dissertações produzidas no Brasil. **Revista Capital Científico**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 93-108, jan./mar. 2019. Grifos nossos.

FAZENDA, I. C. A. (org.). **O que é interdisciplinaridade?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

FISCHER, R. M. B. Problematização sobre o exercício de ver: mídia e pesquisa em educação. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n. 20, p. 83-94, maio/ago. 2002.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim morais. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015a.

FOUCAULT, M. Aula de 8 de fevereiro de 1978. *In*: FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France, 1977-1978. São Paulo: Martins Fontes: 2008. p. 39-72.

FOUCAULT, M. Diálogo sobre o poder. *In*: MOTTA, M. B. da (org.). **Ditos e escritos**. Estratégias, Poder-Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. v. 4.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015b.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. *In*: RABINOW, P.; DREYFUS, H. (org.). **Uma trajetória filosófica**: (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, M. Sobre a história da sexualidade. *In*: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 6. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016. p. 363-406.

FOUCAULT, M. Os corpos dóceis. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

FRANCESCHINI, B.; FERNANDES-JÚNIOR, A. Discurso, dispositivo de poder e subjetivação do aluno hiperativo. *In*: FERNANDES-JÚNIOR, A.; SOUSA, K. M. de (org.). **Dispositivos de poder em Foucault**: práticas e discursos da atualidade. Catalão: Editora Letras do Cerrado, 2017.

GREGOLIN, M. do R. AD: descrever-interpretar acontecimentos que fundem linguagem e história. *In*: NAVARRO, P. (org.). **Estudos do Texto e do Discurso**: mapeando conceitos e métodos. São Carlos: Claraluz, 2006. v. 1. p. 19-34.

GREGOLIN, M. do R. O dispositivo escolar republicano na paisagem das cidades brasileiras: enunciados, visibilidades, subjetividades. **MOARA** – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará, Belém, n. 43, p. 6-25, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/2633/0>. Acesso em: 15 out. 2022.

HORTELÃ, J. **Análise arqueogenealógica em discursos sobre o saber o Saber Secretarial em formação**. 2017. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

LEAL, F.; SANTOS, L. S.; MORAES, M. C. B. “Conhece-te a ti mesmo”: um olhar para o campo de pesquisa em secretariado executivo no Brasil. **Revista Expectativa**, Toledo, v. 17, n. 1, p. 142-167, jan./jun., 2018.

LESSA, J. K.; SCHELL, M. M. As competências do Profissional de Secretariado e a Utilização de Ferramentas de Gestão em Organizações. *In*: MARTINS, C. B.; D’ELIA, B. (org.). **Modelos de gestão no contexto do profissional de secretariado**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2015.

MACHADO, R. **Introdução**: Por uma Genealogia do Poder. *In*: FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

MAÇANEIRO, M. B. A construção da identidade científica em Secretariado Executivo. *In*: DURANTE, D. G. (org.). **Pesquisa em secretariado**: cenários, perspectivas e desafios. Passo Fundo: Ed. UPF, 2012.

MAÇANEIRO, B. M.; KUHL, M. R. Estado da arte e o rumo do conhecimento científico em Secretariado Executivo: mapeamento e análise de áreas de pesquisa. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S. l.], v. 4, n. 3, p. 157-188, 2013.

MARTINS, C. B. *et al.* A busca da cientificidade do secretariado do secretariado no contexto brasileiro: aspectos históricos e contemporâneas. **Revista Gestão em Análise**, Fortaleza, v. 6, n.1/2, p. 270-286, jan./dez. 2017.

MORAES, L. S.; HORTELÃ, J.; CANTAROTTI, A. As diferentes perspectivas metodológicas nas interfaces da pesquisa secretarial – grupo de pesquisa GESET e sua formação interdisciplinar. *In*: MOREIRA, K. D. *et al.* (org.). **A pesquisa no contexto secretarial**: ensaios acadêmicos em perspectiva. São Paulo: Associação Brasileira de Pesquisa em Secretariado – ABPSEC, 2020. *E-book*.

MOURA, J. S. de. **Teoria crítica secretarial**: para uma concepção humanizada e politécnica do secretariado. Brasília: Ed. do Autor, 2020. *E-book*.

NAVARRO, P. Estudos Discursivos Foucaultianos: questão de método para análise de discursos. **MOARA** – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará, Belém, v. 1, n. 57, p. 8-33, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/9682/6672>. Acesso em: 23 mar. 2021.

NAVARRO, P. Um corpo de saber-poder: elementos de uma análise arqueogenealógica de discursos. **REDISCO**, Vitória da Conquista, v. 2, n. 2, p. 78-87, 2013. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/redisco/article/view/2677>. Acesso em: 12 ago. 2022.

NIKI-CAIRES, D. S.; CANTAROTTI, A. O secretário executivo como diferencial na gestão de uma feira agropecuária de grande porte. *In*: ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SECRETARIADO, 8., 2016, Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...].

Florianópolis: UFSC, 2016. p. 161-179. Disponível em: <https://enesec2016.ufsc.br/files/2016/07/Anais-VIII-ENESEC-18-07.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2023.

NONATO JÚNIOR, R. **Epistemologia e teoria do conhecimento em secretariado executivo: a fundação das ciências da assessoria**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009.

PICCOLI, Á. L. *et al.* Secretariado Executivo e a Pesquisa Acadêmica. In: DURANTE, D. G.; MARTINS, C. B.; CANTAROTTI, A. (org.). **Pesquisa em Secretariado: reflexões acerca da construção do conhecimento**. Fortaleza: Edições UFC, 2016. p. 97-120.

SARGENTINI, V. M. O. Arquivo e acontecimento: a construção do *corpus* discursivo em Análise do Discurso. In: NAVARRO, P. (org.). **Estudos do Texto e do Discurso: mapeando conceitos e métodos**. São Carlos: Claraluz, 2006. v. 1. p. 35-44.

SARGENTINI, V. M. O. Dispositivo: um aporte metodológico para o estudo do discurso. In: SOUSA, K. M. de; PAIXÃO, H. P. da (org.). **Dispositivos de poder/saber em Michel Foucault**. São Paulo: Intermeios; Goiânia: UFG, 2015.

SCHMIDT, C. M. A Cooperação Científica dos Membros de um Grupo de Pesquisa em Secretariado à Luz da Teoria de Redes. **Revista Expectativa**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 170-195, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/expectativa/article/view/23982>. Acesso em: 18 fev. 2022.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA, S. R. da. **Secretário Executivo - Análise da Profissão Frente às Perspectivas da Identidade e Competências**. 2021. 286 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Resolução n.º 56/CONSUNI, de 30 de outubro de 2017**. Aprova a criação do Programa de Pós-graduação em Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: UFC, 2017.

VEYNE, P. **Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história**. Trad. de Alda Baltar e Maria A. Kneipp. 4. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

VEYNE, P. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. Trad. Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

VOSS, J. **O conceito de formação discursiva de Foucault e o tratamento de objetos da mídia: sobre a responsabilidade social na publicidade impressa brasileira**. Maringá, 2011. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

VOSS, J.; NAVARRO, P. Sobre o conceito de formação discursiva em Foucault e o tratamento de objetos da mídia. In: POSSENTI, S.; BENITES, S. A. Lopes. (org.). **Estudos do Texto e do Discurso: materialidades diversas**. São Carlos: 2011. p. 53-81.